



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM

DAYANE RAPHAELLE DE SOUZA

**A REPRODUÇÃO DISCURSIVA DO PODER E O CONTRADISCURSO: O
“CIDADÃO DE BEM” EM DISCURSOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA E DE
ANTIBOLSONARISTAS**

Recife
2021

DAYANE RAPHAELLE DE SOUZA

A REPRODUÇÃO DISCURSIVA DO PODER E O CONTRADISCURSO: O
“CIDADÃO DE BEM” EM DISCURSOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA E DE
ANTIBOLSONARISTAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestra em Estudos da Linguagem.

Área de concentração: Análises linguísticas, textuais, discursivas e enunciativas.

Orientadora: Profa. Dra. Dorothy Bezerra Silva de Brito.

Recife
2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S729r

Souza, Dayane Raphaele de

A reprodução discursiva do poder e o contradiscurso: o "cidadão de bem" em discursos do presidente da República e de antibolsonaristas / Dayane Raphaele de Souza. - 2021.
132 f. : il.

Orientadora: Dorothy Bezerra Silva de Brito.
Inclui referências e anexo(s).

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Recife, 2021.

1. Cidadão de bem. 2. Jair Bolsonaro. 3. Discurso. 4. Modelos mentais. I. Brito, Dorothy Bezerra Silva de, orient. II. Título

CDD

Dayane Raphaelle de Souza

A REPRODUÇÃO DISCURSIVA DO PODER E O CONTRADISCURSO: O
"CIDADÃO DE BEM" EM DISCURSOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA E DE
ANTIBOLSONARISTAS

Aprovada em: **9 de setembro de 2021.**

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a **Dorothy Bezerra Silva de Brito** (UFRPE)
Orientadora e Presidenta da Banca

Prof. Dr. **Iran Ferreira de Melo** (UFRPE)
Examinador Interno

Prof.^a Dr.^a **Lílian Noemia Torres de Melo Guimarães** (UFRPE)
Examinadora Externa

AGRADECIMENTOS

À minha mãe e ao meu pai, que nunca mediram esforços no que diz respeito à minha educação;

À Dorothy Bezerra de Brito, por sua paciência e sensibilidade ao me orientar, bem como por sua preocupação em acompanhar de perto este trabalho (apesar dos mais de 400 quilômetros que nos distancia);

Ao professor Iran Melo e à professora Karina Falcone, pela disponibilidade e por todos os apontamentos durante o exame de qualificação;

À professora Lílian Melo Guimarães, por compor a banca examinadora da dissertação e pela leitura cuidadosa do texto final;

Ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PROGEL) e, em especial, a Natanael Duarte de Azevedo, pela dedicação e seriedade com que coordena o Programa;

Muito obrigada!

“Me falou que o mal é bom e o bem, cruel.”

Caetano Veloso

RESUMO

As eleições presidenciais brasileiras de 2018 foram marcadas pela intensificação da polarização política. Notou-se no discurso do candidato que recebeu a maioria dos votos, Jair Bolsonaro, da extrema direita, recorrência da expressão “cidadão de bem”. A categorização não foi ignorada por pessoas contrárias ao presidente: enquanto Jair Bolsonaro a utiliza para referir-se a quem merece respeito no país, antibolsonaristas lançaram mão da expressão para obter efeito de sentido crítico e irônico, sugerindo, ainda, emergência de um estereótipo negativo do cidadão de bem. Diante disso, a proposta desta pesquisa é analisar como a representação social do cidadão de bem é (re)produzida no discurso do presidente da República e de extragrupos. Além disso, buscamos detectar estruturas e estratégias discursivas que apontem o papel desempenhado pelos ditos cidadãos de bem na marginalização social e, por fim, identificar nos discursos de Jair Bolsonaro e de antibolsonaristas crenças sociais da comunidade ideológica “de bem”. São fundamentais para esta pesquisa os trabalhos de Teun A. van Dijk (2012; 2016; 2018; 2020), nos Estudos Críticos do Discurso. Compõem o *corpus* deste estudo crítico e sociocognitivo publicações do Twitter, tanto do próprio presidente da República, quanto de perfis de pessoas críticas ao Governo Bolsonaro. Entre os resultados, ressaltamos a recorrência da estratégia de vitimização, por parte de Jair Bolsonaro, e a construção de um modelo mental bélico, tanto no discurso do presidente quanto no contradiscurso.

PALAVRAS-CHAVE: Cidadão de bem. Jair Bolsonaro. Discurso. Modelos mentais.

ABSTRACT

The 2018 Brazilian presidential elections were marked by the intensification of political polarization. It was noted in the speech of the candidate who received the most votes, Jair Bolsonaro, from the far right, a recurrence of the expression “good citizen”. The categorization was not ignored by people against the president: while Jair Bolsonaro uses it to refer to those who deserve respect in the country, anti-Bolsonarists used the expression to obtain a critical and ironic effect, also suggesting the emergence of a negative stereotype of the good citizen. Therefore, the purpose of this research is to analyze how the social representation of the good citizen is (re)produced in the speech of the President of the Republic and of extragroups. In addition, we seek to detect discursive structures and strategies that point to the role played by the so-called good citizens in social marginalization and, finally, identify in the discourses of Jair Bolsonaro and anti-Bolsonarists social beliefs of the “good” ideological community. The works of Teun A. van Dijk (2012; 2016; 2018; 2020) in Critical Discourse Studies are fundamental for this research. Compõem o corpus deste estudo crítico e sociocognitivo publicações do Twitter, tanto do próprio presidente da República, quanto de perfis de pessoas críticas ao Governo Bolsonaro. They are part of the corpus of this critical and socio-cognitive study Twitter publications, of the President of the Republic and profiles of people critical of the Bolsonaro Government. Among the results, we highlight the recurrence of the victimization strategy, on the part of Jair Bolsonaro, and the construction of a military mental model, both in the discourse of the president speech and in the counter-discourse.

KEYWORDS: Good citizen. Jair Bolsonaro. Speech. Mental models.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Armamento do cidadão de bem	12
Figura 2: O desumano “cidadão de bem” se cala nesse momento.....	13
Figura 3: Um esquema simples da produção de discurso controlada pelo contexto.....	37
Figura 4: As funções da ironia.....	52
Figura 5: Armamento do cidadão de bem.....	55
Figura 6: Defendo o direito à arma pro cidadão de bem.....	59
Figura 7: A caça aos agentes de segurança e o massacre dos cidadãos de bem sempre foram tratados como números.....	61
Figura 8: Ver cidadãos de bem terem seus lares invadidos.....	68
Figura 9: O desumano “cidadão de bem” se cala nesse momento.....	71
Figura 10: O curioso do cidadão de bem.....	72
Figura 11: Práticas do cidadão de bem no contradiscurso.....	77
Figura 12: Provavelmente um cidadão de bem.....	79
Figura 13: Emprego de "cidadão de bem" em textos de Jair Bolsonaro de 2017 a 2021.....	87

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	15
1.2 CONTEXTO POLÍTICO.....	17
2. REFERENCIAL TEÓRICO	21
2.1 DISCURSO E ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO.....	21
2.3 DISCURSO E IDEOLOGIA	25
2.4 DISCURSO E PODER	29
2.5 MODELOS MENTAIS.....	32
2.6 ESTEREÓTIPOS SOCIAIS.....	38
2.7 ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO IDEOLÓGICA.....	40
2.7.1 Ironia.....	44
2.7.2 A ironia como estratégia discursiva.....	47
3. ANÁLISE DOS DADOS	56
3.1 A EXPRESSÃO “CIDADÃO DE BEM” NO DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA.....	55
3.1.1 O massacre do cidadão de bem: modelo mental de guerra.....	58
3.1.2 A ameaça à liberdade.....	64
3.1.3 O cidadão de bem e a militarização.....	66
3.2 “CIDADÃO DE BEM” NO CONTRADISCURSO	69
3.2.1 A ironia em ser “de bem”	70
3.2.2 Violência do bem	74
3.2.3 O estereótipo do cidadão de bem.....	76

3.3 ENTRE O DISCURSO E O CONTRADISCURSO.....	83
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
REFERÊNCIAS	92
ANEXOS.....	98

1. INTRODUÇÃO

No cenário que compôs as eleições presidenciais do Brasil em 2018, a natureza política da população brasileira foi manifestada de forma intensa, com demarcada oposição entre o partido que esteve à frente da presidência por 13 anos consecutivos, o Partido dos Trabalhadores (PT), e o Partido Social Liberal (PSL), cujo candidato à presidência, Jair Bolsonaro, gradativamente obtinha mais intenções de votos, segundo pesquisas divulgadas pela mídia¹.

O candidato que até então fazia parte do PSL venceu as eleições, tornando-se o 38º presidente da República Federativa do Brasil. Na vitória do candidato abertamente de extrema direita, muito provavelmente, houve influência das insatisfações por parte da sociedade com o PT, de esquerda, adversário mais forte do PSL no período eleitoral (isto é, pessoas que optaram pelo presidenciável com maior possibilidade de ultrapassar o partido de esquerda). Porém, acreditamos que a maioria dos votos recebidos por Jair Bolsonaro é resultado de uma identificação por parte de seu eleitorado, que se viu representado pelo candidato.

Sendo a política “um dos domínios sociais cujas práticas são quase exclusivamente discursivas” (VAN DIJK, 2012, p. 15), é cabível dizer que, entre as práticas sociais, eleitores e eleitoras encontraram nos discursos do atual presidente da República identificações ideológicas. Os discursos de Jair Bolsonaro são bastante lembrados pelas polêmicas, que o fizeram ser muitas vezes referido como inclinado a regimes ditatoriais, intolerante e preconceituoso com grupos historicamente marginalizados. Entretanto, desde sua campanha eleitoral, ele e sua aliança política apresentam ao país a idealização de um brasileiro modelo, o *cidadão de bem*. Por meio de suas práticas discursivas, Jair Bolsonaro mostra presidir em prol desse

¹ O jornal G1, do Grupo Globo, publicou, em outubro de 2018, um comparativo das pesquisas de intenção de voto do período de agosto a outubro desse mesmo ano, realizadas pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) e pelo instituto Datafolha. Na pesquisa do Ibope de 19 de agosto, Jair Bolsonaro tinha 20% das intenções de voto e, após crescimento no decorrer das apurações, chegou a 41% das intenções em 07 de outubro. Os dados do Datafolha são semelhantes ao do Ibope, apresentando em 21 de agosto 22% das intenções de voto no candidato do PSL que, em 06 de outubro, atingiu 40% das intenções (G1, 2018). Para acessar os infográficos baseados em 17 pesquisas das duas instituições, ver o link <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/01/pesquisas-ibope-e-datafolha-comparativo-da-evolucao-de-intencao-de-votos-para-presidente.ghml>>.

cidadão, contrapondo-se de modo austero ao que pareça ser a este oposição ou ameaça.

Este candidato conservador não foi o único durante a campanha eleitoral a fazer uso da expressão “cidadão de bem”, entretanto, foi o que mais a empregou. Por conseguinte, o presidente, seu eleitorado, aliados e aliadas são a quem mais se associa (inclusive em sua própria avaliação) a classificação de *cidadão de bem*.

A recorrência da expressão foi notada não só por bolsonaristas, mas também por pessoas contrárias ao chefe de Estado. Contudo, enquanto aquelas a utilizam como referência positiva (até mesmo como autoclassificação), estas se valem da construção linguística para alcançar um efeito de sentido sarcástico e crítico. Isto é, em discursos contrários ao presidente e ao seu eleitorado, houve a emergência do uso de *cidadão de bem* como agente de condutas reprováveis em nossa sociedade.

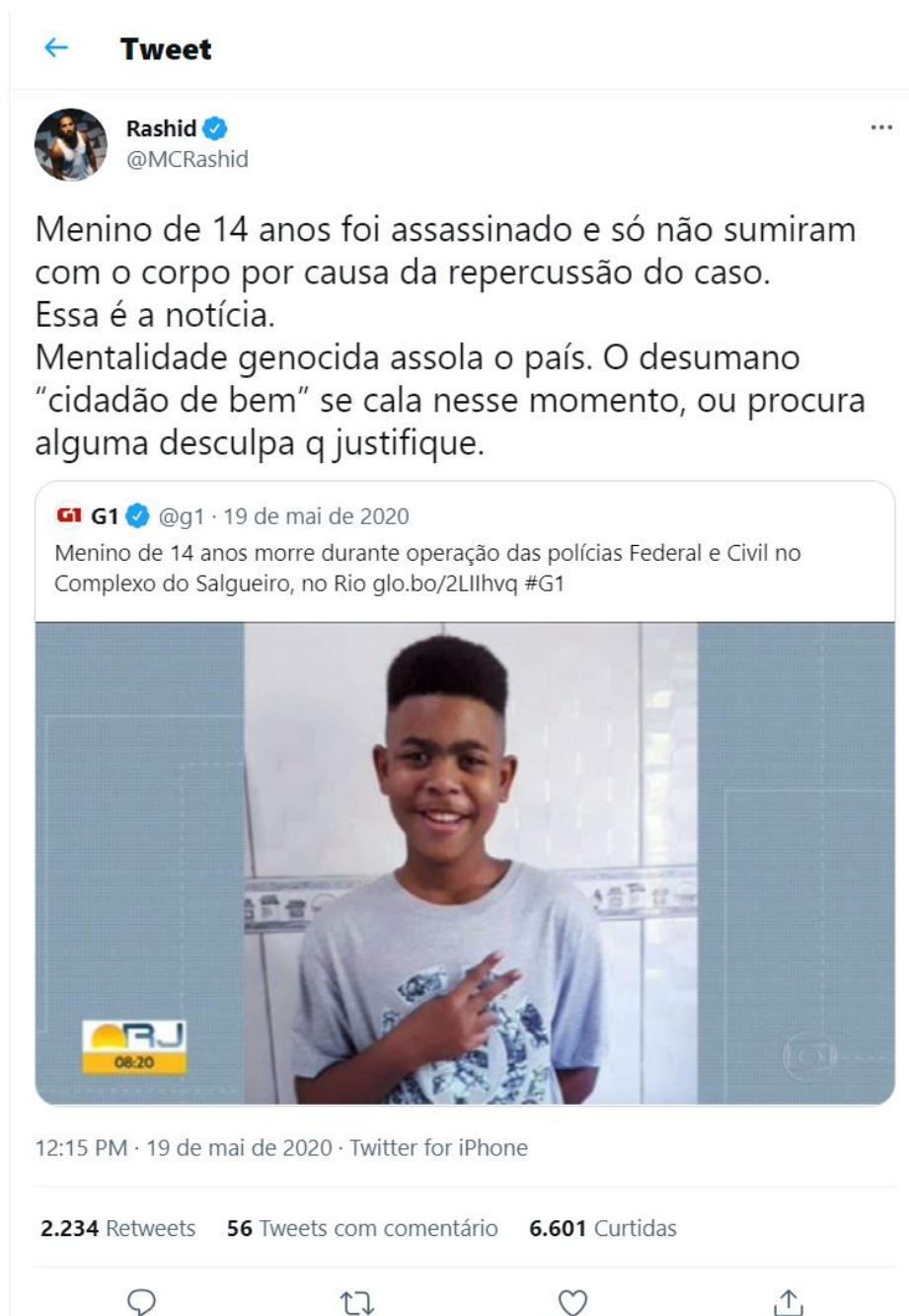
Para exemplificar, apresentamos abaixo dois textos presentes no *corpus*, que equivalem, respectivamente, ao discurso do presidente e ao discurso de uma das pessoas contrárias ao Governo Bolsonaro:

Figura 1: Armamento do cidadão de bem



Fonte: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/831855419681280004>

Figura 2: O desumano “cidadão de bem” se cala nesse momento



Fonte: <https://twitter.com/MCRashid/status/1262763861876359168>

O discurso é uma prática social, não se restringe a representar o mundo, mas o significa e o ressignifica, construindo o mundo e as relações sociais (FAIRCLOUGH, 2001). Isso posto, a seguinte questão norteia esta pesquisa: a representação do cidadão de bem nos discursos da autoridade máxima do Poder Executivo do Brasil, frequentemente referido como avesso a grupos inferiorizados, contribui para manutenção ou instauração de relações de dominação na sociedade?

Diante disso, o objetivo principal é analisar como a representação social do cidadão de bem é (re)produzida pelo discurso do atual presidente da República e de extragrupos. Contamos com mais dois objetivos:

- a) detectar estruturas e estratégias discursivas que apontem o papel desempenhado pelos ditos cidadãos de bem na marginalização de certos indivíduos e grupos; e
- b) identificar nos discursos de Jair Bolsonaro e de antibolsonaristas crenças da comunidade ideológica “de bem”.

Tomamos como hipótese que um ator social tão influente como o presidente da República, ao categorizar qual cidadão é de bem ou não, reforça e/ou reproduz dominações sociais, uma vez que essa prática discursiva pode licenciar um tratamento diferente para com aqueles que não se enquadram no grupo “de bem”. Essa reflexão é pautada no fato de um número significativo de grupos historicamente inferiorizados sentirem-se ameaçados e desrespeitados por discursos de Jair Bolsonaro, criando, inclusive, um estereótipo negativo do cidadão de bem aludido pelo presidente.

Para alcançar os objetivos e responder ao problema de pesquisa, esse estudo se desenvolve com base nos Estudos Críticos do Discurso (ECD), que têm como enfoque discutir criticamente dominação social, abuso de poder, desigualdades e questões sociais afins. Mais precisamente, é sob a luz sociocognitiva que as discussões são fundamentadas: as investigações de Teun A. van Dijk (2012; 2016; 2018; 2020) são contribuições essenciais.

Para investigar a ocorrência de “cidadão de bem” em discursos de pessoas contrárias a Jair Bolsonaro, por acreditar ser um caso de ironia, apoiamo-nos também na abordagem de Linda Hutcheon (2000), que considera a ironia um ato social que funciona na dimensão discursiva. Ademais, cremos que pessoas que não se reconhecem na política de extrema direita de Bolsonaro referem-se ao cidadão de bem ativando um modelo mental que envolve atitudes socialmente condenáveis. Ou seja, pressupomos a emergência de uma representação social em moldes de estereotipia. Sendo assim, a expressão “cidadão de bem” ativa representações mentais generalizantes e negativas.

A justificativa para esta pesquisa é que detectar e expor modos como, discursivamente, um grupo mantém seu poder em detrimento de outro(s) – fomentando desigualdades – pode colaborar para uma mudança social. Ressaltamos que desigualdade não diz respeito apenas à distribuição de renda, mas também a outros bens e recursos imateriais valorizados socialmente, como “posição, posto, status, autoridade, conhecimento, habilidade, privilégios ou mesmo o mero pertencimento a um grupo dominante ou majoritário” (VAN DIJK, 2018, p. 42). Portanto, é pertinente que classes e grupos dominados tomem conhecimento de ações discursivas que cerceiam seus acessos, direitos e até mesmo discursos.

Cientificamente, além de acréscimos aos estudos críticos e sociocognitivos da contemporaneidade, vale lembrar a possível contribuição para demais áreas das ciências sociais, tais como política, história, sociologia e comunicação, que podem adotar um caráter multidisciplinar para seus objetos de estudo.

Tratamos ainda nesta seção de aspectos metodológicos das análises do *corpus* e de breve contextualização política. Em seguida, apresentamos aspectos dos Estudos Críticos do Discurso, questões sobre estereotipia e usos irônicos. No terceiro capítulo, chegamos às análises, seção em que primeiro voltamos o olhar para o uso da expressão “cidadão de bem” no discurso do presidente da República para que atentemos para a mesma expressão em discursos de pessoas que se posicionam contra o presidente, ou seja, que produzem contradiscursos. Por fim, encerramos com as *Considerações finais*, momento em que apresentamos reflexões mais gerais provenientes das análises. As referências são listadas logo após as últimas considerações.

1.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS

O *corpus* é dividido em dois grupos: o primeiro compreende 18 capturas de tela de postagens do presidente Jair Bolsonaro em sua conta na rede social Twitter, e o segundo conta com 30 publicações de demais pessoas da rede que se posicionam contra o atual Governo. O critério para a seleção dos tweets (denominação dada às postagens realizadas exclusivamente na citada rede, com limite de 280 caracteres) foi que constasse a expressão “cidadão de bem” e, no caso de perfis de oposição ao

Governo, que a conta fosse verificada, ou seja, perfis com selo de verificação disponibilizado pela equipe de gerenciamento do Twitter para indicar figura pública, marca ou empresas de grande porte. Buscamos também pelas flexões gramaticais de gênero e número, isto é, cidadã, cidadãs e cidadãos, contudo, não encontramos flexão de gênero no discurso do presidente, mesmo quando uma mulher é objeto de discurso.

Em relação ao período a que corresponde o *corpus*, fizemos recorte de publicações de Jair Bolsonaro a partir de 2017, ano seguinte ao que se tem chamado de impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, despossada em 31 de agosto de 2016. A participação de Jair Bolsonaro na votação em plenário que tirou Dilma Rousseff da presidência (sem crime de responsabilidade que justificasse o processo de impeachment da ex-presidenta) foi significativa para sua chegada à posição de chefe de Estado, pois seu elogio ao torturador da ditadura militar Carlos Brilhante Ustra, durante seu voto a favor do impeachment, foi uma das repercussões do evento.

Já o nosso *corpus* com textos de antibolsonaristas, é composto por tweets essencialmente deste ano de 2021, sendo apenas nove das 30 postagens do ano de 2020. Nem todos os textos serão analisados detidamente, restando, para alguns, apenas rápidas menções durante a pesquisa.

Foi escolhida especificamente a rede social Twitter por ser o modo como o presidente da República prefere comunicar-se com eleitores e eleitoras, utilizando sua conta, inclusive, para informar à população sobre nomeações para cargos importantes, bem como desligamentos de seu Governo. Além disso, o não comparecimento a debates e a recusa a ceder entrevistas à parte da grande mídia tornam ainda mais viável a utilização de suas postagens como *corpus*.

Sendo a pesquisa qualitativa, os tweets são objeto de análise cujas capturas de tela são apresentadas conforme a discussão é desenvolvida. A partir do triângulo discurso-cognição-sociedade, consideramos não só o texto escrito, mas também vídeos, imagens e links que compõem alguns dos tweets investigados, uma vez que estamos tratando de um gênero do meio virtual. No que tange às categorias analíticas, abordaremos a autorrepresentação e a representação de extragrupos, o campo lexical, os modelos mentais, a vitimização e outras estratégias. De modo geral, discutimos estruturas e estratégias que funcionam na construção de representações no discurso.

Para a análise crítica, o discurso emerge por intermédio de um ator social que não é apenas sensível a transformações por meio de práticas discursivas, mas também é agente de mudanças por seu próprio discurso. Em outras palavras, “ao mesmo tempo em que sofre uma determinação inconsciente, [...] trabalha sobre as estruturas, a fim de modificá-las conscientemente” (MELO, 2012, p. 61). Logo, debruçando-nos sobre as categorias de análise, buscando discutir a (re)produção da imagem de um cidadão modelo.

Os modelos mentais são definidos por van Dijk (2018; 2020) como estruturas cognitivas construídas social e discursivamente, de acordo com experiências em eventos comunicativos. As práticas discursivas de atores sociais são norteadas por esses modelos, por isso, apontamentos acerca de tais estruturas mentais são indispensáveis nas observações realizadas.

Ressaltamos que esta pesquisa se insere nos estudos críticos, sendo assim, não está entre nossas intenções forjar neutralidade científica. Ao contrário disso, assumimos uma preocupação em desvelar práticas ilegítimas por parte de grupos dominantes na sociedade, almejando que nossas exposições beneficiem, de algum modo, grupos violentados socialmente ao longo da nossa história.

1.2 CONTEXTO POLÍTICO

Cal e Serejo (2021) dizem que a ascensão da direita ao poder tem como efeito a intensificação da luta em prol de ideias neoconservadoras. Esse neoconservadorismo é um fenômeno que tem transformado não só a democracia no Brasil, mas também em outros países ocidentais, por exemplo, os Estados Unidos da América, que vivenciou abalo dos matizes democráticos com a eleição de Donald Trump (CAL; SEREJO, 2021).

Assim, o neoliberalismo

encontra em grupos específicos pautados no fundamentalismo religioso, no reacionarismo moral e no anticomunismo as justificativas necessárias na luta contra o “marxismo cultural” e a “ideologia” da esquerda que ameaça “nossas crianças e nossas famílias” (CAL; SEREJO, 2021, p. 33).

Bolsonaro investiu em uma autorrepresentação como um pré-candidato que mudaria o país e o salvaria do “fantasma do comunismo”. Essa sua representação foi oportunizada pela percepção generalizada de um Brasil que precisava de mudanças profundas, ideia propagada, principalmente, pelas grandes mídias. Os protestos de rua que aconteceram em junho de 2013 desencadearam ira contra a esquerda, especialmente contra o Partido dos Trabalhadores, o que culminou no golpe que despossou Dilma Rousseff, em 2016.

O economista Marcelo Braz trata a tomada de poder da ex-presidenta como “farsa” que, segundo ele, tornou-se evidente

na peça jurídica que embasou o processo de impedimento da presidente, claramente forjada para tornar “crime de responsabilidade” alguns atos de governo (créditos suplementares envolvendo instituições do Estado) praticados na gestão. Tratou-se de uma operação claramente política voltada, exclusivamente, para suspender o mandato de Dilma Rousseff (BRAZ, 2017, p. 88).

Braz ainda avalia que, embora Dilma tenha feito um governo voltado aos interesses do grande capital, foi tirada da presidência por não ser considerada capaz de presidir os interesses capitalistas. A partir de então, era necessário um governo burguês que flexibilizasse os direitos trabalhistas em nome capitalismo (BRAZ, 2017). Neste cenário, a imagem da esquerda estava fragilizada: crise instaurada no país, o próprio vice-presidente envolvido no afastamento da presidenta, protestos contra a esquerda protagonizando matérias e manchetes de jornais e a primeira presidenta do Brasil despossada.

O extremismo de direita de Bolsonaro é apresentado como a mudança radical que o Brasil precisava para renascer das cinzas, como uma fênix: foi sob o título *Projeto Fênix* que o plano de governo de Bolsonaro (intitulado *Caminhos da Prosperidade*) foi arquivado no site do Tribunal Superior Eleitoral (CAL; SEREJO, 2021). Assim, o presidente apelou para o patriotismo e o cristianismo conservador. Seu próprio *slogan* de campanha deixa claro suas preocupações: “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos”.

Para Cal e Serejo (2021), pautada

pelo recrudescimento do obscurantismo neoliberal no mundo ocidental, a campanha de Bolsonaro à presidência da República utilizou argumentos que já estavam em disputa a partir de um claro

contraponto às pautas de gênero e sexualidade, tomadas por esses grupos como uma ameaça (CAL; SEREJO, 2021, p. 33).

Encontramos no discurso do presidente estruturas ideológicas do nazismo: o *slogan* usado para eleger-se é semelhante à frase de efeito da Alemanha nazista de Hitler. Na Alemanha nazista, um dos bordões mais repetidos era “*Deutschland über alles*”, que, em tradução para o português brasileiro, significa “Alemanha acima de tudo”. Esse trecho chegou a fazer parte do hino nacional alemão, contudo, foi retirado ao final da Segunda Guerra Mundial (LONGO, 2018).

Também é possível detectar na própria categorização que é mote desta pesquisa aproximação à supremacia racial: nos E.U.A, a Ku Klux Klan² era divulgadora do jornal *Good Citizen* (em português, “cidadão/ã de bem” ou “bom/a cidadão/ã”), periódico de ideias supremacistas. Para a fundadora deste jornal, Alma Bridwell White, pessoas negras e imigrantes deveriam ser segregadas das brancas, pois, de acordo com um de seus sermões, quem busca igualdade racial viola códigos morais e sociais da *Sagrada Escritura* (GONÇALVES, 2016).

A partir desses aspectos de sua campanha eleitoral, notamos não haver espaço para a pluralidade entre as pessoas para as quais Bolsonaro prometia presidir. Mesmo assim, ganhou as eleições, refletindo a força das ideologias extremistas no Brasil. Jair Bolsonaro teve apoio da direita e do espectro político de centro. Apesar dessa base política e de seu discurso neoliberal, encontramos, atualmente, pessoas dessas formações ideológicas que se opõem aos cidadãos de bem. Nomes como, por exemplo, o do comediante Danilo Gentili, que pregou aversão ao PT e apoio a Bolsonaro, e do cartunista de direita André Guedes, criador d’*As aventuras do bolsomini*³, estão presentes no nosso *corpus* como discursos de oposição ao Governo.

Assim, delimitar dois grandes grupos divididos entre direita e esquerda não seria viável para este trabalho. Portanto, consideramos o cidadão de bem como o grupo ideológico composto pelo presidente da República e por pessoas que apoiam todas as suas práticas (basicamente, o grupo “bolsonarista”). Do outro lado, temos

² Organização dos Estados Unidos que pregava a supremacia branca e cristã, perseguindo e assassinando pessoas negras, judias, católicas ou quem mais se afastasse de sua concepção de superioridade racial.

³ Animação que satiriza o Governo Bolsonaro.

peessoas que se enquadram em pelo menos um desses pontos: a) não concordam ou acham imaturos aspectos da política de Bolsonaro, mesmo sendo contrárias às pautas geralmente associadas à esquerda; b) não são contempladas nos discursos e políticas do presidente; c) são atacadas pelo presidente e pessoas que o apoiam. Aqui, cabe uma variedade significativa de comunidades ideológicas, por exemplo, jornalistas, militantes pela igualdade de gênero, pessoas pretas, LGBTQIA+, artistas, indígenas, pessoas em vulnerabilidade social, entre outras.

Esses discursos combativos a práticas sociais excludentes, discriminatórias ou negacionistas do presidente é que consideramos aversos ao cidadão de bem. Apesar de haver pessoas de ideologia de direita (re)produzindo o contradiscurso, isso não quer dizer que há pessoas de esquerda entre o grupo do cidadão de bem (em nosso *corpus*, não encontramos qualquer dado que isso sugira), muito menos que o discurso antibolsonarista tem pessoas de direita como maiores representantes.

Para analisar estes posicionamentos antagônicos, consideraremos, sob o viés dos Estudos Críticos do Discurso, textos do presidente e de pessoas que reproduzem o contradiscurso. Exporemos, a seguir, questões em torno dessa perspectiva crítica, a fim de apresentar reflexões que norteiam este trabalho.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, vamos tratar principalmente dos Estudos Críticos do Discurso (ECD), abordagem sob a qual as análises são desenvolvidas. Para os ECD, o discurso é entendido enquanto prática social. Desse modo, analistas dessa área investigam linguagem e estruturas sociais em relação constitutiva. Por isso, esses estudos direcionam um olhar crítico para reproduções discursivas que sustentam ou instauram injustiças e desigualdades sociais. Aqui, utilizamos fundamentalmente os trabalhos de van Dijk (2012; 2016; 2018; 2020), que considera três dimensões fundamentais para análises de dominação social: a discursiva, a cognitiva e a social.

Vamos tratar também de ironias sob a perspectiva de Hutcheon (2000), que a investiga na esfera discursiva e volta o olhar para as dimensões sociais e interativas. Também traremos para a discussão questões sobre como consideraremos a estereotipia no decorrer da análise, tópico em que Ingedore Koch (2003) e Krüger (2004) serão as principais referências.

2.1 DISCURSO E ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

O termo “discurso” é bastante difundido entre os estudos da linguagem, sendo comum que pesquisas recorram à palavra para evidenciar que o estudo em questão não negligencia aspectos sociais e históricos. Sírío Possenti (2010) discute o prestígio do termo, usando como exemplo teorias textuais nas quais, por vezes, “discurso” e “texto” são intercambiados. Em investigações assim, “discurso” é evocado em razão dos sentidos a que é associado, com o “desejo de afastar-se do que soa como apenas ‘linguístico’ e de aproximar-se do que soa como ‘social’ ou ‘cultural’ ou ‘psicológico’”. Ou mesmo ‘ideológico’” (POSSENTI, 2010, p. 27). Diante disso, para melhor delimitação do quadro teórico-metodológico, cremos na importância da reflexão sobre o próprio discurso, bem como de uma rápida exposição sobre a origem da Análise Crítica do Discurso e dos Estudos Críticos do Discurso.

De acordo com Melo (2012, p. 57), “Cunhada por Foucault (1996, 2008), a categoria ‘discurso’ [...] significou inicialmente o conjunto de ideologias responsável

por instituir poder aos indivíduos de diversas áreas (discurso jurídico, médico, político)”. Desde então, as pesquisas sobre discurso não deixam de fora os aspectos sociais dos textos. Ainda conforme Melo (2012), o francês Michel Pêcheux desenvolveu, no fim da década de 1960, a corrente denominada Análise do Discurso (AD), momento em que “a Linguística atrelou o conceito foucaultiano ao trabalho com a linguagem” (MELO, 2012, p. 59). Voltando-se a articulações de questões de poder e língua, Pêcheux teve como objetivo analisar ideologias envolvidas nas práticas linguísticas de grupos opressores.

Despontando no contexto francês de Maio de 1968⁴, a AD se inscreve no marxismo e sugere que sujeitos são posicionados. Essa abordagem discursiva passa a defender que a dominação ideológica é mantida pela linguagem, divergindo de perspectivas das Ciências Sociais que percebiam o texto como uma superfície transparente (MELO, 2012). Para Possenti, houve “ruptura da AD com a análise de conteúdo [...] tanto pela crítica da leitura baseada em categorias temáticas quanto pela diferente abordagem do sentido: em lugar de tratamento como informação, a AD introduz a noção de efeito de sentido entre interlocutores” (POSSENTI, 2004, p. 358).

A partir de então, várias outras investigações se denominaram análises do discurso, algumas com o propósito de examinar criticamente práticas sociais, outras declaradas como isentas de ideologia (MELO, 2012). A Análise Crítica do Discurso (ACD) compõe esse rol. O termo “análise do discurso crítica” apareceu pela primeira vez em 1985, no *Journal of Pragmatics*, de Norman Fairclough (MELO 2012). Mas, foi só no começo dos anos 1990 que a ACD surgiu, de acordo com Wodak e Meyer (2009), após simpósio em Amsterdã. O precursor dessa abordagem foi o grupo constituído por Teun van Dijk, Norman Fairclough, Gunther Kress, Theo van Leeuwen e Ruth Wodak. Ao reunir-se em Amsterdã, em 1991, os pesquisadores e a pesquisadora puderam discutir sobre teorias e métodos da AD e, especificamente, sobre a formação da ACD (MEYER; WODAK, 2009).

⁴ Evento que Robert Ponge (2009, p. 39) definiu como um “autêntico abalo sísmico”. Em maio de 1968, mobilizações estudantis tomaram as ruas da França (com apoio de docentes e da classe trabalhadora) e alcançaram o feito de greve geral com mais de dez milhões de grevistas (PONGE, 2009). As manifestações tomaram proporções mundiais e tiveram as mais diversas motivações. Na França, como estopins para as reivindicações, podemos apontar as críticas ao conservadorismo social e cultural do Governo De Gaulle, conflitos no âmbito acadêmico e a luta do operariado contra o fordismo (trabalho alienado e alienante) (FARIA, 2018).

Para Meyer e Wodak, embora vertentes da ACD possam ser bastante diferentes, elas têm em comum alguns princípios: são interdisciplinares; têm interesse em desmistificar ideologias e poder; além de haver autorreflexão dos teóricos e das teóricas sobre o seu próprio processo de pesquisa (MEYER; WODAK, 2009). Quanto à categoria discurso, há uma noção consensual entre as pesquisas desta área:

A ACD vê o discurso – o uso da linguagem na fala e na escrita – como uma forma de 'prática social'. Descrever o discurso como prática social implica uma relação dialética entre um evento discursivo particular e a(s) situação(ões), instituição(ões) e estrutura(s) social(is), que o enquadram: O evento discursivo é moldado por elas, mas também as molda. Ou seja, o discurso é socialmente constitutivo, bem como socialmente condicionado – ele constitui situações, objetos de conhecimento e as identidades sociais de relações entre pessoas e grupos de pessoas. Ele é constitutivo tanto no sentido de que ajuda a sustentar e reproduzir o status quo social, quanto no sentido de que contribui para transformá-lo. Uma vez que o discurso é socialmente influente, ele dá origem a importantes questões de poder. As práticas discursivas podem ter grandes efeitos ideológicos – ou seja, podem ajudar a produzir e reproduzir relações de poder desiguais entre (por exemplo) classes sociais, mulheres e homens, e majorias e minorias étnicas/culturais por meio do modo como representam as coisas e posicionam as pessoas (FAIRCLOUGH; WODAK, 1997, p. 258 apud MEYER; WODAK, 2009, p. 5-6).⁵

Como percebemos, o discurso, no domínio da ACD, é uma prática social, necessariamente o oposto de uma atividade individual. Em *Discurso e mudança social*, publicado pela primeira vez em 1992, Fairclough diz que “o discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações e instituições que lhe são subjacentes” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91).

⁵ Tradução nossa. No original: CDA sees discourse – language use in speech and writing – as a form of ‘social practice’. Describing discourse as social practice implies a dialectical relationship between a particular discursive event and the situation(s), institution(s) and social structure(s), which frame it: The discursive event is shaped by them, but it also shapes them. That is, discourse is socially constitutive as well as socially conditioned – it constitutes situations, objects of knowledge, and the social identities of and relationships between people and groups of people. It is constitutive both in the sense that it helps to sustain and reproduce the social status quo, and in the sense that it contributes to transforming it. Since discourse is so socially consequential, it gives rise to important issues of power. Discursive practices may have major ideological effects – that is, they can help produce and reproduce unequal power relations between (for instance) social classes, women and men, and ethnic/cultural majorities and minorities through the ways in which they represent things and position people.

Desse modo, considerar o discurso como reflexo do mundo é muito aquém de sua contribuição, visto que ele constitui e constrói o mundo.

De acordo com Melo (2012), a motivação principal da ruptura entre a ACD e análises de discurso precedentes diz respeito ao conceito de sujeito/ator social. Enquanto, no período de constituição da AD, o sujeito era tomado como efeito de sua posição social, representada no discurso, a ACD, situa o sujeito entre a determinação estrutural e sua agência consciente. A ACD passou a considerar a subjetividade como resultante e atuante em processos sociais, “é como se a estrutura estivesse em constante risco material devido às práticas cotidianas dos indivíduos” (MELO, 2012, p. 61). Por isso, a ACD opera com o conceito de ator social, em lugar de sujeito, visto que, se por um lado as pessoas estão propensas a serem moldadas ideologicamente, por outro, contestam e reestruturam as formações ideológicas mediante as práticas discursivas (MELO, 2012).

Van Dijk prefere o termo Estudos Críticos do Discurso (ECD) ao ACD, justificando que

os ECD *não* são, como frequentemente se presume – especialmente nas ciências sociais –, um *método* de *análise* do discurso. Não existe esse tipo de método. Os ECD usam qualquer método que seja relevante para os objetivos dos seus projetos de pesquisa” (VAN DIJK, 2018, p. 10).

Sendo sua abordagem sociocognitiva, o teórico considera fundamental a dimensão cognitiva (além das dimensões discursiva e social) nas investigações sobre a reprodução discursiva do poder: “a análise social está tão intimamente relacionada à análise do discurso e [...], de várias maneiras, essa relação também requer uma análise cognitiva” (VAN DIJK, 2018, p. 24).

O autor deixa claro que as pesquisas dos ECD não são neutras, ou seja, em cada estudo há consciência social, política e científica (VAN DIJK, 2018). Uma vez que os ECD têm a atenção direcionada a problemas sociais de grupos dominados e à exposição de práticas discursivas ilegítimas de grupos dominantes, a tentativa de neutralidade seria incongruente. O teórico reflete sobre a dificuldade em definir, com precisão, o que torna um estudo crítico. Sendo assim, van Dijk propõe que atender a,

no mínimo, um dos seguintes critérios listados pode ser suficiente para atestar a criticidade de um estudo discursivo:

- Relações de dominação são estudadas principalmente da perspectiva do grupo dominado e do seu interesse;
- as experiências dos (membros de) grupos dominados são também usadas como evidências para avaliar o discurso dominante;
- pode ser mostrado que as ações discursivas do grupo dominante são ilegítimas;
- podem ser formuladas alternativas viáveis aos discursos dominantes que são compatíveis com os interesses dos grupos dominados (VAN DIJK, 2018, p. 15).

Assim, o “discurso não é analisado como um objeto ‘verbal’ autônomo, mas também como uma interação situada, como uma prática social ou como um tipo de comunicação numa situação social, cultural, histórica ou política” (VAN DIJK, 2018, p. 12). Para essa abordagem sociocognitiva do discurso, conceitos como ideologia, poder e modelos mentais são relevantes. Nos próximos tópicos, essas categorias serão exploradas, a fim de entendermos como as práticas discursivas podem servir de alicerce para o abuso de poder e, conseqüentemente, para relações assimétricas de poder entre os grupos.

2.3 DISCURSO E IDEOLOGIA

É no discurso que as ideologias se tornam “observáveis”, já que elas podem ser expressas por práticas discursivas (VAN DIJK, 2012). Distanciando sua perspectiva sociocognitiva acerca de ideologia de acepções valorativas que circulavam nas Ciências Sociais, van Dijk a descreve como crenças sociais dispostas na Memória de Longo Prazo, servindo também de base para as representações compartilhadas por grupos ou comunidades ideológicas (VAN DIJK, 2012). Desse modo, van Dijk trata a ideologia como uma forma de cognição social. Nesse viés, “uma ideologia é uma estrutura cognitiva complexa que controla a formação, transformação e aplicação de outros tipos de cognição social, tais como o conhecimento, as opiniões e as posturas, e de representações sociais, como os preconceitos sociais” (VAN DIJK, 2018, p. 48).

Uma vez que as ideologias são essenciais para definir a identidade social e a autoimagem de um grupo, elas são também a base das crenças e representações grupais, tais como seus conhecimentos e opiniões (VAN DIJK, 2012). Cabe lembrar que nem todas as crenças compartilhadas socialmente são ideológicas,

no entanto, grupos ideologicamente diferentes ou opostos na mesma sociedade precisam ter crenças em comum a fim de serem capazes de se comunicarem primordialmente. Essa base comum consiste em *conhecimento* compartilhado socioculturalmente, que, por definição, é pré-ideológico em dada sociedade (VAN DIJK, 2012, p. 18).

A partir dessa passagem, percebemos que o conhecimento sociocultural torna possível a interação entre grupos e uma crença não configura, necessariamente, uma ideologia. Contudo, o teórico explica que, embora esses conhecimentos gerais constituam a base comum das representações sociais que perpassam por todos os grupos ideológicos,

cada grupo pode desenvolver seu conhecimento específico (por exemplo: conhecimento profissional, religioso ou político.) baseado na sua ideologia. Esse conhecimento é chamado de ‘conhecimento’ de dentro do grupo, porque ele é geralmente compartilhado e certificado como sendo ‘verdadeiro’. Outros grupos, no entanto, podem considerar esse conhecimento como uma ‘mera crença’, superstição ou religião (VAN DIJK, 2012, p. 18).

Ou seja, as ideologias orientam o modo como esses conhecimentos mais gerais são assimilados por cada grupo, assim como suas atitudes acerca desses conhecimentos. Portanto, “junto com o conhecimento de grupo socialmente compartilhado, elas [ideologias] são o núcleo cognitivo da coletividade social” (VAN DIJK, 1988 apud VAN DIJK, 2016, p. 16). O pesquisador adverte que, nesta abordagem da ideologia, não se deve compreendê-la em termos de “falsidade” ou “verdade”, pois, “todas as ideologias (incluindo as científicas) englobam uma (re)construção da realidade social dependente de interesses” (VAN DIJK, 2018, p. 48).

De acordo com van Dijk (2012), podemos pertencer a vários grupos sociais, o que torna admissível que tenhamos várias ideologias. Por consequência, quando ativadas ao mesmo tempo nas práticas sociais, podem gerar conflitos. Essas asserções de van Dijk ajudam a explicar o fato de haver pessoas de grupos marginalizados inseridas em comunidades ideológicas que lesam tais grupos a que

pertencem. Por exemplo, apesar do conservadorismo cristão atrelado à extrema direita preconizar a heterossexualidade e condenar o que se afasta da binaridade de gênero – de acordo com traços biológicos –, encontramos, nesse espectro político, pessoas LGBTQIA+ (o mesmo é válido para indígenas e questões de demarcação de terras, mulheres e comunidades ideológicas próximas da misoginia etc.). O que queremos dizer é que pertencemos a tantas comunidades ideológicas que, por vezes, elas se sobrepõem umas às outras.

Van Dijk (2012) explica que nem todas as pessoas de um grupo têm o mesmo nível de conhecimento ideológico, do mesmo modo que o conhecimento ideológico também não precisa ser sempre muito explícito. Ele compara a ideologia à língua: “usar uma ideologia é como ser capaz de usar uma língua, sem, no entanto, ter a habilidade de formular sua gramática” (VAN DIJK, 2012, p. 21). Apesar disso, muitas pessoas conhecem os princípios básicos da ideologia de seus grupos.

Ideologias, portanto, determinam coerências grupais, pois,

estão estruturadas por um esquema social que consiste em um número de categorias que representam cognitivamente a maior dimensão social dos grupos, tais como suas propriedades distintivas, critério de pertencimento, ações típicas, objetivos, normas e valores, grupos de referência e recursos básicos ou interesses (VAN DIJK, 2012, p. 19).

Dessa forma, é possível pensar em padrões de grupos (e de membros e membras). Considerando o cidadão de bem aludido pelo presidente como representante de uma comunidade ideológica, algumas práticas sociais são próprias do grupo a que pertence – por exemplo, a defesa do porte de armas, como se pode verificar nas análises à frente. Não estamos dizendo que todas as pessoas que apoiam o Governo Bolsonaro aderem ao discurso armamentista, muito menos que essa pauta é reservada apenas ao cidadão de bem. Contudo, somada a outras agendas, como a impunidade policial (tópico também presente nos discursos de Jair Bolsonaro), delinear esse cidadão de bem torna-se mais fácil.

Desse modo, “as práticas sociais ideológicas são por definição *baseadas* em ideologias definidas como representações mentais compartilhadas” (VAN DIJK, 2021, p. 22). Do mesmo modo que van Dijk (2012) explica que ideologias são imprescindíveis para práticas sociais e relações inter e intragrupais, diz também que

“o discurso e a comunicação têm papel central na (trans)formação da ideologia” (VAN DIJK, 2018, p. 49). Assim, o discurso é a principal prática social envolvida na reprodução ideológica.

Além disso, a ideologia tem em sua estrutura sociocognitiva uma base de crenças, desse modo, “o discurso, e em especial o discurso de instituições e de grupos poderosos, é a prática social essencial capaz de mediar e administrar essas crenças” (ROLOFF; BERGER, 1982 apud VAN DIJK, 2018, p. 49).

Poucas ideologias, de acordo com o autor, são tão explicitamente defendidas e questionadas quanto as do campo político. Por isso, a organização social dessa esfera é “amplamente baseada em diferenças ideológicas, alianças e similaridades. A organização geral das crenças sociais como uma luta entre Esquerda e Direita é o resultado da polarização subjacente das ideologias políticas que impregnaram a sociedade como um todo” (VAN DIJK, 2012, p. 25).

Por consequência, eventos comunicativos concernentes à política são profundamente ideológicos (VAN DIJK, 2012). O que não quer dizer que exatamente *todas* as propriedades do discurso político são influenciadas pelas ideologias políticas (por exemplo, o socialismo ou o neoliberalismo). O que acontece, de acordo com van Dijk (2012), é que apenas propriedades do discurso que são variáveis recebem influência das ideologias: podemos optar por pronomes menos ou mais polidos, enquanto boa parte da estrutura sintática não é variável (como o uso de artigo antes de substantivo, no português). Com isso, o autor deixa claro que “pessoas com ideologias diferentes não possuem gramáticas diferentes, embora elas usem tais gramáticas de maneira um pouco diferente às vezes” (VAN DIJK, 2012, p. 31).

Sendo assim,

ideologias geralmente possuem uma estrutura polarizada, refletindo a competição e conflito entre os membros do grupo e a categorização em intragrupo e extragrupos. Essas estruturas subjacentes também aparecem em atitudes políticas mais específicas, por exemplo, atitudes racistas sobre imigração e, por mim, modelos mentais tendenciosos sobre os membros dos grupos (VAN DIJK, 2012, p. 31-32).

Como já visto, ideologias são fundamentais para a organização social em grupos ou comunidades ideológicas, sendo as responsáveis pela identidade grupal. Logo, somos capazes de identificar e classificar quem pertence ou não ao nosso

grupo, fazendo distinção entre nós (intragrupo) e eles e elas (extragrupos). Por esse ângulo, podemos falar de polarização de grupos ideológicos, em que há uma “diferenciação de grupo interno e externo, geralmente dividido entre *Nós* e *Eles*” (VAN DIJK, 2012, p. 20).

Conforme vimos até aqui, a teoria de van Dijk atesta a importância da cognição para uma abordagem da ideologia, lembrando, porém, da imprescindibilidade de refletir acerca dos aspectos sociais na constituição de estruturas ideológicas. À vista disso, as ideologias são cognições sociais, estudá-las excluindo ou sua face social ou fatores cognitivos tornaria inviável sua observação nas práticas discursivas.

2.4 DISCURSO E PODER

Os estudos críticos do discurso têm preocupação em investigar relações de poder e, especialmente, o abuso de poder. Ao apresentar sua teoria social do discurso, Norman Fairclough (2001) declara que o discurso estabelece, mantém, naturaliza e transforma as relações de poder, bem como as entidades coletivas (como classes e grupos).

A perspectiva sociocognitiva de van Dijk, interessada no poder social (não individual), investiga formas ilegítimas de poder entre grupos. Se o discurso é uma prática social, uma das maneiras mais evidentes de como discurso e poder se relacionam diz respeito ao controle sobre o discurso de outrem. Nesse sentido, o poder social é definido pelo autor em termos de controle,

isto é, o controle de um grupo sobre outros grupos e seus membros. Tradicionalmente, controle é definido como controle sobre as ações de outros. Se esse controle se dá também no interesse daqueles que exercem tal poder, e contra os interesses daqueles que são controlados, podemos falar de *abuso* de poder. Se as ações envolvidas são ações comunicativas, isto é, o discurso, então podemos, de forma mais específica, tratar do controle sobre o discurso de outros (VAN DIJK, 2018, p. 17-18).

Isso quer dizer que essas relações de poder se manifestam na interação, normalmente, de modo indireto e por meio da mente das pessoas. Em outras palavras, exceto em casos de violência física, o poder de um grupo dominante pressupõe o

controle de condições cognitivas de um grupo dominado, como planos e crenças. Desse modo, participantes de um grupo dominado podem simplesmente concordar em satisfazer as vontades do grupo dominante, ou consentir por força da lei ou agir considerando consensos da sociedade (VAN DIJK, 2018).

Van Dijk (2018) esclarece que, no Ocidente, é comum que pessoas poderosas sejam influentes apenas em um domínio (política, economia ou educação, por exemplo), assim como suas ações podem limitar-se a poucas pessoas ou estender-se para todo um grupo social. A ideologia está associada ao poder social, uma vez que exercício e manutenção de poder “pressupõem uma estrutura ideológica” (VAN DIJK, 2018, p. 43). Desse modo, grupos dominantes agem para que sua ideologia seja aceita por grupos dominados e, quando essa reprodução ideológica atinge o *status* de consenso, o poder que deriva dela torna-se uma hegemonia (VAN DIJK, 2018).

Vale ressaltar que o poder social necessita de uma base de recursos socialmente disponíveis (ou da aplicação de sanções em casos de discordância). Esses recursos são atributos e bens valorizados socialmente, “mas desigualmente distribuídos, tais como riqueza, posição, posto, *status*, autoridade, conhecimento, habilidade, privilégios ou mesmo o mero pertencimento a um grupo dominante ou majoritário” (VAN DIJK, 2018, p. 42). Essa asserção de van Dijk nos lembra, como diz Boaventura de Sousa Santos (2016, p. 80), que “relações desiguais de poder atuam sempre em rede e, por isso, raramente um cidadão, uma classe ou um grupo são vítimas de uma delas apenas”.

No Brasil, é possível usar como ilustração dessa associação entre recursos sociais e relações desiguais de poder a marginalização de pessoas negras. A população negra é a que menos tem acesso à educação, representa a maior parcela em situação de vulnerabilidade social, a que menos alcança posições de destaque no trabalho, entre outras sequelas do desequilíbrio racial (IBGE, 2019)⁶. Por

⁶ Índices divulgados em 2019 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que 9,1% das pessoas negras não são alfabetizadas, enquanto a parcela é de 3,9% entre as brancas; 68,6% dos cargos gerenciais são ocupados por pessoas brancas; e, em se tratando de sobrevivência abaixo da linha de pobreza, sobrevive com menos de \$ 5,50 por dia (taxa proposta pelo Banco Mundial, até a data do relatório, para acompanhar a pobreza global) 15,4% da população branca, enquanto essa porcentagem atinge mais que o dobro entre pessoas que se consideram pretas ou pardas, 32,9% (IBGE, 2019).

consequência, o número de pessoas pretas em grupos dominantes é ínfimo, se comparado à população branca.

Sendo assim, do mesmo modo que o poder social mantém a assimetria de distribuição de recursos materiais e imateriais, a conquista desses bens é igualmente capaz de desestabilizar um grupo dominante: inferindo que o acesso à educação de qualidade aumenta as oportunidades de uma pessoa preta ocupar cargos e posições valorizadas, para esta, há menos chances de imposição de vulnerabilidade socioeconômica. Isso porque, frisamos, “o poder é uma forma de controle social se sua base for constituída de recursos socialmente relevantes” (VAN DIJK, 2018, p. 42).

Uma vez que o controle social está intimamente relacionado ao controle do discurso, quanto menos poder tem uma pessoa, menor é o seu acesso às diversas formas de escrita e fala. Por isso, van Dijk (2018) atesta a necessidade de examinar o acesso a discursos públicos em eventos comunicativos influentes. Já que, para a manutenção do poder, é vital o acesso ao discurso, o autor chama atenção para questões como quem tem acesso à produção de notícias e a programas, quem é capaz de organizar coletivas de imprensa, ações de quem são definidas como notícia, a definição de quem sobre situações sociopolíticas é levada a sério, entre outras formas de acesso ativo ao discurso.

Desse modo, muitas formas de poder “devem ser definidas como poder *simbólico*, isto é, em termos de acesso preferencial a – ou controle sobre – o discurso público” (VAN DIJK, 2018, p. 23). Isso posto, jornalistas, docentes, burocratas e figuras políticas são exemplos de *elites simbólicas*. Esse poder simbólico pode derivar de outras formas de poder: quem ocupa um cargo político têm acesso ao discurso público devido ao seu poder político, igualmente, docentes, devido aos recursos de conhecimento (VAN DIJK, 2018).

O controle do discurso público implica em controle mental sobre outras pessoas, tornando desnecessárias coerções, já que é possível persuadir, doutrinar e manipular grupos menos poderosos (VAN DIJK, 2018). Em virtude do acesso privilegiado às formas influentes de discurso público, atores sociais da elite simbólica “são fabricantes do conhecimento, dos padrões morais, das crenças, das atitudes, das normas, das ideologias e dos valores públicos” (VAN DIJK, 2018, p. 45). Portanto, essas elites têm maiores chances de (re)produzir preconceitos sociais e demais ações prejudiciais a grupos específicos.

Até o momento, discutimos sobre propriedades da produção e da compreensão discursiva, bem como o impacto social do discurso de grupos poderosos. Contudo, vale apontar que grupos dominantes geralmente lidam com grupos de resistência, ou o exercício de contrapoder e contradiscurso (VAN DIJK, 2018), pois não há um assujeitamento total às formações ideológicas. Atualmente, com a descentralização da mídia televisiva como meio de comunicação principal, notamos mais facilmente a presença de contradiscursos.

Por outro lado, van Dijk (2018) pondera que, embora haja frequente popularidade de mídias alternativas (espaços para a circulação de diferentes discursos), a ilusão de liberdade está entre as melhores maneiras de produzir hegemonias. Portanto, consideramos como contradiscurso as práticas discursivas de contraposição ao presidente da República, ator social de enorme poder na sociedade. Sendo assim, os enunciados de pessoas que se opõem a Jair Bolsonaro, a serem analisados no terceiro capítulo, são narrativas que disputam com o discurso do presidente, capazes de produzir um contrapoder.

2.5 MODELOS MENTAIS

Para o processamento discursivo são fundamentais os modelos mentais. A concepção de modelos mentais, anteriormente denominados por van Dijk e Kintsch (1983 apud VAN DIJK, 2020) como *modelos de situação*, tem como principal pressuposto que “além da representação do sentido de um texto, os usuários da língua também constroem modelos mentais dos eventos que são assunto desses textos, isto é, a situação que eles têm como denotação ou referência” (VAN DIJK, 2020, p. 90).

Assim, “os modelos mentais são representações cognitivas de nossas *experiências*. Num certo sentido, eles são as nossas experiências se assumirmos que experiências são interpretações pessoais daquilo que acontece conosco” (VAN DIJK, 2020, p. 94). Dado esse aspecto subjetivo dos modelos mentais, van Dijk (2016) explica que eles não só representam nosso conhecimento acerca de um evento, mas também podem ser constituídos por emoções e opiniões sobre tal evento.

Os modelos mentais dão coerência ao discurso, pois,

proporcionam um ‘ponto de partida’ para a *produção* do discurso: se as pessoas representam as experiências e os eventos ou situações do dia a dia em modelos mentais subjetivos, esses modelos mentais formam ao mesmo tempo base da construção das representações semânticas dos discursos sobre esses eventos, como é típico das histórias ou dos relatos de notícias do cotidiano (VAN DIJK, 2020, p. 91).

Essas representações mentais são, portanto, “parte da interface cognitiva entre as estruturas do discurso e as estruturas do ambiente comunicativo e social nas quais e sobre as quais os usuários da língua interagem e se comunicam”. Os modelos mentais são atualizados conforme nossa participação em práticas discursivas. Mas, não é necessária uma participação expressiva – no sentido de produção de discurso –, nossa simples observação de eventos ou situações acontece em função desses modelos (VAN DIJK, 2016).

Por isso, argumentamos que o contato frequente com o que seria um cidadão de bem, por meio do discurso do presidente ou de contradiscursos, é capaz de (trans)formar o modelo mental sobre essa representação social. Participantes da interação podem aceitar os modelos apresentados como verdadeiros ou como ilegítimos, fundamentando-se em seus conhecimentos e vivências.

Apesar de modelos mentais serem pessoais e subjetivos, possuem restrições objetivas. Segundo van Dijk,

além de sofrerem o efeito de condicionamentos intersubjetivos e sociais importantes, os modelos mentais subjetivos podem também ser influenciados por condicionamentos ‘objetivos’, como a percepção de propriedades físicas de coisas ou pessoas, ou de situações, como a organização espacial (VAN DIJK, 2020, p. 92-93).

Com o armazenamento de tantos conhecimentos e experiências, é natural a formação de agrupamentos globais. Nesse caso, geramos modelos mais “macro” a partir de encadeamentos de modelos “micro”. Como ilustração, o autor conta que é muito mais fácil descrever férias típicas, ou contar onde se prefere passar as férias, do que narrar com detalhes férias de anos atrás (VAN DIJK, 2020).

Nos fica claro que sem memória não há modelo mental. O discurso envolve o processamento de informações na memória de curto prazo, resultando, basicamente, na compreensão de palavras, enunciados, sinais verbais e não verbais e no

monitoramento da interação (VAN DIJK, 2018). Quanto aos modelos mentais, acredita-se que “são representados na Memória Episódica, isto é, na parte da Memória de Longo Prazo em que representamos nossas experiências autobiográficas ou ‘memórias’ pessoais” (BADDELEY, CONVEY, AGGLETON, 2002; TULVING, 1983, 2002 apud VAN DIJK, 2016, p. 11).

Isso quer dizer que a compreensão de textos é estabelecida pela memória episódica, sendo relacionada, durante a interação, a modelos mais complexos. Sendo assim,

a compreensão não é meramente a associação de significados com palavras, sentenças ou discursos, mas a construção de modelos mentais na memória episódica, incluindo nossas próprias opiniões pessoais e emoções, associadas a um evento sobre o qual nós ouvimos ou lemos. É esse modelo mental que é a base para memórias futuras, assim como a base de conhecimentos adicionais, tais como a aquisição do conhecimento, das atitudes e das ideologias baseada na experiência (VAN DIJK, 2018, p. 243-244).

Modelos mentais subjetivos alocados na memória episódica estão relacionados a conhecimentos da nossa memória social (ou semântica). Essa memória também faz parte da memória de longo prazo, contendo conhecimentos mais gerais, compartilhados socioculturalmente (VAN DIJK, 2020). Van Dijk exemplifica a relação entre modelos mentais e memória social: se lemos sobre a Guerra do Iraque, por exemplo, construímos e atualizamos um complexo modelo mental, fazendo uso de conhecimentos gerais/sociais (estes, presentes na memória social) sobre soldados, armas e outros aspectos de guerra (VAN DIJK, 2020).

No discurso, modelos mentais são só parcialmente expressos, uma vez que sabemos que participantes da interação precisam apenas de “meia palavra” para reconstruir um modelo mental, graças a inferências baseadas em conhecimentos socioculturalmente compartilhados (VAN DIJK, 2016). Isso quer dizer que textos são bastante implícitos. A quantidade de conhecimento geral que é ativado para construir os modelos mentais, segundo van Dijk,

depende do contexto (ambiente, conhecimento do leitor, objetivos, interesses etc.), mas é possível supor sem risco de erro que as pessoas só são capazes de ativar e integrar pequenos fragmentos desse conhecimento nos poucos segundos que gastam para ler ou ouvir uma sentença ou um parágrafo. Na verdade, a maior parte do conhecimento detalhado que temos das coisas sobre as quais lemos ou ouvimos falar não é relevante para que compreendamos o texto, ou

seja, para que possamos construir para o texto um modelo mental coerente (VAN DIJK, 2020, p. 97-98).

Não só planejamentos e interpretações de discursos se baseiam em modelos mentais. De maneira geral, todas as experiências pessoais são relacionadas a essas representações cognitivas. Desse modo, os modelos não são estanques: já que todos os dias lidamos com diversas situações, os modelos mentais precisam ser também dinâmicos, por isso, atualizados durante as interações (VAN DIJK, 2020). Boa parte do que aprendemos no dia a dia tem por base nossas experiências, assim, o conhecimento geral pode derivar dos modelos mentais, por exemplo, por generalizações, abstrações e contextualizações (BAUDET; DENHIÈRE, 1991 apud VAN DIJK, 2020).

Outra característica importante sobre os modelos mentais é que são organizados por categorias, concebendo uma forma abstrata que van Dijk (2020) chama de *esquema de modelo*. Ele diz que é muito improvável que sejam construídos modelos totalmente novos a cada experiência, o que sugere que compreendemos a maioria dos eventos em termos das categorias de modelo já aprendidas anteriormente. Por exemplo,

encontramos com frequência categorias como o Tempo, o Lugar, e os Participantes em vários papéis na Ação ou no Estado de coisas, e assim por diante, como também acontece na estrutura semântica das proposições. Um esquema com essas categorias aplica-se a muitos eventos ou experiências, se formos capazes de adaptá-lo estrategicamente à multidão de variantes que os acontecimentos podem ter (VAN DIJK, 2020, p. 100).

Desse modo, um texto é somente “o topo do *iceberg* de todas as informações que falantes têm sobre um evento ou situação de que estão falando” (VAN DIJK, 2018, p. 207).

Se modelos mentais são subjetivos, também são, portanto, influenciados por nossas ideologias. Como vimos na teoria de van Dijk, ideologias costumam ter estruturas polarizadas, o que acaba refletindo nos modelos mentais. Já que modelos mentais controlam os discursos, se eles são polarizados, esses discursos também apresentam vários níveis de polarização (VAN DIJK, 2012).

Um modelo mental para o qual van Dijk chama atenção é o *modelo de contexto* (VAN DIJK, 2012; 2016; 2020), associado a aspectos mais pragmáticos de um evento comunicativo. O pesquisador holandês apresenta uma perspectiva sociocognitiva sobre o contexto (sentido contrário de abordagens que reduzem o contexto a propriedades objetivas), o concebendo como um construto subjetivo de participantes de uma interação. Basicamente, o contexto se enquadra em “modelos mentais ‘pragmáticos’ daquela experiência ou situação comunicativa em que [participantes] se encontram envolvidos no momento” (VAN DIJK, 2016, p. 12).

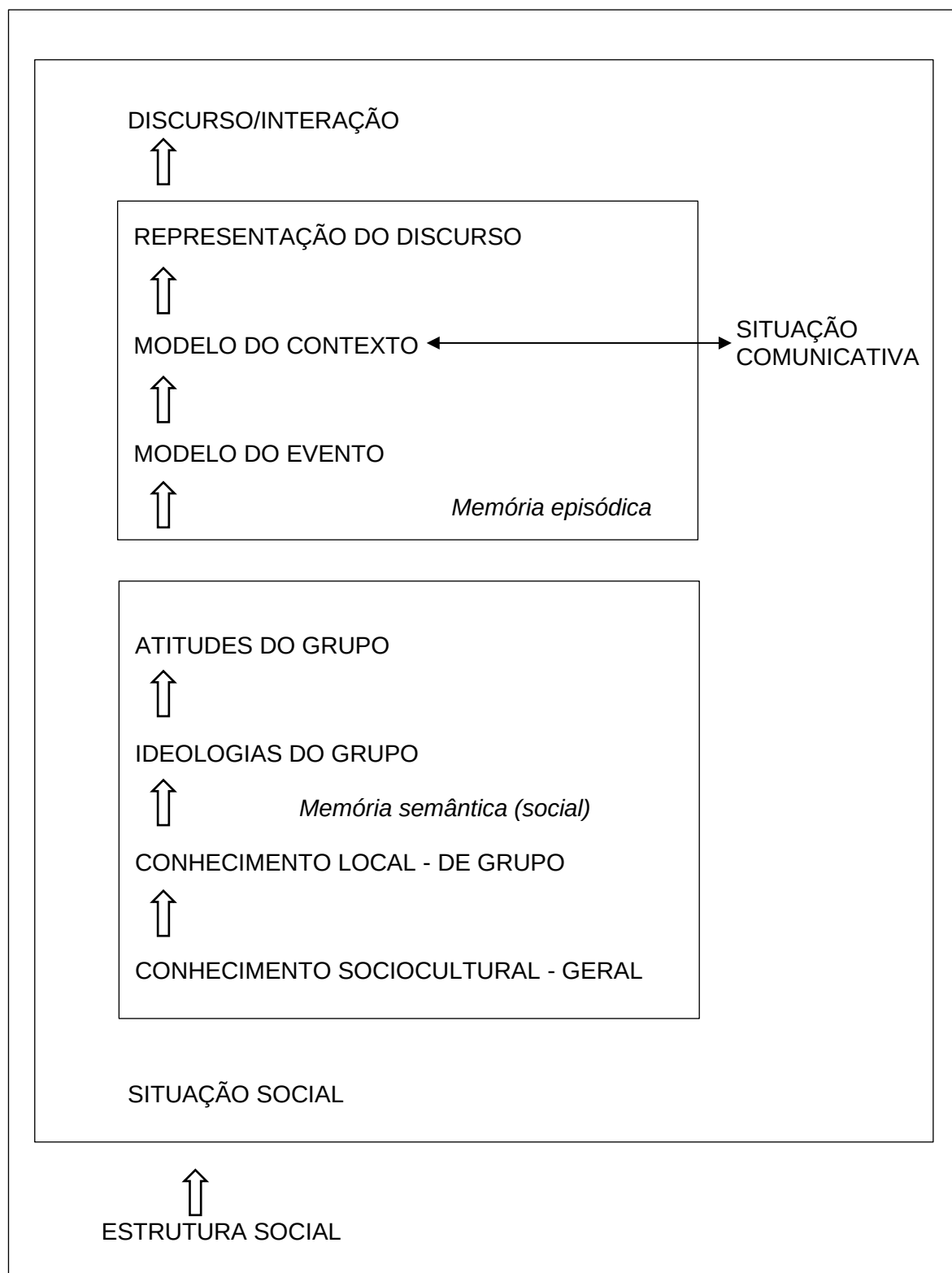
Esses modelos de contexto representam aspectos do ambiente interativo e, conseqüentemente, guiam parâmetros de produção e compreensão do discurso (VAN DIJK, 2016; 2020). Desse modo, é graças a um modelo contextual que atores sociais adaptam seu discurso à interação em que se encontram. São, portanto, interface crucial entre os modelos mentais e os discursos sobre eventos. Em se tratando de um cenário político, por exemplo, eles são os responsáveis por sabermos que “certas coisas podem, mas outras não podem ser ditas no Parlamento. De modo semelhante, membros de um partido do governo fariam isso de maneira diferente dos membros da oposição” (VAN DIJK, 2012, p. 209).

Assim como outros modelos mentais, os modelos de contexto são subjetivos, se baseiam em conhecimentos socioculturais e crenças compartilhadas, são dinâmicos e organizados por esquemas e categorias que definem os tipos de eventos comunicativos (por exemplo, os gêneros) (VAN DIJK, 2020). Van Dijk afirma ainda que “não é a situação social que influencia o discurso (ou é influenciada por ele) mas a maneira como os participantes definem essa situação” (VAN DIJK, 2020, p. 11). Portanto, a teoria sociocognitiva de van Dijk pressupõe aspectos semânticos e pragmáticos que estruturam o discurso e situações comunicativas.

Embora contextos sejam definições subjetivas de situações comunicativas, sua estrutura tem uma base social, no sentido de contar, por exemplo, com as “*cognições sociais* compartilhadas (conhecimentos, atitudes, ideologias, gramática, regras, normas e valores) de uma comunidade discursiva, o mesmo acontecendo com as categorias esquemáticas que definem as estruturas possíveis dos contextos” (VAN DIJK, 2020, p. 36). O autor reconhece, assim, também a dimensão intersubjetiva de contextos, essencial para que ocorra interação.

Para melhor compreensão, o autor apresenta um esquema de produção de discurso situada em um contexto:

Figura 3: Um esquema simples da produção de discurso controlada pelo contexto



Fonte: Van Dijk, 2020, p. 148.

Os modelos de contexto controlam *como* as coisas são ditas, estando relacionados a aspectos variáveis da estrutura do discurso – por exemplo, entonação, seleção lexical, estilo, sintaxe, entre outros. Os demais modelos da memória episódica suprem informações do discurso, nos fazendo chegar ao *que* é dito (VAN DIJK, 2020).

Ao explicar sua noção de modelos de contexto, o pesquisador explica que não é simplesmente a situação social que faz com que falemos de determinada forma, mas, nossa interpretação ou nossos modelos construídos acerca de determinada situação. Assim, na interação, “o que os discursos assinalam ou indexam, então, não é o contexto social em si, mas os modelos mentais subjetivos do contexto como construídos pelos participantes do evento” (VAN DIJK, 2018, p. 209).

Modelos de contexto são capazes de explicar porque participantes de uma mesma situação comunicativa falam de maneira distinta. Para mais, esses modelos também justificam “conflitos entre os participantes por que eles têm (e usam) modelos incompatíveis com a situação comunicativa corrente” (VAN DIJK, 2018, p. 210). Ainda observando o esquema de van Dijk, notamos a influência, já discutida, de ideologias e conhecimentos nas práticas discursivas.

2.6 ESTEREÓTIPOS SOCIAIS

Os estereótipos sociais acontecem por meio de generalizações, nas quais, características e ações são utilizadas para rotular todas as pessoas que constituem um grupo social. A definição de Helmuth Krüger, no âmbito da Psicologia Social, é mais elucidativa:

pode-se definir estereótipo social como crença coletivamente compartilhada acerca de algum atributo, característica ou traço psicológico, moral ou físico atribuído extensivamente a um agrupamento humano, formado mediante a aplicação de um ou mais critérios, como por exemplo, idade, sexo, inteligência, moralidade, profissão, estado civil, escolaridade, formação política e filiação religiosa (KRÜGER, 2004, p. 36-37).

Tratando de aspectos cognitivos do estereótipo, Ingedore Koch (2003) o define como representações sociais armazenadas, na memória de longo prazo, em forma de modelos cognitivos generalizados – neste caso, podemos falar de conhecimentos estereotípicos. Em vista disso, dizemos que grupos sociais são passíveis de padronização e rotulação, em que a representação estereotípica pode ser fundamentada em ideologias, crenças, práticas sociais, características físicas, posição social, entre tantos outros traços.

Assim, do mesmo modo que pessoas de esquerda, no Brasil, são reduzidas a estereótipos como “comunistas, feministas, maconheiras, defensoras dos direitos humanos e das minorias, [que] enaltecem o governo cubano e do PT e [que] fazem faculdade de ciências humanas” (LAUTERT, 2017, p. 49), avaliamos que a categorização “cidadão de bem” no discurso de oposição ao Governo é atravessada por estereótipos que tipicamente acompanham a direita brasileira, isto é, pessoas que são, ainda de acordo com José Lautert (2017, p. 49), “reacionárias, agressivas, implacáveis com criminosos, intolerantes, a favor da diminuição da maioria penal, utilizam a camisa da seleção brasileira em manifestações, são contra políticas sociais que favoreçam as minorias e defensoras da moral e dos ‘bons costumes’”.

Koch explica que o estereótipo é um “protótipo partilhado, que evoluiu para uma representação coletiva” (KOCH, 2003, p. 43). Esse protótipo indicado por Koch – com base na Teoria dos Protótipos de Eleanor Rosch (1978 apud KOCH, 2003) e no caráter instável e flexível de categorias e protótipos, assinalado por Barsalou (1983 apud 2003) – diz respeito a uma representação tomada como central em determinado grupo ou categoria. Estamos falando de uma representação exemplar de um grupo. Essa é uma construção cognitiva individual, porém, sua lexicalização (por exemplo, por meio de rótulos) contribui para certa estabilidade entre em contextos. Desse modo, a nomeação de um protótipo torna possível seu compartilhamento social, criando oportunidade de consolidá-lo dentro de um grupo e, até mesmo, chegar ao nível de estereótipo (KOCH, 2003).

A autora continua dizendo que noções de estereotipia têm sido consideradas cada vez mais próximas a modelos sociocognitivos. Sendo assim, a teórica afirma que estereótipos compõem o que van Dijk denomina como cognição social – conforme dito pouco acima, estruturas mentais compartilhadas, envolvidas, principalmente, na

compreensão, produção e representação de objetos sociais, como situações, grupos ou instituições (VAN DIJK 1994, 1997 apud KOCH, 2003; VAN DIJK 2020).

Krüger (2004) explica que estereótipos influenciam nossas condutas durante as interações, pois, estão associados à percepção social, esta articulada à memória, à motivação e à tomada de decisão. Por conta disso, o estereótipo está imbricado a categorizações. Ainda, vista a relação entre estereótipos e crenças e percepções sociais, o autor explica que essas representações podem ser favoráveis ou desfavoráveis, sendo estruturadas por sentimentos de aceitação ou de rejeição de grupos. O primeiro caso tem efeitos sociais positivos ou, no mínimo, satisfatórios; já o estereótipo negativo tem como consequência o preconceito social – em virtude de práticas discriminatórias advirem dessa representação coletiva negativa, há muito menos pesquisas voltadas ao estereótipo positivo.

Embora seja normalmente vinculado a preconceitos sociais, ponderamos que estereótipos são também uma forma de agrupar conhecimentos e opiniões, viabilizando um acesso mais rápido e geral à representação de um grupo. Isso nos lembra a explicação de van Dijk acerca da construção de modelos macro a partir de representações micro, em que o autor diz ser mais fácil descrever férias típicas, com base em experiências, que narrar férias específicas passadas (VAN DIJK, 2020).

Em outras palavras, cremos que estereótipos também cumprem função no que tange ao esforço cognitivo. É forçoso sublinhar que temos ciência de que estereótipos sociais têm o poder de manter ou instaurar preconceitos. Como alerta Chimamanda Adiche (2019), há perigo em conceber uma história única: uma versão reduzida a um só aspecto distancia pessoas, as confina a certas posições sociais e impõe limites à sua própria identidade.

2.7 ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO IDEOLÓGICA

O objetivo deste tópico é apontar estratégias e usos discursivos pontuais capazes de auxiliar na reprodução ideológica. Atentar para as estratégias apresentadas a seguir (que podem ser combinadas durante a produção discursiva) é um modo de detectar ideologias que estruturam um discurso, bem como conjecturar modelos mentais e efeitos de sentido derivados dessas práticas discursivas.

Obviamente, muitas outras estratégias podem ser encontradas nos discursos, contudo, expomos aqui as que se sobressaem em nosso *corpus*, ora por sua recorrência, ora por sua influência na manifestação de um modelo mental.

Com a exposição de representações cognitivas na teoria de van Dijk, ficou claro – esperamos – que modelos mentais são cruciais para a compreensão. Portanto, estratégias, durante a produção discursiva, para suscitar um modelo mental A em lugar de um modelo mental B são essenciais para manipular o modo como interlocutores e interlocutoras interpretam o discurso. Sobre isso, van Dijk explica que a manipulação do discurso objetiva

especialmente a formação, a ativação e os usos de modelos mentais na memória episódica. Se os manipuladores estão pretendendo que o receptor compreenda um discurso como *eles* o veem, é crucial que o receptor forme os modelos mentais que os manipuladores desejam, restringindo assim a liberdade de interpretação desse receptor ou, ao menos, reduzindo a probabilidade de que entenda o discurso contra os interesses dos manipuladores (VAN DIJK, 2018, p. 244).

Modelos mentais também são usados como base para compreensão de experiências futuras. Por isso, estratégias para moldar a percepção acerca de eventos e pessoas podem ter efeitos não só em uma situação comunicativa específica, mas apresentar resultados a longo prazo, uma vez que contribui na atualização ou apreensão de conhecimentos e crenças.

A primeira categoria para a qual chamamos atenção é a que van Dijk (2012) denomina como *quadrado ideológico*. O autor elucida que as estratégias do quadrado ideológico consistem em: a) enfatizar *nossas* coisas boas; b) enfatizar coisas ruins *deles/delas*; c) não enfatizar *nossas* coisas ruins; e d) não enfatizar as coisas boas *deles/delas* (VAN DIJK, 2012). O autor explica que essa estratégia pode ser utilizada nos mais diversos discursos. Mais especificamente no âmbito político, é natural que se associe posições adversárias à violência, deixando de lado qualquer ponto positivo do adversário ou da adversária.

A título de exemplo, o pesquisador menciona o comunismo:

por décadas o comunismo foi associado à agressão, falta de liberdade e ideologia rígida. Da mesma forma, se o comunismo é bom, ou melhor do que “nós” na área dos serviços sociais, saúde ou educação, o discurso anticomunista normalmente vai ignorar ou minimizar tais “coisas boas” do seu adversário (VAN DIJK, 2012, p. 32).

Isso quer dizer também que algo muito negativo de um partido ou grupo (como um ataque terrorista) protagonizaria a primeira página de um jornal de comunidade ideológica distinta, com direito a um grande artigo e manchete chamativa (VAN DIJK, 2012).

Percebemos que, nesse quadrado ideológico, entram em cena a autorrepresentação positiva e a representação negativa de oponentes. Contudo, nem sempre o favorecimento à própria imagem é combinado à diminuição de extragrupos. De acordo com van Dijk (2012), também podemos utilizar isoladamente a autorrepresentação positiva para enfatizar pontos favoráveis do intragrupo ou para camuflar, no discurso, as reais impressões sobre determinado assunto. Em outros termos, são expressas no discurso características como tolerância, falta de preconceito, empatia e outros atributos que favorecem a própria imagem e/ou do grupo a que pertence – mesmo que a declaração seguinte seja contrária à qualidade que acabou de ser ostentada, a exemplo de argumentos como “eu não sou racista, mas...”, em que a conjunção “mas” introduz uma fala racista.

A estratégia de polarização também é frequente em discursos que se confrontam. Trata-se, pois, da “expressão de cognições polarizadas e a divisão categórica de pessoas em intragrupos (nós) e extragrupos (eles)” (VAN DIJK, 2012, p. 44). Nesse caso, a polarização tem mais força quando o discurso contém características nossas e deles/delas que são semanticamente opostas, evidenciando o contraste entre os grupos comparados.

A repetição também está envolvida na reprodução ideológica. Não estamos falando apenas da reiteração em um discurso pontual, mas da recorrência de um argumento nas várias práticas discursivas de um grupo ou integrante. De acordo com van Dijk, “a repetida ênfase e o enfoque nas características desviantes ou criminais das minorias criam e confirmam atitudes racistas socialmente compartilhadas na sociedade, e não somente as opiniões de alguns indivíduos preconceituosos (VAN DIJK, 2018, p. 33). Dessa maneira, a constância de um tópico no discurso é capaz de produzir consequências reais para pessoas não admitidas no intragrupo que o (re)produz.

Além dessas estratégias, contamos também com a vitimização, ou seja, uma autorrepresentação vitimizada. Combinada à polarização e à dramatização, auxilia na intensificação do contraste entre grupos, pois, quando um grupo é projetado como vítima, a comunidade ideológica adversária tem sua natureza “má” enfatizada (VAN DIJK, 2012). Com as análises, é possível confirmar que a vitimização está entre as estratégias mais utilizadas pelo presidente Jair Bolsonaro.

Também é bastante comum, para a argumentação, recorrer a uma autoridade para dar suporte ao discurso. Van Dijk (2012) diz que pessoas mencionam organizações, líderes morais ou especialistas que apoiam seu ponto de vista. Geralmente, esse posto de autoridade é ocupado por organizações internacionais, como as Nações Unidas, pela mídia, pela igreja ou por pessoas do meio acadêmico.

Assim como procuramos apoio em autoridades para defender nosso ponto de vista, utilizamos exemplos e ilustrações como reforço para a nossa argumentação (VAN DIJK, 2012). Fornecer exemplos é bastante profícuo, por isso, é comum que contemos histórias concretas, que têm impacto emocional maior no discurso do pronunciar argumentos mais abstratos – esquerda e direita contarão sua própria versão da história.

Tendo em vista a distinção entre intragrupos e extragrupos, bem como estratégias de autorrepresentação e representação de outrem – já discutidas –, não surpreende que van Dijk (2012) também mencione a comparação. Para ilustrar o funcionamento da comparação, que o autor diz ser diferente de símiles retóricos, trata de discursos sobre o racismo: “no discurso racista, extragrupos são comparados negativamente e intragrupos positivamente. No discurso antirracista, podemos comparar negativamente nosso país ou governo com repugnantes regimes antidemocráticos” (VAN DIJK, 2012, p. 36).

A metáfora também é abordada por van Dijk. Segundo ele, “poucas figuras semântico-retóricas são tão persuasivas” (VAN DIJK, 2012, p. 42). Além de sinalizar o alto poder de persuasão da metáfora, o pesquisador aponta que eventualmente encontramos padrões de metáforas em discursos. Em se tratando de refugiados, no Reino Unido, por exemplo, metáforas sobre inundações são bastante utilizadas – denotando que a imigração é uma ameaça que pode “nos afogar”. Outro uso metafórico bastante comum é descrever pessoas em termos de animais, indicando qualidades como agressão ou repulsa (VAN DIJK, 2012).

A lexicalização merece atenção. Significados semelhantes podem ser expressos com as mais diversas palavras, por isso, questões como ponto de vista, opinião e objetivos influenciam na seleção de itens lexicais (VAN DIJK, 2012). As palavras que emergem em um discurso são condizentes às crenças e conceitos do ator social que o produz. Isso quer dizer que, ao defender um grupo marginalizado, por exemplo, podemos focar em aspectos negativos do Estado, usando palavras como “injustiça” e “opressão”; porém, para se opor a esse grupo, usamos expressões mais negativas para descrevê-lo ou falar de suas ações.

Outra estratégia para que destacamos é a pressuposição. Habitualmente, pressupomos sentidos durante as interações, dado o nível de implicitude dos discursos. Entretanto, “estrategicamente, os pressupostos são frequentemente usados para assumir a verdade de uma proposição quando essa verdade não está estabelecida de nenhuma forma” (VAN DIJK, 2012, p. 46). Neste caso, são sugeridas interpretações de asserções, com o objetivo de tomar como verdade o que, porém, não foi dito explicitamente.

A última estratégia deste rol é a ironia. Para van Dijk (2012, p. 41), “as acusações podem surgir de forma mais efetiva quando elas não são feitas diretamente ou frente a frente (o que viola algumas restrições), mas de uma maneira aparentemente mais leve de ironia”. Apesar de poder ser utilizada para suavizar um ataque, o autor também diz que outra função comum do enunciado irônico é a de depreciar outros grupos ou membros.

Em nosso *corpus*, a ironia é a mais patente no repertório de estratégias do contradiscurso. Isto é, assumimos que todos os usos de “cidadão de bem” nos textos de antibolsonaristas são essencialmente irônicos. Como já dissemos e reiteramos, no contradiscurso, o emprego de “cidadão de bem” está relacionado a atitudes que, de acordo com o conhecimento sociocultural, são condenáveis (como a violência física). Desse modo, antes de prosseguirmos para as análises, julgamos pertinente um momento para reflexões sobre o que estamos apontando, categoricamente, como irônico, assim como o próprio funcionamento da ironia nos enunciados.

2.7.1 Ironia

Quando Douglas Muecke (1995) narra o percurso do conceito de ironia, relata que o primeiro registro da palavra – *eironeia* – é encontrado n’*A República*, de Platão. Contudo, Muecke lembra que se reagia ao fenômeno muito antes de haver uma definição ou palavra para tal. O autor atesta a antiguidade do tom irônico mencionando sua presença em obras como a *Odisseia*, de Homero, e o poema medieval *Beowulf*, de autoria desconhecida. Nos diálogos platônicos, Sócrates figurava como protagonista e foi direcionada a ele que a palavra foi empregada nesses registros: “aplicada a Sócrates por uma de suas vítimas, parece ter significado algo como ‘uma forma lisonjeira, abjeta de tapear as pessoas’” (Muecke, 1995, p. 31).

As “vítimas” de Sócrates, a quem se refere Muecke, são os alvos dos questionamentos da personagem nos escritos de Platão. Uma característica patente desses diálogos é a série de questões levantadas por Sócrates, que resulta em ponderações sobre a ignorância do raciocínio contrário ao seu. Estamos diante, portanto, do método socrático, ou da *maiêutica*. Em outras palavras, a estratégia consiste em “propor questões simples ao interlocutor para provocar uma confusão, através de um resultado aporético, a fim de confundi-lo e de mostrar-lhe a fraqueza de sua opinião” (VENÂNCIO, 2009, p. 1).

Associada à maiêutica, está a ironia socrática. O filósofo Mateus Araújo Silva (1995) define a ironia socrática como um modo de proceder, que “consistiria basicamente em falar algo diferente daquilo que pensava, usando a simulação, seja para desmerecer a si mesmo, seja para elevar os interlocutores que ele queria refutar” (ARAÚJO SILVA, 1995, p. 230). Assim sendo, deparamo-nos com um Sócrates elogioso e modesto que, não obstante, refutava pessoas que acabara de enaltecer.

Para exemplificar a ironia socrática, trazemos um dos trechos do diálogo entre Sócrates e Hípias, n’*A República*, analisado por Araújo Silva:

S - Como és feliz, Hípias, se puderes, realmente, em todas as olimpíadas ingressar no santuário tão seguro de ti mesmo e confiante em tua sabedoria! Surpreender-me-ia se algum dos atletas das competições de força física ali se apresentasse para lutar, sem medo e tão confiante no seu próprio corpo como tu dizes estar com relação à tua inteligência.

H - É natural, Sócrates, o que se dá comigo. Desde que comecei a tomar parte nos jogos olímpicos, não encontrei ninguém superior a mim, seja no que for.

S - Que belo monumento de sabedoria, Hípias, deve ser tua glória, para a cidade de Élide e para teus genitores! (364a-b). (PLATÃO, 365 c-d, apud ARAÚJO SILVA, 1995, p. 234).

Com esse excerto, Araújo Silva evidencia a distribuição de papéis entre os interlocutores: Sócrates se portando modestamente, enquanto Hípias é desenhado como presunçoso e de tom professoral. Na continuidade de suas análises, o autor percebe Hípias em situação embaraçosa, visto que o mestre de Platão se tornou o responsável pelo encaminhamento da discussão, direcionando as respostas de Hípias ao raciocínio do próprio Sócrates. Desse modo, ao ler os demais elogios de Sócrates, bem como reler os enaltecimentos acima, notamos que aí reside a ironia (ARAÚJO SILVA, 1995).

Isto é, a postura moderada de Sócrates, enquanto exalta o outro, torna a situação contraditória, pois, “como imaginá-lo tão inferior e distante da sabedoria de Hípias, se vemos seu desempenho tão melhor que o do sofista [Hípias], numa conversa travada em igualdade de condições?” (ARAÚJO SILVA, p. 235, 1995). Contudo, cabe ressaltar que a ironia de Sócrates não objetivava ridicularizar ou minimizar a pessoa com quem debatia, mas levar a uma reflexão sobre conhecimentos e verdades, prezando pela respeitabilidade de quem buscava convencer (ARAÚJO SILVA, 1995; VENÂNCIO, 2009).

Nos dias atuais, a noção mais comum de ironia é distinta do método socrático, de autodepreciação e busca por conhecimento. O que não quer dizer que, na contemporaneidade, tenhamos abandonado a ironia dos diálogos platônicos. Como bem lembra Muecke (1995, p. 34), “a palavra ‘ironia’ assumiu inúmeros significados novos. Naturalmente, os significados antigos não se perderam, e as antigas formas de ser irônico não foram suspensas”.

Concordamos com Muecke: apesar de mais consolidada a noção de ironia como interpretação de enunciados contrária ao sentido que se alcançaria com uma leitura mais literal⁷, acreditamos que ela se revela de diversos modos – inclusive, em distintas modalidades da linguagem (por exemplo, em ilustrações e fotografias).

⁷ A tese de Mônica Neves confirma esse conhecimento popular sobre a ironia de hoje. A autora elenca definições de dicionários e gramáticas, que, no geral, concordam que a característica principal da ironia é entender, em um enunciado, o inverso do que consta na superfície textual. Dentre essas acepções,

O estudo de Muecke ainda divide a ironia em duas: a ironia instrumental ou verbal⁸ e a ironia observável. A primeira diz respeito a uma ironia “essencialmente intencional e instrumental, alguém que realizava um propósito usando a linguagem ironicamente” (MUECKE, 1995, p. 34). No período romântico, o conceito se estendeu para abranger também a ironia não produzida intencionalmente pela mente humana, ou seja, observável em coisas e situações: “sejam ironias de eventos, de personagem (auto-ignorância, autotraição), de situação, sejam de idéias (por exemplo, as contradições internas inobserváveis de um sistema filosófico como o marxismo)” (MUECKE, 1955, p. 39). Parece ser um caso típico desta ironia exclamações como “que ironia do destino!” e constatações sobre como algum acontecimento é contraditório.

Apesar de, segundo o autor, não ser fruto da intenção de um/uma ironista, isto é, pessoa que tem a intenção de ser irônica, fica claro que, ainda assim, a ironia observável exige a participação humana, pois,

na ironia instrumental, o ironista diz alguma coisa para vê-la rejeitada como falsa, unilateral, etc.; quando exhibe uma ironia observável, o *ironista apresenta* algo irônico – uma situação, uma sequência de eventos, uma personagem, uma crença, etc. – que existe ou pensa que existe independentemente da apresentação. (MUECKE, 1995, p. 77, grifo nosso).

Ou seja, um evento irônico passa, obrigatoriamente, pelo crivo de alguém, que determina a ironia e a apresenta por meio da linguagem. Como salienta Hutcheon (2000, p. 22), “a ironia não é ironia até ser interpretada como tal”.

Contemplando a revisão bibliográfica feita por Linda Hutcheon (2000) e a trajetória do conceito de ironia em Muecke (1995), percebemos que, dada sua antiguidade, ela sempre foi objeto de interesse de vários campos teóricos. Isso a fez ser pensada sob os mais diversos enfoques: da retórica, da filosofia, da psicanálise e da pragmática, apenas para citar alguns. Não é interesse desta pesquisa historicizar

trazemos a de Manoel Ribeiro, em sua *Nova gramática aplicada da língua portuguesa*, que diz que a ironia “consiste em declarar o oposto do que na verdade se pensa” (RIBEIRO, 2004 apud NEVES, 2006, p. 14).

⁸ O autor diz preferir denominá-la como “instrumental” a “verbal”. Contudo, optamos por chamá-la verbal, tanto pelo fato de atentarmos para a ironia no discurso, quanto por ser esta também a nomenclatura adotada por Linda Hutcheon.

a ironia, portanto, nossas breves considerações acerca do seu desenvolvimento teórico cessam por aqui.

Mais oportuno para o nosso *corpus* e nossos objetivos é elucidar sob qual perspectiva consideramos a ironia nos enunciados analisados mais à frente. Assim sendo, o estudo *Teoria e política da ironia*, de Linda Hutcheon (2000), é nossa referência para aquilo que consideramos irônico nos textos que utilizam “cidadão de bem” para se posicionar contra o presidente da República.

2.7.2 A ironia como estratégia discursiva

Linda Hutcheon, ao definir como escopo a ironia na esfera discursiva, voltou seu olhar para as dimensões sociais e interativas. A partir de vasta revisão bibliográfica, Hutcheon busca entender como e por que pessoas empregam enunciados irônicos e as consequências de sua compreensão (ou falta de compreensão). A autora teoriza sobre a ironia verbal considerando-a uma estratégia discursiva, observando seu funcionamento em contexto.

Um dos aspectos da ironia que chamam a atenção da teórica é sua natureza “transideológica” (WHITE, 1973, p. 63 apud HUTCHEON, 2000, p. 26). Isto é, sua capacidade de funcionar “taticamente a serviço de uma vasta gama de posições políticas, legitimando ou solapando uma grande variedade de interesses” (HUTCHEON, p. 26-27). Desse modo, a autora alega que a ironia pode ter função provocativa seja em um uso conservador e autoritário, seja figurando uma oposição subversiva.

Para Hutcheon (2000), a ironia raramente diz respeito a uma simples decodificação invertida dos enunciados. Para que aconteça, uma série de elementos trabalham em conjunto: “sua aresta crítica; sua complexidade semântica; as ‘comunidades discursivas’ [...]; o papel da intenção e da atribuição da ironia; seu enquadramento e seus marcadores contextuais” (HUTCHEON, 2000, p. 19). A autora crê que o verbo acontecer é o que melhor descreve a ironia, pois,

o significado irônico, na prática – num contexto social/comunicativo – é algo que ‘acontece’, mais do que simplesmente existe. E ele acontece no discurso, no uso, no espaço dinâmico da interação de

texto, contexto e interpretador (e às vezes, embora nem sempre, ironista intencional) (HUTCHEON, 2000, p. 90).

Dado que a proposta de Hutcheon (2000) considera a ironia na dimensão discursiva e a evoca como um ato social e transideológico, sua perspectiva é de grande valia para este estudo.

Hutcheon (2000) deixa claro em todo seu estudo seu distanciamento de teorias antifrásticas da ironia – (que a veem como uma “inversão semântica direta” (HUTCHEON, 2000, p. 90) – e de noções que a concebem como um mero instrumento retórico. Para a autora, resulta de uma relação entre o dito e o não dito. Nesse sentido, “o poder do não dito de desafiar o dito é a condição semântica que define a ironia” (HUTCHEON, 2000, p. 91). Além da relação entre significados, Hutcheon considera a relação entre partícipes do jogo irônico, especificamente, ironistas, alvos da ironia e interpretadores e interpretadoras. Nas palavras da teórica, o significado irônico decorre de “um encontro performativo, dinâmico, de diferentes criadores de significados, primeiro, com o propósito de criar algo novo e, depois, [...] para adotá-lo como aresta crítica de julgamento” (HUTCHEON, 2000, p. 91).

A noção de comunidade discursiva é um conceito caro para o estudo de Hutcheon. A teórica explica que a ironia é “um processo moldado culturalmente” (HUTCHEON, 2000, p. 134). Assim, é o pertencimento a grupos que compartilham crenças e valores que admite a produção da ironia. Diante disso, a autora apresenta o conceito de comunidade discursiva⁹, buscando fundamentação nas formações discursivas de Foucault. A comunidade discursiva é definida como uma “configuração complexa de conhecimento, crenças, valores e estratégias comunicativas compartilhados” (HUTCHEON, 2000, p. 136). A autora ainda relaciona essas comunidades a restrições de contextos discursivos e especificidades como espaço e tempo, gênero, etnia, orientação sexual, religião, entre outros agrupamentos micropolíticos (HUTCHEON, 2000). Isso significa que pertencemos a muitas comunidades que se superpõem e, muitas vezes, entram em conflito (SWALES, 1988; LEFEVRE, 1978 apud HUTCHEON, 2000).

⁹ A definição de Hutcheon, conforme sinaliza, não é exatamente a mesma que encontramos em Swales: “um construto sócio-histórico, neutro em termos de meio e sem restrições de tempo e espaço” (SWALES, 1988, p. 211).

Para a autora, portanto, a ironia ancora em valores e conhecimentos compartilhados. O sentido irônico funciona por meio de um acordo tácito, no qual marcadores e conhecimentos culturais e linguísticos apontam para leituras entrelinhas. Mais precisamente, Hutcheon nos diz que

mesmo para a mais simples das ironias verbais, por exemplo, há que existir acordo mútuo por parte de ambos os participantes sobre estes pontos básicos: que as palavras tenham significados literais; que as palavras possam, entretanto, ter mais de um significado, especialmente em certos contextos; que exista alguma coisa como ironia (distinta de logro) onde um significado falado joga contra significados implícitos mas não falados – com certa aresta avaliadora; que esta ironia possa ser deliberada, mas não necessariamente; que possivelmente haja alguns marcadores culturalmente acordados na elocução e/ou no contexto enunciativo para sinalizar que a ironia está funcionando e como se deve interpretá-la. (HUTCHEON, 2000, p. 142).

Portanto, Hutcheon vai em direção contrária a estudos que associam a compreensão da ironia à noção de competência linguística, de Noam Chomsky, a exemplo de Jonathan Culler (1975). A ironia é “menos competência que suposição compartilhada” (HUTCHEON, 2000, p. 142). Em vista disso, a comunidade discursiva tem papel fundamental em sua teoria tanto para explicar a percepção de uma ironia quanto para justificar que ela passe despercebida.

O ambiente de sala de aula é utilizado pela autora para exemplificar a influência da comunidade discursiva na interpretação irônica. Qualquer docente, ao observar conversas entre estudantes, nota que alunos e alunas são mais capazes de empregar ironias em comunidades discursivas das quais pertencem. Contudo, a turma nem sempre compreende enunciados irônicos que surgem em aula. Isso não indica falta de habilidade perante a ironia, mas sim um caso de comunidades discursivas diferentes – do mesmo modo que o/a docente pode não ter informações contextuais suficientes para interpretar alguma fala irônica de sua classe (HUTCHEON, 2000).

Por conseguinte, “quanto mais próxima a superposição cultural ou discursiva de contextos, tanto mais prováveis a compreensão de ironias específicas e a aceitação da apropriabilidade da ironia em certas circunstâncias” (HUTCHEON, 2000, p. 144). Aproximando nossos dados da teoria de Hutcheon, lembramos da restrição da ironia do cidadão de bem ao contradiscurso.

Faz-se necessário abrir um parêntese para falar que, no português brasileiro, aspas são bastante utilizadas para indicar ironia em textos escritos¹⁰, já que, na escrita, não contamos com traços prosódicos que facilitariam a leitura irônica, como a entonação, gestos e expressão facial. O uso das aspas é tão consagrado como marca textual de ironia que é comum, em interação face a face, utilizarmos gestos que simulam as aspas, para não restar dúvidas da presença da ironia no enunciado. Desse modo, consideramos as aspas como pista textual da ironia – indício importante, mas não obrigatório. Referimo-nos às aspas porque, olhando para nosso *corpus*, acreditamos que aspear a ironia é um modo de deixar claro também para a comunidade discursiva oposta que não se acredita na retórica do cidadão de bem.

Em grande parte das circunstâncias, a ironia tem papel provocativo. Logo, para atingir o alvo da ironia (neste caso, o cidadão de bem), é conveniente a compreensão por parte da oposição, o que faz sentido em um cenário político de rivalidade cada vez mais declarada entre direita e esquerda e, por conseguinte, entre agrupamentos micropolíticos. Assim, o uso desse marcador textual indica para as diversas comunidades discursivas que, na categorização aspeada, há um julgamento sobre as pessoas que se declaram cidadãos de bem. Por intermédio de conhecimentos compartilhados e contexto, os interlocutores e as interlocutoras captam a avaliação negativa por trás desta ironia.

Isso ocorre porque a ironia tem o que Hutcheon chama de “aresta crítica”. Segundo a autora, a ironia consegue ser afiada, provocar inquietude: “a ironia decididamente tem os nervos à flor da pele” (HUTCHEON, 2000, p. 63). Examinando o modo como as diversas linhas teóricas tratam o aspecto crítico da ironia, Hutcheon a relaciona à emoção. Em muitos enunciados irônicos, se nota “tom de deboche ou ridículo ou desprezo. E é esse tom que, diz-se, sugere aos interpretadores que essas posições de atitude são, na verdade, de emoção” (HUTCHEON, 2000, p. 64).

As emoções estão por trás da motivação da ironia, podendo ser usada como uma “arma de desprezo” (Booth, 1974, p. 43 apud HUTCHEON, 2000, p. 68). Contudo, essas emoções não dizem respeito apenas a ironistas, mas também a alvos da ironia e à sua plateia, que podem vivenciar, por exemplo, irritação e raiva (ou por ter sido

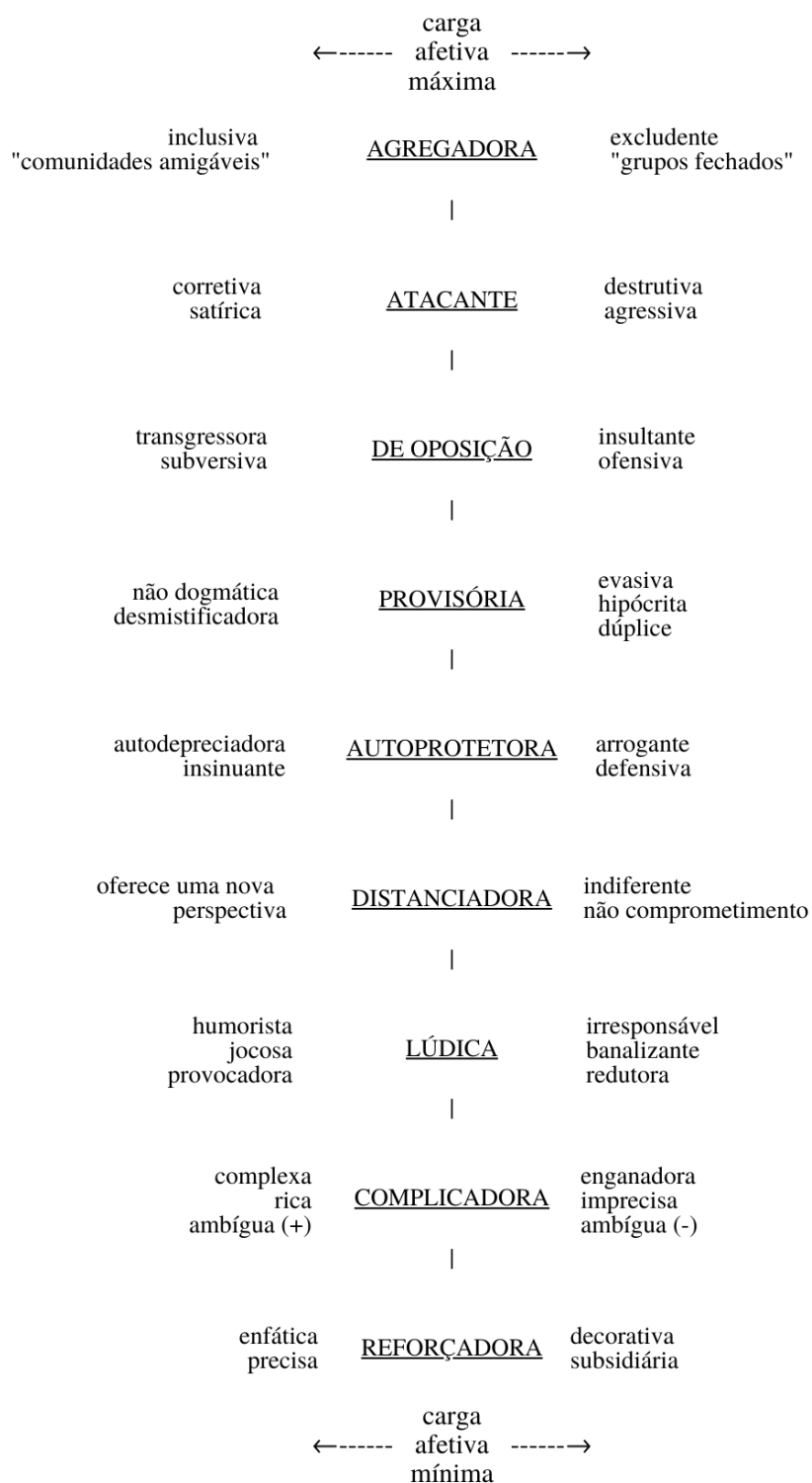
¹⁰ Além de gramáticas normativas reconhecerem o uso das aspas “para realçar ironicamente uma palavra ou uma expressão” (CUNHA; CINTRA, 2017, p. 677), pesquisas sobre textos jornalísticos ratificam a utilização de aspas para assinalar a ironia (SALDANHA, 2015; BARROS, 2014).

objeto de ironia ou por não ter conseguido interpretá-la). Não só reações desconfortáveis são provocadas pela ironia. Hutcheon (2000) esclarece que os efeitos da ironia são vários, da diversão à raiva.

Fundamentando-se em Alex Preminger (1974 apud HUTCHEON, 2000) e Ellen Winner (1988 apud HUTCHEON, 2000), a autora explica que a ironia tende a ser mais simpática quando ironista e interlocutor ou interlocutora fazem parte de uma mesma comunidade discursiva. À vista disso, há vezes em que a ironia é utilizada para atenuar uma provocação, sendo preferível um comentário irônico a uma ofensa mais direta.

Sendo assim, a ironia opera de vários modos, cumprindo muitas funções. Para tentar dar conta das diversas formas como a ironia opera, Hutcheon desenvolveu um esquema que visa a sintetizar suas funções. As informações presentes no quadro, Hutcheon (2000, p. 75) adianta, “estão presentes e são facilmente explicáveis na vasta quantidade de comentários sobre a ironia através dos séculos”.

Figura 4: As funções da ironia



Fonte: Hutcheon (2000, p. 76).

O esquema elaborado por Hutcheon sugere um *continuum* de tom e emoção. Em sua escala, os pontos mais baixos representam efeitos irônicos menos pungentes, à medida que a ironia se torna mais polêmica e provocadora a partir do meio para o

topo do quadro. Se apresenta, desse modo, um *continuum* de carga crítica e afetiva mínima para máxima, em que as funções mais básicas da ironia são a decorativa e a enfática, enquanto as mais emotivas compreendem exclusão e inclusão (HUTCHEON, 2000).

Sobre as funções inclusiva e excludente (extremidade superior), a autora explica que

a ironia pode criar comunidades, como muitas teorias argumentam, mas eu sugeri também que a ironia é criada *por comunidades*. Num sentido negativo, diz-se que a ironia joga para grupos fechados que podem ser *elitistas* e *excludentes*. A ironia claramente diferencia e assim potencialmente exclui: como a maior parte das teorias diz, existem aqueles que a ‘pegam’ e os que não. (HUTCHEON, 2000, p. 86).

Questões de autoridade estão relacionadas a esse funcionamento que a teórica chama de “agregador”, uma vez que “a ironia implica uma presunção de autoridade e sofisticação por parte de ambos o ironista e o interpretador pretendido (isto é, que compreenda) às custas de uma platéia que não compreende e, logo, é excluída” (HUTCHEON, 2000, p. 87). Assim, a ironia, utilizada por grupos específicos, está relacionada ao que Erving Goffman chamou de “comunicação de conluio” (GOFFMAN, 1974 apud HUTCHEON, 2000, p. 88), em que partícipes de uma mesma rede captam o sentido do enunciado irônico, ao passo que pessoas contra as quais essa mesma rede atua são excluídas. À face dessa discussão, a autora propõe, enfaticamente, que “*são as comunidades discursivas que são simultaneamente inclusivas e excludentes – não as ironias*” (HUTCHEON, 2000, p. 144).

Encarando nosso *corpus*, assumimos que o uso de “cidadão de bem” como ironia é uma particularidade dos grupos de oposição ao Governo, portanto, do contradiscurso. Esse é um caso de ironia com arestas afiadas, carregada de crítica e hostilidade que, além disso, indica a incoerência entre o que é aceito como “de bem” por bolsonaritas e suas práticas sociais. Contudo, argumentamos que, apesar desse uso ser restrito ao contradiscurso, a ironia desses enunciados é percebida por comunidades ideológicas opostas, devido aos conhecimentos sociais, marcadores culturalmente compartilhados e à situação interativa.

Diante dessa exposição da teoria de Hutcheon, consideramos a ironia do contradiscurso em nosso *corpus* como pista de posição política, interpretável graças

ao conhecimento sociocultural, ao evento comunicativo e ao próprio texto que ela integra.

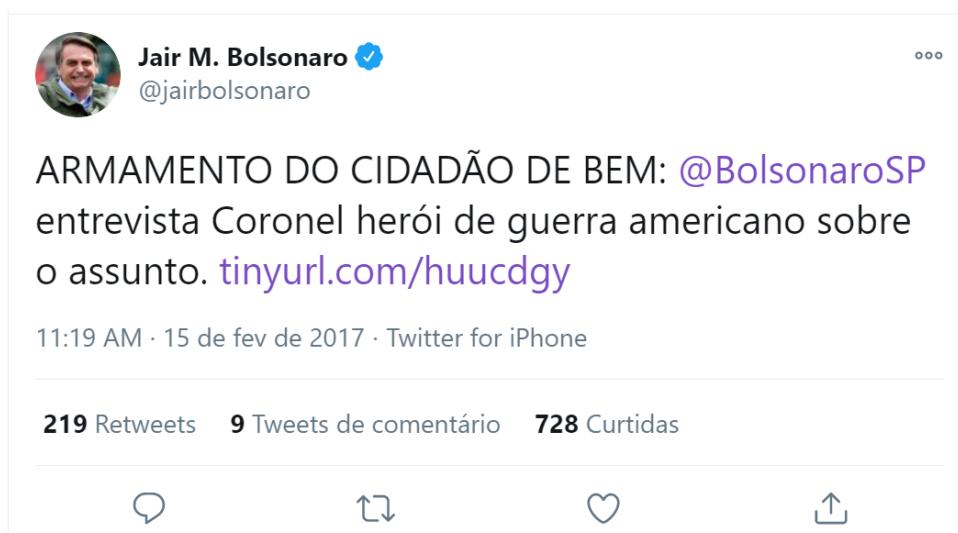
3. ANÁLISE DOS DADOS

Esta seção é subdividida da seguinte forma: o primeiro momento corresponde à apreciação dos tweets do presidente brasileiro, observando como a representação do cidadão de bem é desenvolvida em suas práticas discursivas; em seguida, o foco será sobre textos de demais usuários e usuárias do Twitter que se opõem a Jair Bolsonaro e mobilizam a expressão mote desta investigação; por fim, será feito cotejo entre o discurso do presidente e outros discursos da rede social, analisando o papel desempenhado pelo grupo ideológico do cidadão de bem nas relações sociais.

3.1 A EXPRESSÃO “CIDADÃO DE BEM” NO DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Entre as repercussões que fizeram Jair Bolsonaro ganhar cada vez mais notoriedade está a flexibilização do acesso a armas, o que achamos ter contribuído para a construção de sua autorrepresentação de pessoa arrojada e capaz de mudanças radicais no país. Por isso, o texto com que iniciamos as análises diz respeito a um tweet publicado por Bolsonaro em fevereiro de 2017 sobre o armamento civil.

Figura 5: Armamento do cidadão de bem



Fonte: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/831855419681280004>

O presidente é lembrado por sua oposição às políticas desarmamentistas e aliança com a Frente Parlamentar da Segurança Pública, conhecida como Bancada da Bala. Nesse texto, o enunciado “armamento do cidadão de bem” aparece em caixa alta e topicalizado. Essa disposição visualmente atrativa direciona o foco para o tema principal de seu tweet, tornando mais fácil chamar atenção de usuários e usuárias do Twitter com posicionamento semelhante. Na data da publicação, Bolsonaro estava longe de ter a popularidade de hoje (apesar de suas quase três décadas de política, só aprovou três projetos), porém, já estava chamando atenção da mídia por suas declarações relacionadas ao extremismo de direita, o que torna coerente que quisesse manter e ampliar sua reputação.

Após o enunciado em caixa alta, Bolsonaro divulga entrevista cedida pelo coronel Lee Van Arsdale¹¹ a Eduardo Bolsonaro (filho do presidente, mencionado na postagem como @BolsonaroSP), podendo ser acessada por meio do link disponibilizado no próprio tweet. O endereço eletrônico direciona a um vídeo em que Eduardo Bolsonaro pede a opinião do coronel sobre o armamento civil. Van Arsdale é um antigo líder estadunidense das Forças Especiais, a favor do armamento, defende que uma população armada tem liberdade e segurança.

Para apoiar sua postura armamentista, Bolsonaro recorre a pessoas com alinhamento ideológico semelhante (o que é comum no discurso), porém, não qualquer uma, mas um coronel do Exército dos Estados Unidos da América. Como relatado por van Dijk (2012), ao analisar discurso parlamentar, normalmente mencionamos autoridades que dão suporte à argumentação, como organizações e líderes morais. Notamos que, ao citar o coronel, Bolsonaro não o nomeia, preferindo referenciá-lo como “Coronel herói de guerra americano”.

Esses são atributos caros à comunidade ideológica da qual Jair Bolsonaro faz parte, na qual há apreço por tudo o que se relaciona ao militarismo, desde simples

¹¹ Coronel dos Estados Unidos aposentado. Dos 25 anos de carreira no Exército, 11 foram dedicados à liderança da Força Delta. Após carreira militar, sua atuação continuou voltada à segurança nacional, tendo sido diretor executivo e fundador do Instituto de Estudos de Segurança da Universidade de Nevada, em Las Vegas (AIR FORCE ACADEMY, s.d.).

comportamentos à própria ditadura militar¹². Isso justifica não só a escolha da autoridade que sustenta seu discurso armamentista, como também a seleção lexical de “Coronel” e “herói de guerra”.

Além da patente militar, é feita menção à sua nacionalidade, “americano”. Neste caso, americano diz respeito especificamente a estadunidense¹³, nação com a qual Bolsonaro vinha tentando manter boas relações até a saída do ex-presidente Donald Trump, que perdeu a última eleição presidencial dos Estados Unidos da América. Em diversas práticas sociais do presidente brasileiro se percebe admiração pelos E.U.A, o que até deu margem para comparações entre os dois enquanto chefes de Estado: Trump suspendeu verbas para programas científicos e sociais, menosprezou organizações internacionais (a exemplo das Organizações das Nações Unidas e da Organização Mundial de Saúde), incentivou uso de medicamentos sem comprovação de eficácia (como a hidroxicloroquina e cloroquina para o tratamento de Covid-19), insistiu no que sem tem chamado de negacionismo¹⁴, entre outras determinações similares às do presidente brasileiro.

Para tratar de questões oportunas para o que considera cidadão de bem, se espera que Bolsonaro evoque pessoas que ele também julga como “de bem” – isto é, alguém que é o oposto desse cidadão modelo não seria legitimado por Jair Bolsonaro. Dito isso, o coronel Van Arsdale é um exemplo de cidadão de bem. Portanto, a pessoa de bem é simpática ao militarismo (por conseguinte, armamentista) e tem como parâmetro os Estados Unidos da América.

Admitimos que um tweet não é o suficiente para afiançar que o cidadão de bem tem as citadas características para o presidente. Contudo, notamos um padrão no uso de “cidadão de bem” no discurso de Bolsonaro. Em outros momentos, o presidente chegou a usar os E.U.A como exemplo, como constatamos em de seus tweets em que compartilha vídeo de abordagem policial que aconteceu em Houston, cidade do Texas, em que há pelo menos quatro agentes fora das viaturas apontando armas em

¹² Como já aludido, durante a votação de impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, exaltou o coronel Ustra (responsável por torturas e sequestros durante a ditadura militar, tornou-se o primeiro torturador a ser condenado no Brasil), as Forças Armadas e o monarquista militar Duque de Caxias.

¹³ Uso comum do dia a dia, em que “americano” não significa só alguém das Américas, também é utilizado como gentílico dos Estados Unidos.

¹⁴ Compreende-se por negacionismo, o ceticismo acentuado, que tem como sequelas rejeição de conhecimentos compartilhados pela sociedade (como a inexistência do aquecimento global ou a teoria de que a Terra é plana), descrédito às ciências e suposições conspiratórias de que determinados grupos provocam situações prejudiciais para a humanidade.

direção a dois suspeitos (Anexo C). Em seu texto, Bolsonaro relata que, em locais onde a legislação favorece policiais e cidadãos de bem, não há chances para o crime. Vemos, neste texto, a estratégia de pressuposição funcionando: o presidente apresenta uma “verdade” que não é possível constatar no vídeo nem mesmo no próprio país em que ocorreu a abordagem (como no Brasil, crimes ocorrem a todo o momento no país norte-americano). Cabe salientar que, no Anexo C, outro coronel foi considerado autoridade, já que a fonte da filmagem que compartilhou foi o Coronel Paulo Telhada¹⁵ (“via @coroneltelhada”).

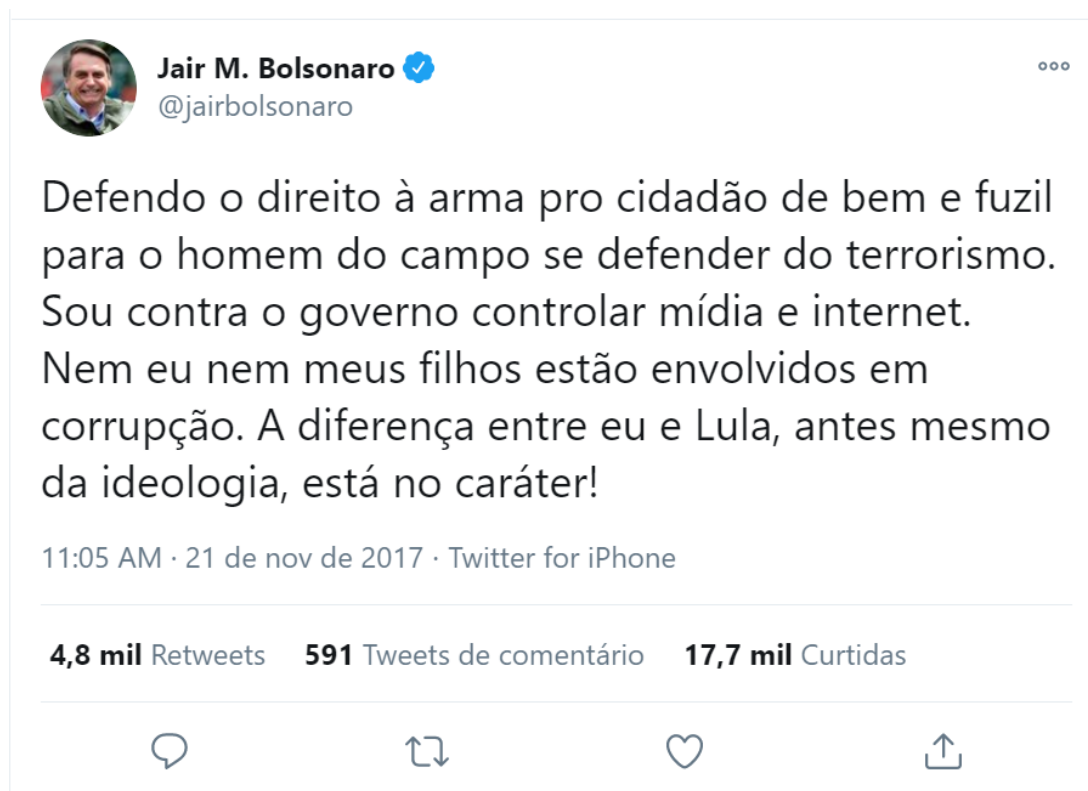
3.1.1 O massacre do cidadão de bem: modelo mental de guerra

Debruçando-nos sobre textos do presidente da República, constatamos uma regularidade interessante: o emprego de “cidadão de bem” muitas vezes é acompanhado de uma seleção lexical tipicamente bélica. Isto é, nesses textos em que há a expressão nominal “cidadão de bem”, são comuns palavras que remetem a guerra, a conflito ou a batalha. Para tratar disso, recorreremos a duas Figuras, que serão apresentadas a seguir.

No período de publicação da Figura 6, Jair Bolsonaro já estava sendo visto como a melhor opção contra o PT e seu pré-candidato, o ex-presidente Lula, que não chegou a disputar a eleição presidencial de 2018 por ter a candidatura impugnada, pois foi preso em abril de 2018.

¹⁵ Coronel da reserva da Polícia Militar do Estado de São Paulo e ex-comandante do Batalhão de Polícia de Choque das Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (Rota), de acordo com o que escreveu em sua biografia do Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/coroneltelhada>.

Figura 6: Defendo o direito à arma pro cidadão de bem



Fonte: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/932958215645618176>

Esse texto de Bolsonaro utilizar uma construção opositiva entre ele e seu maior adversário político, em que sua autorrepresentação é de alguém que luta contra uma figura antagônica não só na política, mas também no que tange à moral. Em seu discurso, defende que o cidadão de bem tenha arma de fogo, enquanto no Governo Lula entrou em vigor o Estatuto do Desarmamento, o que sugere que o mesmo cidadão de bem ficou desprotegido. Quando Bolsonaro diz que é “contra o governo controlar mídia e internet”, presumimos que se trata da regulação da mídia¹⁶, uma das

¹⁶ Também denominada como regulamentação ou democratização da mídia, seu objetivo, de acordo com Vitor Almeida (2019), é fazer valer a Constituição de 1988, que, no artigo 220, parágrafo 5º, prescreve que meios de comunicação não podem ser objeto de monopólio ou oligopólio. Contudo, a mídia brasileira está nas mãos de sete famílias (uma delas, inclusive, com concentração de propriedade horizontal, vertical e cruzada). Em 2009, o Governo do PT inaugura a Conferência Nacional de Comunicação, com resoluções para o combate à concentração da mídia e, no mesmo, ano o Governo passou a discutir um marco civil regulatório para a internet (o que, em 2014, tornou-se o Marco Civil da Internet, lei que garante direitos e deveres no âmbito virtual). Em sua reeleição, a ex-presidenta Dilma Rousseff esclareceu que iria defender a regulação econômica da mídia, não *regular* o conteúdo midiático. A partir do estudo de Almeida (2019), percebemos que existe uma confusão entre a regulação da mídia e a censura à liberdade de imprensa. A regulação busca a democratização midiática, não proibição de veiculação de conteúdos – não é o mesmo, por exemplo, que entrar com pedido na justiça

bandeiras do PT que voltou a ser citada no ano de 2017. Por fim, Bolsonaro afirma o não envolvimento de sua família com corrupção, enquanto o ex-presidente foi condenado pelo ex-juiz Sérgio Moro, em julho de 2017, a nove anos de prisão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro – de acordo com o Supremo Tribunal Federal, o ex-juiz foi parcial nos julgamentos relativos a Lula (SCHREIBER, 2021).

Esse tipo de estratégia, que contrasta os aspectos dos dois pré-candidatos à presidência, associamos à mesma a que van Dijk (2012) chama de *quadrado ideológico*. Ou seja, ênfase em *nossas* coisas boas e nas coisas ruins *deles/delas*, além de não enfatizar *nossas* coisas ruins, nem enfatizar as coisas boas *deles/delas* (VAN DIJK, 2012). Isso ocorre devido aos modelos mentais, que controlam o discurso. Se esses modelos são polarizados, o discurso também apresentará polarização (VAN DIJK, 2012). Jair Bolsonaro, de extrema direita, está inserido em um grupo ideológico distante do grupo do ex-presidente petista, da esquerda – o próprio presidente demonstra aversão a este campo da política. Isso tudo justifica polarização também no discurso.

Toda essa polarização reforça o distanciamento de Jair Bolsonaro e do cidadão de bem da comunidade ideológica do ex-presidente, elevando o caráter de seu grupo em detrimento do representante da esquerda. Assim, sua ideologia é manifestada como concernente à defesa de direitos, oposição a formas de controle e livre de corrupção.

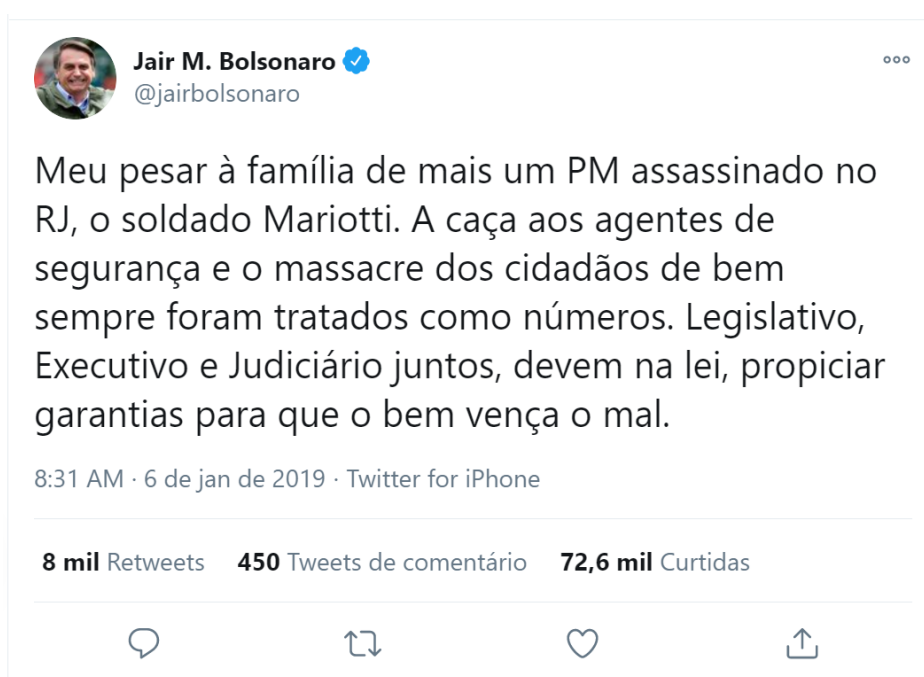
Voltando a atenção para o cidadão de bem na Figura acima, percebemos que este precisa de um recurso para proteger-se, neste caso, uma arma. A situação é descrita em termos de guerra, isto é, o enunciado que inicia o tweet, “defendo o direito à arma pro cidadão de bem e fuzil para o homem do campo se defender do terrorismo”, mobiliza itens lexicais como “arma”, “fuzil”, “defender” e “terrorismo”. Assim, o cidadão de bem ocupa posição de vítima que, desarmada, não tem como exercer a legítima defesa.

É possível identificar, a partir disso, metáforas de guerra no discurso do presidente. Na Figura acima, a situação do Brasil é descrita como “terrorismo” para os cidadãos de bem, mas contamos também com enunciados do presidente que

para proibir uma emissora de informar à população sobre investigação criminal em que se é alvo de investigação, como o fez um dos filhos de Jair Bolsonaro, em setembro de 2020 (G1, 2020).

afirmam, precisamente, que se vive uma “guerra que estamos perdendo” e que ele enfrenta um “bom combate” (respectivamente, Anexos G e K). Na imagem seguinte, o presidente constata que há um “massacre” dos cidadãos de bem, contudo, esse cenário de conflito, enfatizado mais uma vez por meio de metáforas e expressões bélicas, se estende também às Forças Armadas.

Figura 7: A caça aos agentes de segurança e o massacre dos cidadãos de bem sempre foram tratados como números



Fonte: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1081860747242688512>

Na data da postagem acima, Jair Bolsonaro já havia sido empossado presidente da República do Brasil, junto ao seu vice-presidente, Hamilton Mourão, general da reserva do Exército Brasileiro. Em seu sexto dia como presidente, ao lamentar a morte do policial Daniel Henrique Mariotti, morto por assaltantes, Jair Bolsonaro lança mão, novamente, destes termos que, em nossa sociedade, são facilmente relacionados a modelos mentais combate: *assassinado*, *caça* aos agentes de segurança, *massacre* dos cidadãos de bem, o *bem vença o mal*. Neste caso, cidadãos de bem e agentes de segurança são vítimas (o “bem”), enquanto expõe a

urgência da atuação de Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário na preservação da vida de agentes e de cidadãos de bem, para derrotar um “mal”.

Não só os cidadãos de bem enfrentam um massacre, mas também as Forças de Segurança Pública são alvo de “caça”. Acreditamos que essas construções, além de reforçar modelos mentais de conflito no Estado, também realçam a posição do cidadão de bem como vítima – se até mesmo quem garante a segurança da população está sendo “caçado” e “assassinado”, o cidadão de bem, desarmado, se encontra em um nível maior de vulnerabilidade. Essas estratégias dão apoio à ideologia armamentista do presidente: na condição caótica do país apresentada por Jair Bolsonaro, possuir armas é questão de sobrevivência.

Assim com van Dijk (2012) comenta que é possível detectar padrões de metáfora, julgamos estar diante de um campo metafórico arraigado no discurso de Jair Bolsonaro: para expor seu ponto de vista sobre os mais diversos temas, vale-se de termos de combate. Essas expressões colaboram para desencadear modelos mentais de conflito, entretanto, também estão intimamente relacionadas às próprias ideologias do chefe de Estado. Isto é, como político que já deixou clara sua afeição ao militarismo e armamento da população, suas escolhas lexicais são coerentes.

Esses discursos de Jair Bolsonaro, conforme podemos verificar, não só suscitam modelos mentais de conflito no Estado, mas também manipulam modelos sobre policiais. Após ter acabado de assumir a presidência, o presidente publicou duas vezes, no dia quatro de janeiro de 2019, sobre a insuficiência de leis para salvaguardar policiais (Anexos I e J). Dois dias depois, noticiou a morte de um agente, voltando a mencionar os Três Poderes (Figura acima). Neste período, Bolsonaro era um ator social de inigualável destaque no Brasil, tendo em vista sua posse recente, portanto, pessoa com grande poder de reforçar conhecimentos gerais acerca do ofício policial (garantir a segurança da população) e induzir à atualização de representações mentais, levando a acreditar que agentes de segurança vivem em perigo.

Por meio dessas práticas discursivas, atingimos a projeção de policiais, que dão a vida para defender o cidadão de bem, como pessoas que não recebem dos Três Poderes garantias necessárias para exercer sua função. Embora não tenha especificado quais são essas garantias, presumimos que entre elas está o enfraquecimento de sanções para agentes que cometem crime de abuso de poder ou excesso de força policial, já que esta é uma das pautas recorrentes no discurso Jair

Bolsonaro – o que chegou a chamar de dar “carta branca para matar”¹⁷ –. Além disso, no mesmo ano da publicação acima, enviou ao Congresso Nacional Projeto de Lei para ampliar excludente de ilicitude de Forças Armadas (MAZUI, 2019).

Percebemos, portanto, que há profunda relação entre cidadãos de bem e policiais no discurso de Jair Bolsonaro. Do total de 18 postagens do presidente em nosso *corpus*, em sete, há referência a agentes de segurança: além da Figura acima, o presidente congratula ação policial no Rio de Janeiro, em que um agente disparou ao menos quatro tiros contra homem que assaltou uma joalheria e que fez de refém uma mulher de 83 anos (Anexo H); comemora o dia da Polícia Militar e da Polícia Civil e diz reconhecer o trabalho duro (Anexo F); conforme discutimos momentos atrás, usa os E.U.A como exemplo para tratar de legislação que favorece policiais e os cidadãos de bem (Anexo C); afirma e reafirma a necessidade da aprovação de leis oportunas para agentes de Segurança Pública, para que continuem combatendo “os criminosos que aterrorizam os cidadãos de bem no Brasil” (Anexo I e J); e discute sobre salário da polícia do Espírito Santo (Anexo A).

Assim, é patente a regularidade de uma tríade no discurso de Jair Bolsonaro, baseada em heroísmo (polícia), vítima (cidadão de bem) e vilania (quem comete crimes ou está em posição ideológica contrária). O presidente investe nessas representações e nesses papéis ao longo do *corpus*, embora não necessariamente as três posições tenham sido usadas em um mesmo tweet. Em outras palavras, nos textos, ao menos uma dessas posições emerge ocupada por uma entidade: oponente, pessoa em estado de ameaça, defesa.

Acreditamos que essa tríade também é uma forma de reforçar o modelo mental bélico que Bolsonaro suscita em suas práticas discursivas, mesmo antes de ser eleito. Além de repetir temas e suas opiniões sobre eventos e de usar metáforas e campo lexical de guerra, o presidente faz uso das representações de heroísmo, vítima e vilania, insistindo em representar o Brasil como um cenário de expressiva contenda.

¹⁷ Em transmissão ao vivo por meio de seu perfil oficial da rede social Facebook, Jair Bolsonaro declara “Nós vamos brigar pelo excludente de ilicitude. O policial militar em ação responde, mas, não tem punição. Se alguém disser que quero dar carta branca para policial militar matar, eu respondo: quero sim. O policial que não atira em ninguém e atiram nele não é policial. Temos obrigação de dar retaguarda jurídica a esses bravos homens que defendem nossa vida e patrimônio em todo Brasil” (BOLSONARO, 2017). O discurso foi realizado ao chegar a Manaus, em dezembro de 2017. A filmagem com declaração sobre a Polícia Militar (que inicia por volta dos 20 minutos e 50 segundos de vídeo) está disponível em: <https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/videos/968973099918343/>.

O país descrito por Bolsonaro favorece sua ideologia armamentista, já que o cidadão de bem precisa proteger-se.

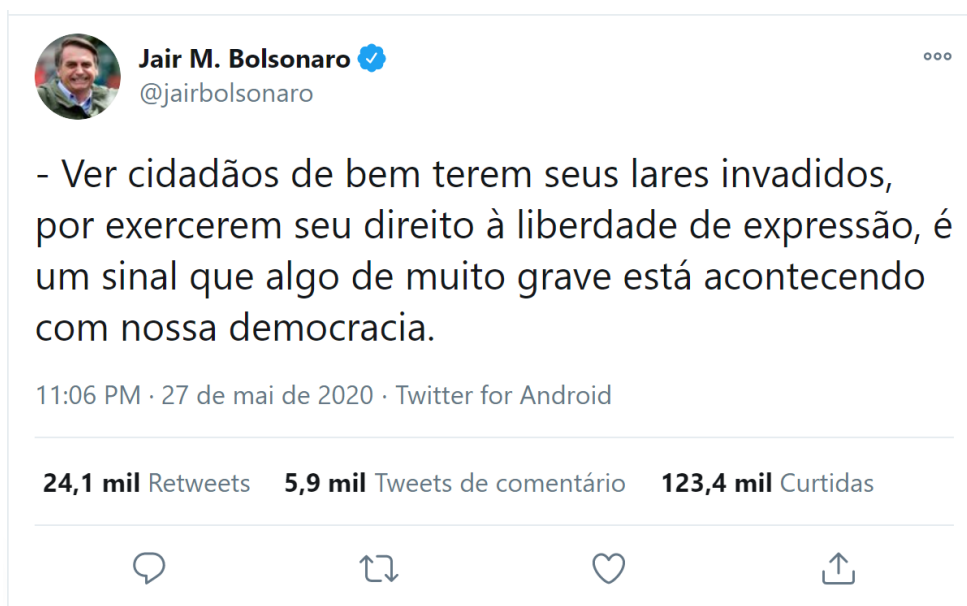
A frequente representação do cidadão de bem como vítima pode ser verificada em dez tweets (Além das Figuras 6 e 7, já apresentadas, temos o cidadão de bem sendo vítima nos Anexos A, B, D, G, H, I, J e K). As estratégias de vitimização e dramatização, como dissemos em capítulo anterior, auxiliam na intensificação da polarização entre grupos (VAN DIJK, 2012). Portanto, nestes discursos do presidente, quem é contrário ao cidadão de bem se opõe a um Brasil que precisa de mudanças.

O presidente não só investiu na imagem de vítimas e de entidades protetoras, mas também na representação de pessoas a quem é contrário. Há, desse modo, um trabalho também de construção negativa de quem pertence a extragrupos. Como vimos na Figura 6, em que traçou uma imagem do ex-presidente Lula como alguém que desprotegeu a população e tinha como objetivo “controlar mídia e internet”.

3.1.2 A ameaça à liberdade

O cidadão de bem enquanto vítima tem constantemente a liberdade, em algum nível, ameaçada. De acordo com os textos do presidente, seja liberdade de expressão, seja liberdade de ações, há sempre uma tentativa de cerceamento (vimos na Figura 6, por exemplo, que o Governo de esquerda pretendia controlar a mídia). Na captura de tela abaixo, pessoas suspeitas de compartilhamento de investigações falsas têm a liberdade de expressão ameaçada.

Figura 8: Ver cidadãos de bem terem seus lares invadidos



Fonte: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1265826739512541185>

A insatisfação manifestada pelo discurso da Figura 8 está relacionada à ação de busca e apreensão, realizada pela Polícia Federal, em endereços de aliados e aliadas de Bolsonaro. Em março de 2020, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, abriu inquérito criminal para investigar *fake news* contra a corte, além de ameaças e ofensas (investigação de que ficou conhecida como *Inquérito das fake news*).

De acordo com matéria do portal de notícias G1, o ministro Alexandre de Moraes, relator do inquérito, determinou ainda bloqueio de contas em redes sociais das pessoas investigadas¹⁸ que, conforme laudos técnicos, estavam envolvidas no financiamento de produção e disseminação de notícias falsas (PALMA; CAMARGO; FALCÃO, 2020).

¹⁸ Algumas das pessoas que apoiaram Bolsonaro e foram alvo dos mandados de busca são: Luciano Hang (dono das lojas Havan); Roberto Jefferson, que, em redes sociais já se mostrou contrário ao STF; Sara Giromini (Sara Winter), que se autodeclara como ativista pró-vida e pró-família; e Otavio Fakhoury, um dos fundadores do atual partido de Bolsonaro, Aliança para o Brasil (PALMA; CAMARGO; FALCÃO, 2020). Lista completa de pessoas investigadas disponível em <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/27/pf-cumpre-mandados-em-inquerito-do-stf-sobre-fake-news.ghtml>>.

O modo como o presidente descreve o acontecimento diz muito sobre sua opinião acerca da investigação. A ação de busca e apreensão foi referenciada como invasão a lares; já a disseminação de *fake news* e ameaças foi classificada como liberdade de expressão; a investigação de notícias falsas por parte do STF é uma ameaça à democracia; e o cidadão de bem, mais uma vez, é representado como vítima. Assim sendo, há tentativa de manipular a compreensão acerca do inquérito, sugerindo modelos mentais que favorecem a aliança de Bolsonaro e, em contrapartida, concebem o STF em posição de algoz.

Apesar de suas críticas a investigações do que considera “liberdade de expressão” e de acusar governos anteriores de intento de privação da liberdade do uso de mídia e redes sociais (no tweet do Anexo D, Bolsonaro diz que “Temer insinua ações do controle das redes sociais”), são comuns ataques do presidente à mídia. No ano de 2021, o nome do chefe de Estado brasileiro foi integrado ao relatório de “predadores da liberdade de imprensa”, da Repórteres Sem Fronteiras (CARTA CAPITAL, 2021c). Além disso, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos Dom Paulo Evaristo Arns chegou a denunciá-lo nas Organizações das Nações Unidas por ataque à liberdade de expressão (CARTA CAPITAL, 2021b). Ademais, em nosso próprio *corpus* de textos do contradiscurso, o cidadão de bem é associado a ataque a jornalistas (Anexos N e O).

Considerando essas observações, concluímos uma construção tendenciosa que sugere a perseguição das pessoas que apoiam o presidente, enquanto ele próprio é acusado, por vezes, de agir conforme condena. Desse modo, há uma manipulação discursiva que facilita a apreensão do modelo mental que o próprio presidente deseja – ou seja, manipulação da memória episódica, para formar e ativar modelos favoráveis a quem manipula (VAN DIJK, 2018).

3.1.3 O cidadão de bem e a militarização

A observação do *corpus* nos permitiu alcançar regularidades em textos em que Bolsonaro lança mão de “cidadão de bem”. O primeiro ponto que destacamos é a inegável relação entre o cidadão de bem e o amparo policial: das 18 postagens, em

sete, há a representação de agentes de Segurança Pública como figuras heroicas, defensoras do cidadão de bem.

Expressamente adepto à ideologia militarista, Bolsonaro insiste, em suas práticas discursivas, que as forças armadas precisam de mais apoio e liberdade para atuar. Até mesmo antes de chegar à presidência é notável que seus textos são controlados pela política de agentes de Polícia com “carta branca para matar”, o que acreditamos ter como consequência uma naturalização da morte. Devido à frequente associação entre doutrinas militares e a redução da criminalidade, emerge de seus discursos um modelo mental em que militarismo e um bom governo andam de mãos dadas.

Desse modo, os discursos do presidente são organizados cognitivamente por crenças e ideologias que conferem a sociedades justas a atenuação de direitos humanos de infratores e infratoras, a arma de fogo acessível à população e a maior liberdade para ações policiais (por consequência, diminuição ou extinção de punibilidade por excessos de agentes em serviço). Quando o chefe de Estado motiva modelos cognitivos que convergem para a inculpabilidade de agentes das Forças Armadas em um país de arraigada violência policial contra pessoas negras e pobres¹⁹, constatamos a preservação da vida da elite branca e a pouca importância com grupos periféricos.

Refletimos ainda sobre a viabilidade de uma aliança de poderes. Jair Bolsonaro, enquanto elite política e econômica, possui poder também simbólico. A união dos poderes simbólico e político da autoridade máxima do Executivo – que enaltece a ditadura em diversas práticas sociais – com o poder militar é propícia à instauração de políticas antidemocráticas e da legitimação de uma polícia partidária. Com as práticas discursivas de exaltação policial, acreditamos que o presidente tem angariado cada vez mais poder também neste domínio. Sendo assim, suas práticas sociais confluem para um projeto de militarização, tornando ainda menos poderosos grupos marginalizados, visto o tratamento discriminatório e exasperado que militares

¹⁹ Segundo levantamento do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (obtido pelo G1 por meio da Lei de Acesso à Informação), em 2019, só no estado do Rio de Janeiro, 1.814 pessoas foram mortas em ações da Polícia, dessas, 1.423 eram pretas ou pardas (COELHO; RODRIGUES, 2020).

têm dirigido a pessoas negras, de vulnerabilidade social e militantes de direitos humanos e contra regimes autoritários.

Além de exaltar a Segurança Pública, o presidente recorreu à representação negativa de oponentes. No *corpus*, a menção a entidades às quais se opõe, regularmente, foi acompanhada de suposta ameaça à liberdade. Isso posto, os discursos de Jair Bolsonaro motivam modelos mentais em que há algum ser inimigo a ser combatido (até mesmo os itens lexicais insinuam um cenário de batalha), sendo uma ameaça aos direitos do cidadão de bem. Por sorte, as forças militares e o próprio presidente agem em seu benefício.

Tendo em conta as entidades que emergiram em seu discurso como antagônicas ao cidadão de bem, chegamos à conclusão de que a formação social da qual faz parte é caracterizada pela política de extrema direita (o que não nos surpreende, já que o próprio presidente é desse espectro político), armamentista e adepta ao militarismo, contudo, apesar do apreço por regimes autoritários, a imposição de autoridade (ou simplesmente o cumprimento da lei) é vista como legítima apenas para extragrupos, já que investigações criminais de cidadãos de bem são tidas como perigo à democracia – o inquérito criminal para investigar propagação de *fake news* e ameaças foi referenciado como invasão a lares e ameaça à democracia.

Jair Bolsonaro se vale da repetição para a tentativa de estabilização do modelo mental que lhe favorece. Desse modo, há constância em: papéis de heroísmo (polícia), vítima (cidadão de bem) e vilania (quem comete crimes ou pertence a posições ideológicas contrárias); injustiça no tratamento dirigido às Forças Armadas; país em constante ameaça; população desarmada associada à falta de segurança; pessoas de bem como alguém da direita.

Com base nos apontamentos sobre esse grupo ideológico, chegamos a um protótipo de cidadão de bem como um homem branco de extrema direita (modelo admitido pelo próprio presidente brasileiro, já que esses traços foram revelados em seu discurso): no que diz respeito a gênero, mesmo ao tratar de uma mulher como vítima (Anexo H), não houve flexão gramatical para o feminino (“a vida do cidadão de bem sempre deve ser prioridade”), não havendo em seu discurso espaço para qualquer cidadã; além disso, todas as pessoas mencionadas nos tweets como consoantes à posição de Jair Bolsonaro são brancas (até mesmo os alvos do inquérito

que investiga *fake news*, referidos como cidadãos de bem, são, em esmagadora maioria, brancos e de classe econômica privilegiada).

Não há reconhecimento de pluralidade nessas práticas discursivas. O que se afasta dessa representação de cidadão de bem é combatido nos discursos de Jair Bolsonaro. Portanto, as atitudes do cidadão de bem são contrárias às lutas atreladas à esquerda. Na construção dessa retórica maniqueísta, o presidente se apoia em conhecimentos da memória social, que organizam como adversárias as políticas de direita e de esquerda, para incutir um modelo mental dicotômico que se resume em bem e mal – respectivamente, direita e esquerda. O cidadão de bem reproduzido por Jair Bolsonaro está sob constante ataque, principalmente por parte do espectro político oposto.

3.2 “CIDADÃO DE BEM” NO CONTRADISCURSO

Acima, discutimos a presença do cidadão de bem nos discursos do atual presidente da República, verificando que a estratégia de vitimização foi a mais utilizada para representar o grupo defendido por Jair Bolsonaro. Em contraste, pessoas críticas ao atual Governo de extrema direita utilizam “cidadão de bem” de modo peculiar, como já dito reiteradamente, sugerindo controvérsia entre as ações e o rótulo de pessoa de bem.

Uma simples busca com o mecanismo de pesquisa do Twitter, rede social fonte de nosso *corpus*, apresenta um sem-número de publicações de oposição em que “cidadão de bem” é utilizado. Faz-se necessário salientar que encontramos não só a flexão de número, mas também a de gênero, isto é, “cidadã de bem”: em nosso *corpus*, seis tweets contêm a expressão flexionada para o gênero feminino.

Em dois enunciados, a expressão no feminino é empregada como referência a Flordelis, deputada acusada de mandar matar o próprio marido; em um dos tweets, a esposa do deputado Daniel Silveira, que foi preso por apologia ao Ato Institucional n.º 5, é a cidadã de bem; em outro texto, a autora fala de si própria, conjecturando a possibilidade de tornar-se cidadã de bem ao ingerir cloroquina ou ivermectina (medicamentos defendidos por Bolsonaro como forma de tratamento precoce para Covid-19); uma moradora de condomínio de luxo que cometeu o crime de racismo

também foi categorizada como tal; por fim, a última cidadã de bem desta lista é uma mulher que cometeu homofobia.

Essa síntese das cidadãs de bem nos introduz a temáticas às quais, no discurso de resistência ao Governo, o cidadão protegido pelo presidente é relacionado. Conforme pode ser verificado nas análises à frente, as práticas que mais se relacionam ao cidadão de bem no discurso de oposição são agressões e o desejo da morte de outrem, outros temas recorrentemente associados à categorização também serão discutidos.

O uso reiterado da expressão por parte de Bolsonaro acabou por construir um modelo mental em que ele e seu eleitorado são classificados como “de bem”. Assim, nos textos de pessoas opostas ao presidente, consideramos que todas as menções a cidadão de bem têm bolsonaristas como referentes. Em alguns tweets, essa relação é mais explícita, já que encontramos enunciados como “cidadão de bem bolsonarista”, “bolsonarista e ‘cidadão de bem’” e “um típico cidadão de bem com a foto do presidente no perfil” (Anexos Y, U e Q). Outros tweets citam nomes de apoiadores e apoiadoras de Bolsonaro para ilustrar esse grupo, Flordelis foi referida duas vezes como cidadã de bem – algumas das outras pessoas apontadas foram a ministra Damares (o próprio presidente a citou em um de seus tweets) e os ex-ministros Abraham Weintraub e Ricardo Salles (Anexo P).

Ademais, a categorização emerge em textos que abordam ideologias e crenças comuns ao eleitorado de Jair Bolsonaro. Como no tweet em que o autor compartilha uma notícia sobre uma criança que atira em outra enquanto brincavam; para comentar o acidente, utiliza a própria retórica bolsonarista para tratar do porte de armas: “Cidadão de bem precisa se defender” (Anexo V).

No momento da interação, não é necessária uma observação tão detida para recuperar os referentes. As lacunas de textos e modelos mentais são facilmente preenchidas graças a conhecimentos socioculturais compartilhados e a eventos que, conforme acontecem, atualizam as representações cognitivas.

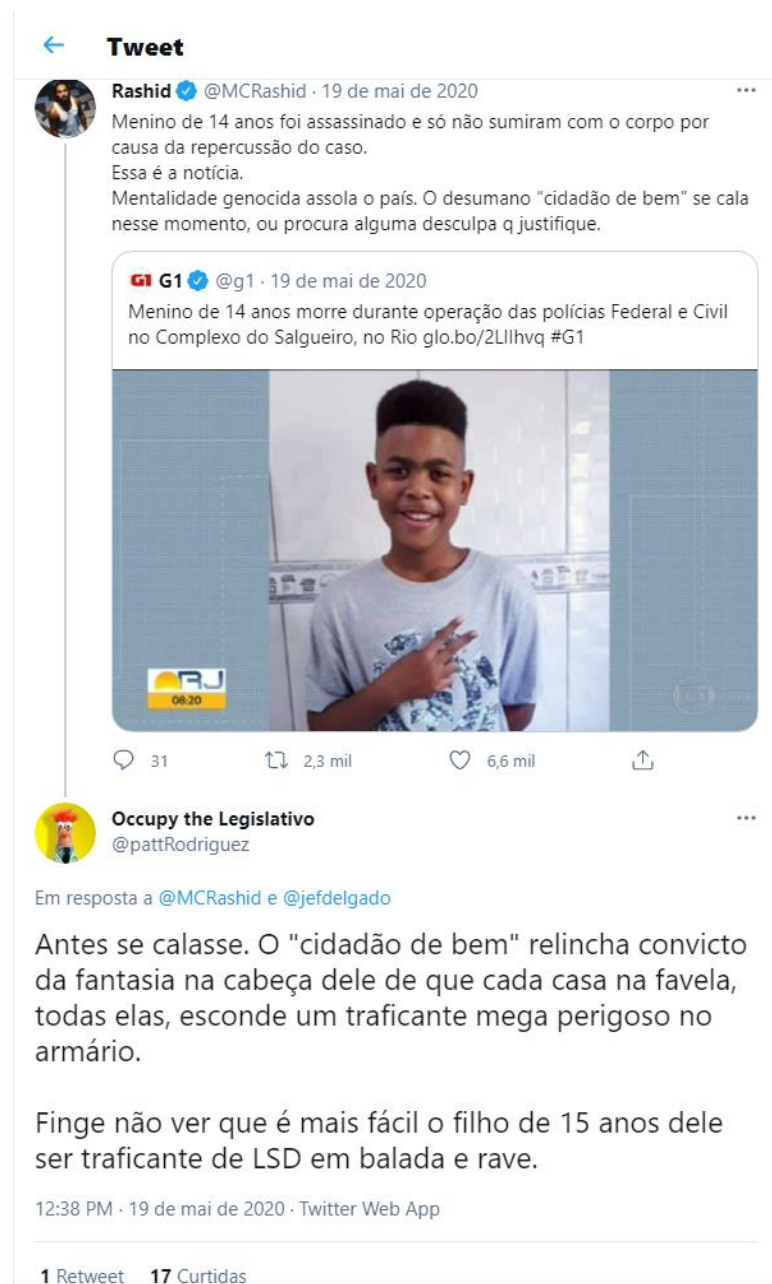
3.2.1 A ironia em ser “de bem”

Como mencionado, a ironia do cidadão de bem que é malfeitor já está consolidada no contradiscurso. Consideramos as aspas como indicadoras de sentido irônico em um enunciado: em nossa coleta, dos 30 tweets de oposição, 11 apresentam entre aspas “cidadão de bem”, “cidadãos de bem” e “cidadã de bem”. Embora nossas análises se limitem aos tweets, não poderíamos deixar de contemplar, durante as capturas de tela, respostas às publicações – dada a relevância da interação para qualquer estudo discursivo.

Lendo comentários das publicações que julgamos irônicas, percebemos que quem comenta os tweets utilizando também “cidadão de bem” muitas vezes o faz de modo similar ao autor ou à autora do tweet principal. Para tornar mais claro, retomemos o texto do rapper Rashid, já apresentado na introdução deste trabalho. O artista comenta a morte do adolescente João Pedro Mattos, compartilhando notícia publicada pelo G1. O garoto de 14 anos foi baleado durante operação policial no Complexo do Salgueiro, no Rio de Janeiro. Após a operação, o corpo de João Pedro desapareceu, o que gerou repercussão na internet e na mídia televisiva. Após ter virado notícia em todo o país, familiares o encontraram no Instituto Médico Legal. Durante este período, se cobrou, nas redes sociais, posicionamento do presidente da República, o que não chegou a acontecer.

O artista, ao se mostrar inconformado com o assassinato da criança e com a pouca importância dada ao caso, desabafa: “mentalidade genocida assola o país. O desumano ‘cidadão de bem’ se cala nesse momento, ou procura alguma desculpa q [que] justifique”. Entre as respostas ao rapper, encontramos o seguinte comentário:

Figura 9: O desumano “cidadão de bem” se cala nesse momento



Fonte: <https://twitter.com/pattRodriguez/status/1262769700976590848>

Enquanto Rashid opina sobre a omissão do cidadão de bem, quem escreveu o comentário acredita que ele tem participação menos passiva nos assassinatos em periferias do país, por perpetuar a representação de favela reduzida ao tráfico e ao perigo. Apesar disso, ambos os posicionamentos são semelhantes: o cidadão de bem tem sua parcela de culpa não só no assassinato do garoto do Complexo do Salgueiro, mas também em demais mortes de grupos marginalizados.

Esse caso pode ser usado para exemplificar que uma mesma comunidade discursiva, de acordo com a noção de Hutcheon (2020), utiliza a ironia de modo similar – aqui, sinalizando-a com aspas. Ainda, a teórica nos lembra que a proximidade cultural e discursiva de contextos torna ironias específicas mais prováveis e aceitas em certos eventos discursivos. Nesta circunstância, a ironia de Rashid não só foi compreendida, mas também reproduzida por outro perfil do Twitter.

Enquanto atentávamos para as aspas nos textos apresentados acima, notamos também que tanto Rashid quanto o perfil que interagiu com o cantor desumanizaram o cidadão de bem: além do próprio adjetivo “desumano” ter sido empregado, o verbo “relinchar” lhe foi associado (em nossa cultura, equiparar alguém a equinos geralmente tem efeito pejorativo) – como assinala van Dijk (2012), caracterizar humanos em termos de animais com efeito de depreciação não é estratégia rara, e a própria metáfora tem poder de persuasão ímpar.

No texto de Rashid (igualmente, no comentário em seu tweet) o cidadão de bem consente a morte de uma criança de periferia por policiais. Portanto, é possível colocar o cidadão como cúmplice desse assassinato. Neste sentido, a posição do artista se assemelha ao discurso de Jair Bolsonaro, considerando que ambos apresentam uma relação de proteção entre cidadão de bem e forças armadas. Ou seja, o excesso policial não recebe qualquer crítica do cidadão de bem, que, segundo Rashid, “se cala nesse momento, ou procura alguma desculpa q [que] justifique”.

Apesar de, no quesito cumplicidade entre forças armadas e cidadão de bem, o rapper e o presidente concordarem, há dessemelhança quanto à condição de vítima, já que o cidadão de bem não é mais oprimido, mas culpado ou cúmplice de atitudes socialmente condenáveis. Usamos o texto de Rashid e um dos comentários em seu tweet para exemplificar esse uso que consideramos irônico. Assim como o artista expôs sua opinião sobre a participação do cidadão de bem no assassinato de uma criança por policiais, outros textos de oposição expõem práticas questionáveis do referido cidadão de bem.

O efeito irônico da expressão se percebe: a) ao considerar a relação do cidadão de bem com todo o texto; b) levando em conta a situação enunciativa; c) por meio de conhecimentos sociais, uma vez que não é habitual a associação de ações ruins a um predicado positivo; e d) por nosso conhecimento interacional, tendo em vista que

peessoas com o português brasileiro como língua materna têm estabilizadas em suas memórias configurações de enunciados irônicos, salvo exceções²⁰.

Assim, o uso irônico está estreitamente associado à posição política: se bolsonaristas utilizam “cidadão de bem” como um modelo a ser seguido, no discurso de oposição o uso da categorização suscita efeitos de sentido irônicos.

3.2.2 Violência do bem

Ao cotejar os textos de Jair Bolsonaro com os de antibolsonaristas, percebemos que pessoas contrárias ao presidente também recorrem a um vocabulário de conflito e guerra ao falar do cidadão de bem. Desse modo, ele emerge em textos que sugerem um modelo mental de violência até mesmo no contradiscurso. No próprio tweet de Rashid, vimos expressões que julgamos promover um modelo de violência, como “assassinado”, “corpo” (no texto, um corpo morto), “genocida” e “assola”. Sugerir um modelo mental de guerra para tratar da morte de alguém com apenas 14 anos tem impacto semântico significativo, afinal, de acordo com nossos conhecimentos, crianças devem ser protegidas, não vítimas de violência em contextos tão brutais.

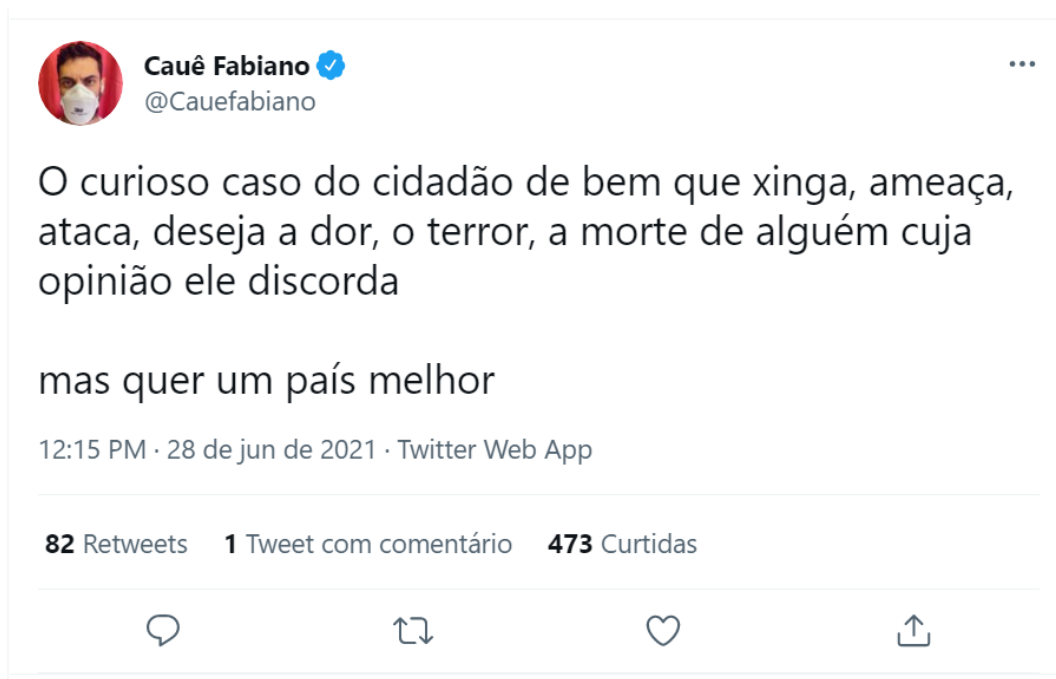
Assim, o contradiscurso recorre à lexicalização negativa desse cidadão de bem. Julgamos que o uso recorrente desse campo lexical contribui para a estabilização, em nossa memória, de uma representação desse grupo como truculento. No discurso de oposição, dentre os termos de violência associados ao cidadão de bem, destacamos a palavra “morte”. Em seis textos²¹, esse cidadão aparece relacionado tanto ao substantivo quanto ao verbo “matar” – em outros textos, são empregadas distintas expressões com conceito de morte, como “assassinado”, visto no tweet de Rashid, acima, e “CPF cancelado”, gíria empregada pelo próprio presidente, bastante utilizada entre a milícia e grupos de extermínios para denotar o abate de alguém (CARTA CAPITAL, 2021a).

²⁰ Exemplos dessas exceções são crianças em fases iniciais do desenvolvimento linguístico e pessoas com transtornos que afetam a cognição, como o transtorno do espectro autista.

²¹ Além da Figuras 10, abaixo, Anexos Y, AA, GG, KK e NN.

Nos enunciados do contradiscurso, o cidadão de bem celebra, deseja e ameaça de morte alguém – quando não, há acusação de sua participação na morte de alguém (como no tweet do Anexo GG, que relata que Flordelis é “acusada de matar o próprio marido”). Como exemplo, apresentamos este tweet publicado pelo jornalista Cauê Fabiano:

Figura 10: O curioso do cidadão de bem



Fonte: <https://twitter.com/Cauefabiano/status/1409530809023877120>

No texto acima, todas as expressões violentas estão relacionadas precisamente ao cidadão de bem, empregado como agente de atitudes que fogem de princípios de nossa sociedade. Entre as ações, o repórter afirma que o cidadão de bem não só deseja dor, mas também “a morte de alguém cuja opinião ele discorda”. Todo o discurso de Cauê Fabiano foi elaborado com uma descrição negativa das práticas do cidadão de bem, contribuindo para uma representação explicitamente nociva desse grupo que, apesar de suas ações, “quer um país melhor”.

Acreditamos que a frequência de itens lexicais negativos associados a esse grupo, entre eles, inclusive, vocábulos com sentido de morte, acentuam a ironia na rotulação. Nessa Figura 10, por exemplo, após categorização “de bem”, há uma

sequência de itens lexicais que contrastam não só com a predicação, como também como também com seu desejo de “país melhor”.

No discurso de Jair Bolsonaro, itens lexicais e metáforas de guerra auxiliam na construção de um modelo mental de conflito no país, no qual o cidadão de bem se encontra acuado. No contradiscurso, também detectamos uma representação de violência, contudo, a hostilidade é provocada pelos próprios cidadãos de bem. Portanto, é comum nos discursos de oposição o modelo mental do cidadão de bem violento e agressor.

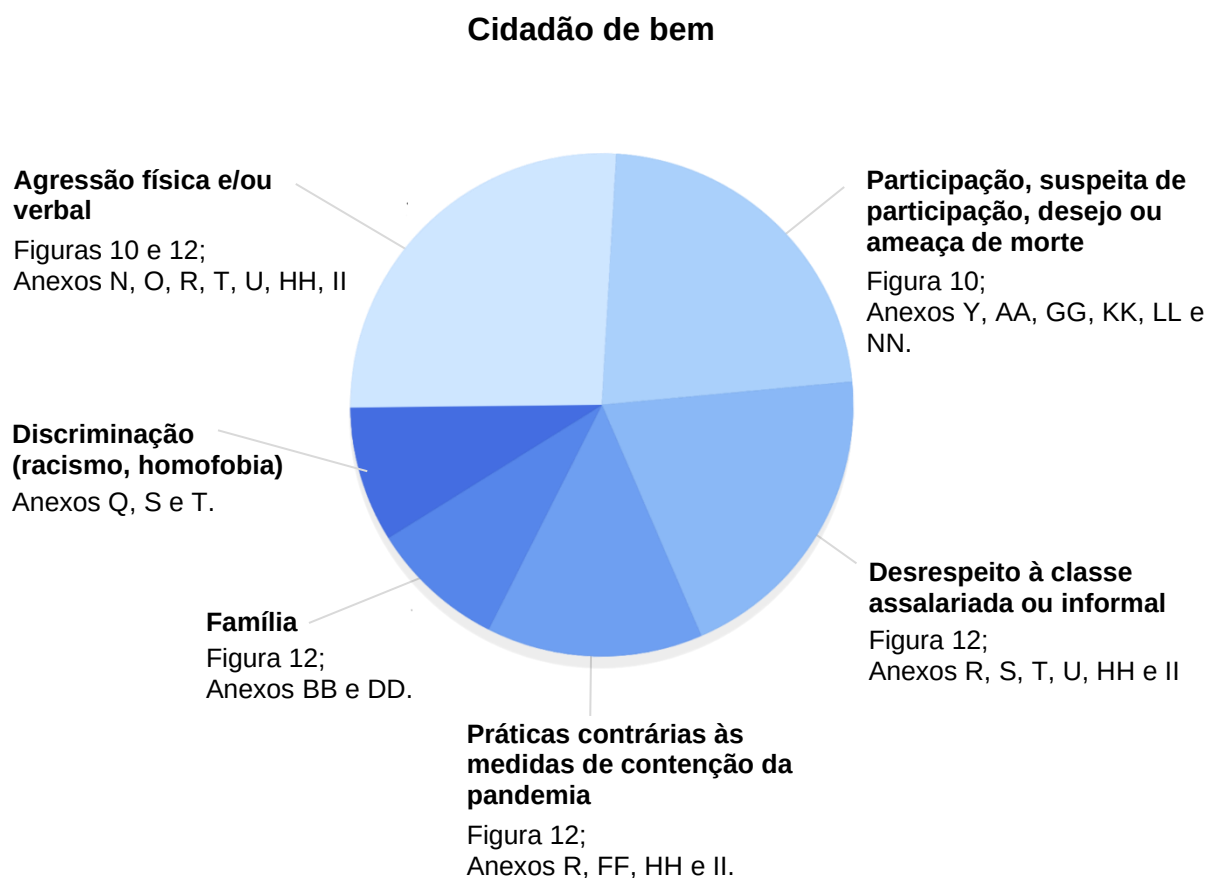
Uma vez que conjecturamos a existência de um estereótipo que minimiza o cidadão de bem a traços, entre outros, de violência, compreendemos que o léxico também sofre influência dessa representação coletiva. Isto é, se antibolsonaristas veem nessa categorização a saliência do aspecto de brutalidade, é compreensível que utilizem palavras relativas à morte para concebê-lo em suas práticas discursivas.

Desse modo, vamos agora tratar da estereotipia que circunda o cidadão de bem.

3.2.3 O estereótipo do cidadão de bem

Para tratar de questões que, acreditamos, podem indicar a existência de um estereótipo negativo do cidadão de bem, vamos, então, considerar situações às quais esta categorização mais é associada. Para tanto, elaboramos o gráfico abaixo, com base em nosso *corpus*. Ao debruçarmo-nos sobre os 30 tweets do contradiscurso, percebemos a proeminência de algumas práticas que são vinculadas ao cidadão de bem pelo discurso de oposição ao Governo Bolsonaro.

Figura 11: Práticas do cidadão de bem no contradiscurso



Fonte: A autora.

Desde que o novo coronavírus (SARS-CoV-2) ocasionou a pandemia que já dura mais de um ano²², este é um tema assíduo nos mais variados eventos discursivos. O presidente da República, bem como parte da população que ainda o apoia, têm se envolvido em polêmicas desde o início do surto de Covid-19: minimização da gravidade da doença, disseminação de notícias falsas, recusa a medidas de proteção, negacionismo, entre tantas outras práticas que contrariam recomendações de autoridades de saúde para a contenção da doença²³.

²² Em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) classificou oficialmente a situação como pandêmica (BBC, 2020).

²³ Calil (2021) considera que essas ações fazem parte da estratégia do Governo Jair Bolsonaro para atingir a imunização coletiva (ou “imunidade de rebanho”). Essa técnica de imunização requer que

Em nosso *corpus*, quatro publicações (Figura 12, a seguir, e Anexos R, HH e II.) tratam de agressão a funcionárias que pediram para clientes usarem máscara dentro do estabelecimento. Em um desses textos, um homem vandaliza uma sorveteria e dispara ameaças e ofensas contra funcionária. As outras três postagens dizem respeito a uma colaboradora que foi espancada na padaria em que trabalhava, sendo espancada pelo homem que se recusou a usar a proteção contra a Covid-19, teve o braço quebrado e hematomas e inchaços no rosto (possível constatar pelas fotos divulgadas juntamente às matérias). Os homens que se recusaram a pôr a máscara foram classificados nos quatro tweets como cidadão de bem. Os dois casos repercutiram, virando assuntos muito comentados no Twitter e noticiados por portais e programas jornalísticos brasileiros.

Para representar essas publicações, vejamos a Figura abaixo, que compreende o texto do jornalista Ronald Gimenez, editor-chefe e âncora da Rádio SulAmérica Trânsito, do grupo Bandeirantes.

parcela significativa da população se infecte, para se tornar imune à doença. Essa parcela imunizada acaba virando uma barreira contra o vírus. Contudo, uma das consequências dessa técnica é que incontáveis pessoas perdem a vida por conta do vírus (CARVALHO et al., 2020).

Figura 12: Provavelmente um cidadão de bem



Fonte: <https://twitter.com/RonaldGimenez/status/1404853002696015878>

No tweet acima, o usuário da rede social compartilhou uma notícia publicada pelo G1 acerca do caso de agressão à funcionária da padaria, associando o criminoso ao cidadão de bem. Nas outras duas publicações acerca da mesma situação, os perfis, igualmente, compartilharam sua opinião juntamente a textos jornalísticos – um dos tweets servindo-se do mesmo link do G1 partilhado por Ronald Gimenez, acima,

enquanto o Diário do Centro do Mundo (DCM), jornal digital, compartilhou o link de sua própria reportagem²⁴.

Lendo as chamadas dos textos jornalísticos desse caso, notamos que não houve qualquer referência específica a cidadão de bem – o que já era esperado, dada a premissa de imparcialidade jornalística. Ainda assim, o referente foi retomado como cidadão de bem. Acessando cada matéria (do G1 e do DCM), não localizamos passagens com “cidadão de bem” nem, especificamente, sobre bolsonaristas. Contudo, pelos menos três textos de nosso *corpus* assim o identificaram. Ponderando acerca da captura de tela apresentada acima, notamos que o autor presumiu que o agressor é um cidadão de bem, o que é acentuado pelo uso do advérbio “provavelmente” – também no Anexo S o advérbio foi utilizado para tratar da suspeita de crime de racismo: “provavelmente tem a carteirinha de cidadã de bem...”.

Essa é uma das ações que consideramos indicadoras de um estereótipo. Isto é, uma vez que as práticas sociais do presidente e de integrantes do seu Governo são notadamente contrárias a métodos de prevenção à Covid-19, bem como ao negacionismo da pandemia, a recusa do uso de máscara foi prontamente associada ao grupo que apoia Bolsonaro, logo, ao cidadão de bem. Assim, as quatro publicações sobre repúdio à máscara não só mobilizaram a memória acerca de qual grupo geralmente reproduz a minimização da pandemia (chegando a invadir hospitais para verificar se existem vítimas de Covid), como também recorreram à representação de cidadão de bem como violento.

Ainda refletindo sobre o tweet acima, notamos que Ronald Gimenez adjetivou o cidadão de bem agressor como alguém “que luta pela honra da família brasileira”. O zelo pela instituição familiar é uma das pautas bolsonaristas, que, segundo Cal e Serejo (2021), teve papel central na eleição de 2018. A família tida como “tradicional” para o presidente é estruturada pelo patriarcado, heterossexualidade e conservadorismo, fazendo parte dos “bons costumes” e da formação do “cidadão de bem” (CAL; SEREJO, 2021).

²⁴ O tweet que trata do vandalismo à sorveteria não foi acompanhado de matéria jornalística, porém, a usuária da rede social compartilhou vídeo em que é possível assistir à destruição do comércio e aos gritos contra a funcionária.

Defendemos que, ao evocar ideologias que compõem as práticas discursivas do bolsonarismo para estabelecer relação com o agressor, se evidencia que pessoas sectárias a essas narrativas têm traços de agressividade. Queremos dizer que, em discursos como o ora analisado, encontramos generalizações estereotípicas como: toda as pessoas que defendem a honra e bons costumes da família são cidadãos de bem, logo, são criminosas.

Ratificamos nosso argumento de correlação entre família – nos moldes bolsonaristas, que deslegitimam arranjos familiares plurais – e práticas criminosas indicando os Anexos BB e DD. O primeiro anexo conta com notícias em que todos os filhos do presidente estão sendo investigados pela justiça. Sobre isso, o usuário afirma que esta é “a familia [família] tradicional brasileira do cidadão de bem”. Já no Anexo DD, o texto relata o envolvimento da deputada Flordelis, aos 30 anos, com ex-namorado da própria filha, quando ele tinha 14 anos. Em comparação aos demais textos do *corpus*, esse apresentou construção peculiar, pois, ao concluir sua exposição de polêmicas envolvendo Flordelis, o autor comenta: “Conservadora. Família. Cidadã de bem!”, o que demonstra que estes conceitos estão tão imbricados à representação de bolsonaristas (relacionados à identidade de grupo) que não é necessário discorrer acerca desses aspectos.

Utilizamos a Figura 12 para ilustrar que o cidadão de bem foi tido como agente da agressão a comerciárias que solicitaram aos clientes que seguissem normas de proteção contra o coronavírus. Porém, esse enfurecimento voltado às trabalhadoras pode ser relacionado não só ao negacionismo, mas também a outro tópico saliente no contradiscurso: agressão a pessoas que estão lhe prestando serviço. Como se não bastassem os quatro textos que relatam a ferocidade dos homens que se recusaram a usar máscara, em outras três postagens do nosso *corpus*, pessoas “de bem” agem com hostilidade contra quem está lhe prestando algum atendimento (Anexos S, T e U).

No Anexo U, o cidadão de bem é um homem que gritou com atendentes da rede de *fast-food* McDonald’s, por não lhe darem ketchup; o Anexo S, rapidamente mencionado anteriormente, apresenta notícia de uma moradora de condomínio de luxo que se recusou a receber entregador, por ser negro; por fim, no Anexo T, a cidadã de bem, advogada insatisfeita com refeição servida, ofende garçoneiro e balconista de

padaria e, quando um cliente intervém no ataque, a mulher agride e dispara ofensas homofóbicas contra o rapaz.

As pessoas agressoras foram categorizadas como membras do grupo “de bem”. Quanto às vítimas, ofendidas e agredidas enquanto trabalhavam, têm ofícios que não são prestigiados socialmente, muito menos associados a *status* social elevado – apesar de, durante o período de isolamento social, atividades do ramo de alimentação e entrega terem sido consideradas essenciais. Em vista disso, ponderamos sobre a impetuosidade contra categorias de trabalho pouco valorizadas²⁵. Motivos banais levaram quem se diz “de bem” a humilhar e atacar física e verbalmente quem lhe atendia. Isto é, o uso de máscaras ou características raciais, por exemplo, foram suficientes para desencadear um conjunto de delitos: vandalismo, agressão física, racismo e homofobia.

Mesmo em casos sem referência direta ao bolsonarismo, esses crimes despertaram representações mentais de cidadão de bem. Portanto, o contradiscurso parece ser atravessado por esse estereótipo de violência em que cidadão de bem está constantemente tomado pela agressividade. O último ponto para o qual chamamos atenção é o fato de cidadão de bem fazer referência a pessoas brancas: em nosso *corpus* do contradiscurso, 11 tweets se referem a pessoas brancas como cidadãs de bem, ao passo em que apenas duas pessoas negras recebem a mesma classificação em cinco tweets (Flordelis e o homem que agrediu funcionária de padaria)²⁶. As demais referências são mais genéricas ou fazem alusão a todo um grupo (por exemplo, manifestantes que fazem buzinação em frente a hospitais, no Anexo X).

Relações de poder podem ser notadas nessa representação do cidadão de bem. Além das agressões voltadas a classes assalariadas, pessoas brancas são as menos atingidas pela vulnerabilidade socioeconômica. Isto é, a situação de desigualdade social atinge negativamente pessoas de cor ou raça preta, parda e

²⁵ Atendentes balconistas, em 2021, têm média salarial de R\$ 1.297,21, de acordo com pesquisa do site salario.com.br (2021), com base em 431.502 salários, no período de junho de 2020 a maio de 2021, e em dados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), eSocial e Empregador Web. Já pessoas que trabalham com delivery de compras por aplicativo têm renda incerta, visto que não ganham salário e não há vínculo empregatício formal.

²⁶ Quando a alusão não foi feita a uma figura pública, procuramos vídeos e fotos em matérias jornalísticas, por exemplo, no caso de mulher que agrediu atendentes e clientes de padaria (Anexo T) e caso de homem que agrediu jornalistas (Anexos N e O).

indígena (IBGE, 2019), justamente as menosprezadas por essas pessoas de bem. Assim, no nosso *corpus*, há um padrão de agressão contra quem está servindo a cidadãos de bem – nesse contexto, em posição claramente menos poderosa.

Já que, conforme de Koch (2003), O estereótipo é um protótipo partilhado por um grupo social, todo estereótipo tem um protótipo. Com base nos dados do contradiscurso que dispomos, sugerimos, pois, um protótipo do cidadão de bem nas práticas discursivas estereotípicas: pessoa branca, extremamente violenta, negacionista ou que simplesmente não se importa com uma pandemia, que despreza ofícios que estão longe de ser ocupados pela elite e que preza pela estrutura familiar conservadora.

Tendo em vista a existência de conhecimentos estereotípicos, acreditamos que, nas práticas discursivas de pessoas contrárias ao atual Governo, entra em jogo justamente a ironia que Hutcheon (2000) chama de “afiada”, a ironia que provoca. Ou seja, já que estereótipos negativos motivam posturas de conflito, é coerente que o contradiscurso utilize ironias menos amigáveis – considerando o esquema de Hutcheon (2020), na Figura 4, que sugere um continuum de tom e emoção, acreditamos que a ironia nesses discursos de oposição tem carga emotiva máxima.

3.3 ENTRE O DISCURSO E O CONTRADISCURSO

Esta é a parte final de nossas análises, em que cotejamos a representação do cidadão de bem tanto nos discursos do presidente e do contradiscurso. As duas representações convergem para uma pessoa branca, conservadora, armamentista e que vê na esquerda e no comunismo grandes ameaças. Sob a perspectiva de van Dijk (2016; 2020), essas construções são modelos mentais que representam experiências, ou, melhor dizendo, interpretações dessas experiências – podendo haver influência de emoções e opiniões sobre tal objeto social. Desse modo, enquanto Jair Bolsonaro burila uma representação de cidadão de bem como justo e vítima da sociedade, um grande número de atores sociais apresenta contraposições, fundamentadas em suas memórias acerca das ações bolsonaristas ou experiências e interações mais diretas.

Entre as pessoas que, no nosso *corpus*, (re)produzem o contradiscurso, há pessoas pretas, mulheres, jornalistas, pessoas LGBTQIA+, classe artística, entre

tantas outras que se afastam do cidadão de bem articulado pelo presidente. Ou seja, um contingente que não encontra espaço no brasileiro idealizado pelo chefe de Estado ou é atacado por ele. Desse modo, já que interlocutores e interlocutoras podem, com base em suas experiências, rejeitar ou não um modelo mental apresentado durante a interação (VAN DIJK, 2018), a representação de cidadão de bem sugerida por Bolsonaro não só é tida como ilegítima, mas também é ironizada em discursos de oposição.

Quando esta pesquisa iniciou, não havia suspeitas de que a humanidade enfrentaria desafios em escala mundial provocados por um novo vírus. Portanto, se não esperávamos que tantas vidas fossem perdidas (no Brasil, mais de 500 mil mortes por Covid-19, até este momento), muito menos a banalização da morte fazia parte de nossas expectativas. Com a chegada e o avanço da pandemia, temos vivenciado rejeição à ciência (inclusive, a vacinações), minimização da pandemia, compartilhamento de *fake news* acerca dos casos, protestos em frente a hospitais com superlotação de pacientes, teorias conspiratórias, entre tantas outras ações que caminham contra a mitigação dos números de infecções.

Com este novo cenário brasileiro, passou-se a atribuir também ao cidadão de bem, no contradiscurso, essas práticas que contribuem para o avanço do vírus. Já que modelos são atualizados de acordo com nossas experiências (VAN DIJK, 2016; 2020), essa representação coletiva do cidadão de bem também sofreu modificações, conforme interações e experiências cotidianas durante a pandemia. Desse modo, negacionismo, descrédito às autoridades de saúde e aversão a práticas que auxiliam na redução de contágio (mesmo ações mais simples, como o uso da máscara), são algumas das novas atitudes e crenças que estão sendo frequentemente associadas a cidadãos de bem.

Assim, além do estereótipo que categoriza todas as ações agressivas e discriminatórias como práticas desses cidadãos, rotulações como negacionistas e antivacinas passaram a compor o rol de suas atitudes ideológicas consideradas negativas. Se o discurso e a comunicação são centrais para a formação e transformações de ideologia (VAN DIJK, 2018), é possível atribuir ao maior

representante dos cidadãos de bem, Jair Bolsonaro²⁷, a responsabilidade pelas (re)produções ideológicas que formam a identidade desse grupo. Inclusive as crenças negacionistas.

Ou seja, percebe-se em quem o apoia uma espécie de devoção (que até mesmo lhe conferiu a alcunha de “mito”), uma disposição não só para apoiá-lo, mas também para agir de modo a legitimar as práticas sociais do presidente. Igualmente, essas pessoas que se identificam com ideologias e posturas de Jair Bolsonaro encontram validação no discurso da maior autoridade do Brasil para reproduzir suas atitudes ideológicas. Por exemplo, o presidente tem julgado infecções por Covid-19 como pouco graves e, no mês de junho de 2020, sugeriu em suas redes sociais que pessoas entrassem em hospitais para constatar se havia, de fato, superlotação pela doença contagiosa. Nos dias subsequentes, invasões a hospitais foram noticiadas no Brasil²⁸.

A construção da identidade social do cidadão de bem de Jair Bolsonaro é formada e transformada por suas práticas discursas, inspiradas por suas ideologias militarista, negacionista, conservadora e elitista. Ou seja, o discurso do chefe de Estado categoriza expressamente qual cidadão é de bem, reforçando o abuso de poder, já que seus textos legitimam um tratamento diferente para com quem não se enquadra em seu grupo “de bem”. Constatamos isso no próprio contradiscurso, tendo em vista a percepção de brutalidade e desrespeito direcionados a pessoas que não emergem no discurso do presidente como sendo alguém de bem – esse traço de agressividade é tão proeminente que desencadeou uma representação mental de violência “de bem” em modelos estereotípicos.

Portanto, estruturas sociais desiguais são validadas pelo discurso do presidente da República: o excesso de força policial contra pessoas pobres, conservadorismo e cristianismo em detrimento de outras crenças (e da laicidade do

²⁷ O próprio presidente se insere no grupo “de bem”. Em um tweet, por exemplo, Bolsonaro diz estar ele mesmo na situação de “combate”, também na posição de vítima. Dessa vez, sua autorrepresentação não é apenas de aliado do cidadão de bem, mas de alguém que, como este, precisa de “um local mais seguro” (ver Anexo K).

²⁸ Como na Revista Exame. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/pgr-pede-apuracao-de-invasoes-a-hospitais-destinados-a-covid-19>>.

Estado) e comunidades ideológicas, além de uma elite predominantemente branca que ainda é a maior detentora de recursos socialmente valorizados.

Enquanto Jair Bolsonaro reproduz um cidadão que merece ser protegido e, inclusive, deve ter uma arma para tal, no discurso de resistência essa ideologia armamentista configura um perigo, principalmente para grupos inferiorizados. O cidadão de bem do contradiscurso é, sobretudo, colérico, que lança mão da violência para tratar de situações triviais. Pessoas que chegam a destruir espaços e atacam pessoas em seu local de trabalho por sachês de ketchup, por exemplo, não deveriam andar armadas – nestes casos, o argumento de investigação criminal para o porte de armas é descartado quando percebemos que na maioria desses casos não há boletim de ocorrência ou a pessoa suspeita é liberada mesmo sem depor²⁹.

O projeto de militarização se mostra como ameaça para classes sociais marginalizadas ou desfavorecidas, considerando o tratamento exasperado que agentes de polícia apresentam contra pessoas não brancas e fora das elites. Contudo, a polícia é constantemente elogiada pelo presidente ou apontada como injustiçada, ao passo que um garoto de periferia desaparecido por dias não recebeu sua atenção nas redes (Figura 9).

Os dois discursos estão em disputa. Porém, consideramos que o estereótipo que circula pelo contradiscurso tem ganhado cada vez mais força. Dispondo os textos cronologicamente, notamos uma redução expressiva do uso dessa categorização nos discursos de Jair Bolsonaro. Em 2019, o cidadão de bem foi citado em cinco tweets, enquanto em 2020 o presidente lançou mão da expressão apenas uma vez em sua rede social e, no ano de 2021 (até o término desta pesquisa), não houve alusão a esse cidadão em seu perfil. Em contrapartida, constatamos, no ano de 2020, uma utilização difundida da mesma expressão em discursos de pessoas opostas ao atual Governo de extrema direita. E um uso ainda maior no ano de 2021 – isso considerando apenas discursos de perfis com selo de verificação no Twitter.

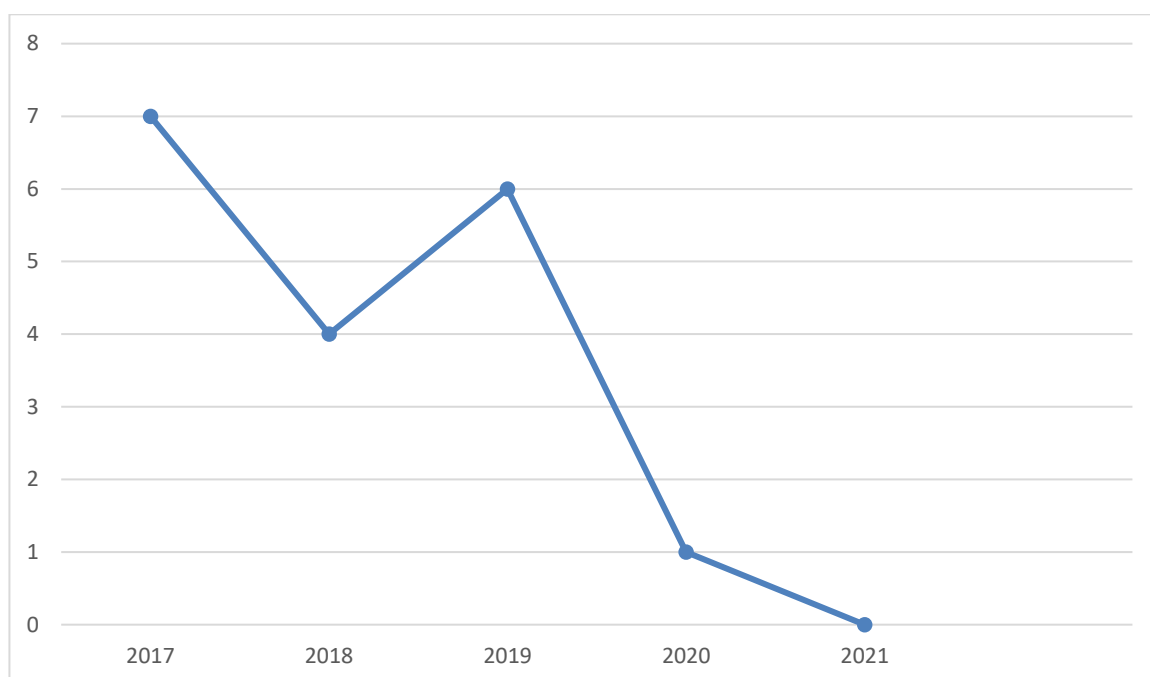
Como explicado em seções anteriores, esse novo uso é associado a atitudes socialmente condenáveis. Isto é, enquanto no discurso do presidente é reproduzido

²⁹ Não houve boletim de ocorrência para o caso de agressão na McDonald's; assim como a advogada que praticou homofobia em padaria foi liberada após ser presa em flagrante; o mesmo ocorreu com homem que quebrou braço de atendente, que sequer prestou depoimento antes de ser liberado.

um modelo mental do cidadão de bem como vítima, pessoas distantes do grupo ideológico da extrema direita representam esse cidadão como alguém repreensível (o oposto da vitimização encontrada nos textos de Jair Bolsonaro). Acreditamos que a redução da utilização por parte do presidente está relacionada à popularidade do emprego de “cidadão de bem” com tom crítico e irônico em contradiscursos, visto que é provável que a própria comunidade ideológica “de bem” tenha se deparado com esse uso em ascensão.

Portanto, traçamos o seguinte gráfico:

Figura 13: Emprego de "cidadão de bem" em textos de Jair Bolsonaro de janeiro de 2017 a julho de 2021



Fonte: A autora.

Em contrapartida, se elaborássemos um gráfico da categorização em discursos antibolsonaristas, a figura seria apenas ascendente (em nosso *corpus*, 22 textos são deste ano). Dada a regularidade das situações em que esse referente surge nos discursos de oposição, julgamos estar diante de um estereótipo negativo, no qual uma pessoa que se autodeclara “de bem” é prontamente associada a um modelo de

violência e, semelhantemente, contextos de agressão física e verbal induzem à evocação de um cidadão de bem.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O quadro teórico dos Estudos Críticos do Discurso (VAN DIJK 2012; 2016; 2018; 2020) fundamentou o desenvolvimento desta pesquisa. O articulamos com uma abordagem social e cognitiva do conceito de estereotipia (KOCH, 2003; KRÜGER, 2004) e recorremos à perspectiva social e interativa da ironia (HUTCHEON, 2000) – por estes recursos da linguagem serem predominantes nos dados do contradiscurso.

Discutimos a noção de modelos mentais, tendo os trabalhos de Teun A. van Dijk como subsídio, que foi profícua para as análises dos textos apresentados. No discurso bolsonarista e no contradiscurso detectamos modelos mentais bélicos: pessoas distantes do grupo ideológico do extremismo de direita representam o cidadão de bem como alguém brutal, responsável por um contexto conflituoso; contudo, no discurso do presidente, emerge uma representação do cidadão de bem como vítima em um país hostil.

Percebemos, no discurso do presidente, a vitimização do cidadão de bem e a reiteração das forças militares como primordiais para a segurança da sociedade, a despeito de crescente necessidade de reflexão acerca dos excessos policiais. Nesse discurso, porém, as Forças Armadas não recebem apoio dos Três Poderes para o exercício eficiente de sua função. Já no discurso de oposição, são classes assalariadas e de trabalho informal que ganham destaque, estas, inferiorizadas pelo cidadão de bem, que as agride verbal e fisicamente.

Além da constância da representação vitimizada do cidadão de bem, Jair Bolsonaro investe em representações de heroísmo e de vilania, o que é efetivo na estabilização de modelos mentais que lhe favorecem. Em seus textos escritos, agentes de Segurança Pública e o próprio presidente agem em defesa do cidadão de bem, enquanto extragrupos e participantes de extragrupos regularmente desempenham papel de ameaça.

Os textos de Bolsonaro apresentam um cenário maniqueísta, em que há entidades a serem combatidas, enquanto o cidadão de bem ocupa posição dramática. Evidentemente, essa construção tem relação direta com as circunstâncias políticas, em que a extrema direita concebe ideologias de esquerda como um mal social –

ressaltamos que o espectro político esquerdo também percebe nas ideologias conservadora, elitista e armamentista ameaças aos direitos humanos.

No contradiscurso, a regularidade das situações em que o cidadão de bem surge remete a um estereótipo negativo que associa esse grupo, principalmente, à violência. Além disso, notamos que pessoas contrárias ao Governo, ao utilizar a categorização “cidadão de bem”, recorrem à ironia. Esse uso irônico foi julgado nesta pesquisa como indício de posição política – ou, pelo menos, afastamento do grupo que se intitula “de bem”.

O discurso que se posiciona contra o Governo Bolsonaro é carregado de itens lexicais negativos associados ao cidadão de bem (entre eles, expressões com sentido de morte). Esse vocabulário acentua a ironia da rotulação, uma vez que corrobora para a representação negativa do grupo “de bem”. Apesar disso, acreditamos que esse léxico é também influenciado pelo estereótipo que minimiza esse cidadão a traços, entre outros, de crueldade – portanto, há coerência entre a representação estereotipada compartilhada pelo contradiscurso e termos e expressões usados para aludi-la.

Pudemos ratificar que a produção discursiva não é aleatória. O discurso do chefe de Estado e o discurso de resistência são respaldados por ideologias que caracterizam o grupo a que pertencem autores e autoras dos tweets analisados. Do mesmo modo, as práticas discursivas cooperam para que demais participantes da interação apreendam modelos convenientes para quem produz o discurso, por meio da manipulação da memória episódica.

Ainda, observar a cronologia dos dados coletados nos permitiu perceber uma redução expressiva do uso dessa categorização nos discursos de Jair Bolsonaro. Em 2019, o cidadão de bem foi citado em sete tweets; em 2020, o presidente lançou mão da expressão apenas uma vez em sua rede social; em 2021, não houve qualquer referência ao cidadão de bem em seus textos escritos. Em contrapartida, constatamos, no ano de 2021, uma utilização difundida da mesma expressão em discursos de pessoas opostas ao atual Governo de extrema direita.

Havíamos apresentado como hipótese que um ator social como o presidente da República, ao categorizar qual cidadão é de bem, reforçaria dominações sociais, uma vez que essa prática discursiva legitimaria um tratamento diferente para com

pessoas que não se enquadram no grupo “de bem”. Consideramos nossa hipótese confirmada, tendo em vista os casos de agressão que envolvem cidadãos de bem – a agressividade é a característica mais saliente na representação estereotípica desse cidadão no contradiscurso.

Apesar de não termos nos aprofundado nestas questões, é possível entrelaçar raça, gênero e classe à reflexão acerca do grupo aqui estudado: cidadão de bem é homem branco e averso a classes assalariadas. Nas publicações de oposição – muitas acompanhadas de textos jornalísticos –, percebemos a perpetuação de relações de poder assimétricas, isto é, as práticas sociais do cidadão de bem reforçam estruturas hegemônicas.

Por fim, o uso da categorização “cidadão de bem” foi útil na argumentação de atores sociais com pontos de vista contrastantes: bolsonaristas, em um Brasil conflituoso, ou são as vítimas ou buscam eliminar pessoas que combatem a política excludente, negacionista e elitista de Jair Bolsonaro.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia da Letras, 2019.

ALMEIDA, Vitor Pereira de. **A regulamentação da mídia no Brasil**: Reflexões sobre a temática no telejornalismo público e comercial. 2019. 152 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2019.

ARAÚJO SILVA, Mateus. A ironia nos *Diálogos* de Platão. **Classica**, São Paulo. v. 7, p. 229-258, 1995.

ATENDENTE balconista - salário 2021 e mercado de trabalho. **Salario.com.br**, 2021. Disponível em: <<https://www.salario.com.br/profissao/atendente-balconista-cbo-521140/>>. Acesso em: 07 jul. 2021.

BARROS, Marcelo Fleuri de. **“Entre aspas”**: uma análise das funções metaenunciativas das aspas em editoriais dos jornais *Agora São Paulo* e *Folha de S. Paulo*. 2014. 144f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2014.

BOLSONARO celebra morte de Lázaro com gíria de grupos de extermínio. **Carta Capital**, 28 jun. 2021a. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/bolsonaro-celebra-morte-de-lazaro-com-giria-de-grupos-de-extermínio/>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

BOLSONARO é denunciado na ONU por ataques à liberdade de expressão. **Carta Capital**, 02 jul. 2021b. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/bolsonaro-e-denunciado-na-onu-por-ataques-a-liberdade-de-expressao/?utm_source=leiamais>. Acesso em: 09 jul. 2021.

BOLSONARO entra em lista de ‘predadores da liberdade de imprensa’. **Carta Capital**, 05 jul. 2021c. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/mundo/rsf-bolsonaro-entra-em-lista-de-predadores-da-liberdade-de-imprensa/>>. Acesso em: 09 jul. 2021.

BOLSONARO, Jair Messias. **Chegada em Manaus** - 14 dezembro. Manaus, 14, dez. 2017. Facebook: [jairmessias.bolsonaro](https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro). Disponível em: [<https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/videos/968973099918343/>](https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/videos/968973099918343/). Acesso em: 07 nov. 2020.

BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. **Serviço social & sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 85-103, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/Dp3B850zE5qPk5q49pd9.pdf>>. Acesso em: 09 jul. 2021.

CAL, Danila; SEREJO, Elias Santos. Em defesa de que famílias? Bolsonarismo, pânico moral e o protagonismo da categoria família nas eleições de 2018. **Eptic**, v. 23, n. 1, p. 27-46, 2021. Disponível em: http://eptic.com.br/wp-content/uploads/2021/03/EPTIC_2021-1_06.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2021.

CALIL, Gilberto Grassi. A negação da pandemia: reflexões sobre a estratégia bolsonarista. **Serviço social & sociedade**, São Paulo, n. 140, p. 30-47, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/ZPF6DGX5n4xhfJNTypm87qS/?lang=pt>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

CARVALHO, Ricardo Tadeu et al. A “imunidade de rebanho” é eficaz no combate ao coronavírus? **Coronavírus: Secretária de Estado de Saúde de Minas Gerais**. 2020. Disponível em: <https://coronavirus.saude.mg.gov.br/blog/100-imunidade-de-rebanho>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

COELHO, Henrique; RODRIGUES, Matheus. Pretos e pardos são 78% dos mortos em ações policiais no RJ em 2019: 'É o negro que sofre essa insegurança', diz mãe de Ágatha. **G1**, Rio de Janeiro, 06 jun. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/06/06/pretos-e-pardos-sao-78percent-dos-mortos-em-aco-es-policiais-no-rj-em-2019-e-o-negro-que-sofre-essa-inseguranca-diz-mae-de-agatha.ghtml>>. Acesso em: 07 nov. 2020.

COLONEL Lee Van Arsdale, USA, Retired. **Air Force Academy**, s.d. Disponível em: <https://www.usafa.edu/staff/colonel-lee-van-arsdale-usa-retired/>>. Acesso em: 14 jul. 2021.

CORONAVÍRUS: OMS declara pandemia. BBC, 11 mar. 2020 Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-51842518>>. Acesso em: 02 jan. 2021.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FARIA, José Eduardo. De maio de 1968 a junho de 2013. In: **RDUNO**, Chapecó, SC, v. 1, n. 1, p. 4-14, 2018.

GONÇALVES, Ana Maria. É difícil fazer com que os “bem intencionados” entendam o racismo. **The Intercept Brasil**, 02 dez. de 2016. Disponível em: <<https://theintercept.com/2016/12/02/e-dificil-fazer-com-que-os-bem-intencionados-entendam-o-racismo/>>. Acesso em: 09. jul. 2021.

HUTCHEON, Linda. **Teoria e política da ironia**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. In: **Estudos e Pesquisas**: Informação demográfica e socioeconômica, n. 41, 2019. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf>. Acesso em 11 jun. 2021.

JUSTIÇA proíbe Grupo Globo de divulgar informações e documentos sigilosos sobre investigação contra Flávio Bolsonaro. **G1**, Rio de Janeiro, 05 set. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/09/05/justica-proibe-globo-de-divulgar-documentos-sigilosos-sobre-investigacao-contr-flavio-bolsonaro.ghtml>>. Acesso em: 04 nov. 2020.

LONGO, Ivan. “Brasil acima de tudo”: Slogan de Bolsonaro faz referência ao da Alemanha nazista. **Fórum**, 09 out. 2018. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/politica/brasil-acima-de-tudo-slogan-de-bolsonaro-faz-referencia-ao-da-alemanha-nazista/>>. Acesso em: 09 jul. 2021.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Aspectos cognitivos do processamento textual. In: KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Desvendando os segredos do texto**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003. p. 35-51.

KRÜGER, Helmuth. Cognição, estereótipos e preconceitos sociais. In: LIMA, Marcus Eugênio Oliveira; PEREIRA, Marcos Emanuel (Orgs.) **Estereótipos, preconceitos e discriminação**: perspectivas teóricas e metodológicas. Salvador: EDUFBA, 2004. p. 23-40.

LAUTERT, José Artur Moraes. **Estereótipos de “Coxinhas” e “Mortadelas”**: a representação da política brasileira no canal Porta dos Fundos. 2017. 55f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social) – Universidade de Brasília, Brasília.

MAZUI, Guilherme. Leia a íntegra do projeto de Bolsonaro que isenta militares de punição em operações de GLO. G1, 21 nov. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/11/21/leia-a-integra-do-projeto-sobre-excludente-de-ilicitude-proposto-por-bolsonaro.ghtml>>. Acesso em: 13 jul. 2021.

MELO, Iran Ferreira de. Por uma análise crítica do discurso. In: MELO, Iran Ferreira de. (Org.) **Introdução aos estudos críticos do discurso**: Teoria e prática. Campinas, SP: Pontes, 2012. p. 53-98.

MEYER, Michael; WODAK, Ruth. Critical Discourse Analysis: History, Agenda, Theory, and Methodology. In: MEYER, Michael; WODAK, Ruth (Eds.) *Methods of Critical Discourse Studies*. London: Sage, 2009. Disponível em: <https://us.corwin.com/sites/default/files/upm-binaries/24615_01_Wodak_Ch_01.pdf>. Acesso em: 17 maio 2021.

MUECKE, Douglas Colin. **Ironia e o irônico**. São Paulo: Perspectiva, 1995.

PALMA, Gabriel; CAMARGO, Isabela; FALCÃO, Márcio. Polícia Federal faz buscas em endereços de Roberto Jefferson, Luciano Hang e blogueiros. **G1**, Brasília, 27 mai. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/27/pf-cumpre-mandados-em-inquerito-do-stf-sobre-fake-news.ghtml>>. Acesso em: 07 nov. 2020.

PGR pede apuração de invasões a hospitais destinados a covid-19. **Exame**, 15 jun. 2020. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/pgr-pede-apuracao-de-invasoes-a-hospitais-destinados-a-covid-19/>>. Acesso em: 02 nov. 2020.

PESQUISAS Ibope e Datafolha: comparativo da evolução de intenção de voto para presidente. **G1**, 01 out. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/01/pesquisas-ibope-e-datafolha-comparativo-da-evolucao-de-intencao-de-votos-para-presidente.ghtml>>. Acesso em: 03 fev. 2021.

PONGE, Robert. 1968, dos movimentos sociais à cultura. **Organon**, Porto Alegre, n. 47, p. 39-55, 2009.

POSSENTI, Sírío. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: BENTES, Anna Christina; MUSSALIM, Fernanda. **Introdução à linguística**: fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, 2004.

POSSENTI, Sírío. Teorias de texto e de discurso: inconciliáveis? In: **Gragoatá**, n. 29, 2. sem. Niterói, RJ: UFF, 2010. p. 23-34.

PRESO, Lula mantém liderança em disputa pela Presidência. **Datafolha**, São Paulo, 16 out. 2018. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2018/04/1965039-presos-lula-mantem-lideranca-em-disputa-pela-presidencia.shtml>>. Acesso em: 04 nov. 2020.

SALDANHA, Solon José da Cunha. O conceito de ironia em Kierkegaard. In: XI Semana de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação, 11, 2015, Porto Alegre. **Anais...** RS: Centro Universitário UniRitter, 2015. p. 1-11.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A difícil democracia**: reinventar as esquerdas. São Paulo: Boitempo, 2016.

VAN DIJK, Teun A. Política, ideologia e discurso. In: MELO, Iran Ferreira de. (Org.) **Introdução aos estudos críticos do discurso**: Teoria e prática. Campinas, SP: Pontes, 2012. p. 15-51.

_____. Discurso-cognição-sociedade: estado atual e perspectivas da abordagem sociocognitiva do discurso. **Letrônica**. Porto Alegre, v. 9, n. esp., p. 8-29, 2016. Disponível em:

<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica/issue/view/943>>. Acesso em: 11 jun. 2021.

_____. **Discurso e poder**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

_____. **Discurso e contexto**: uma abordagem sociocognitiva. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2020.

VENÂNCIO, Rafael Duarte Oliveira. Ironia e o Jornalismo de Karl Marx e Friedrich Engels. **Rhêtorikê**, São Paulo, n. 2, p. 1-15, 2009.

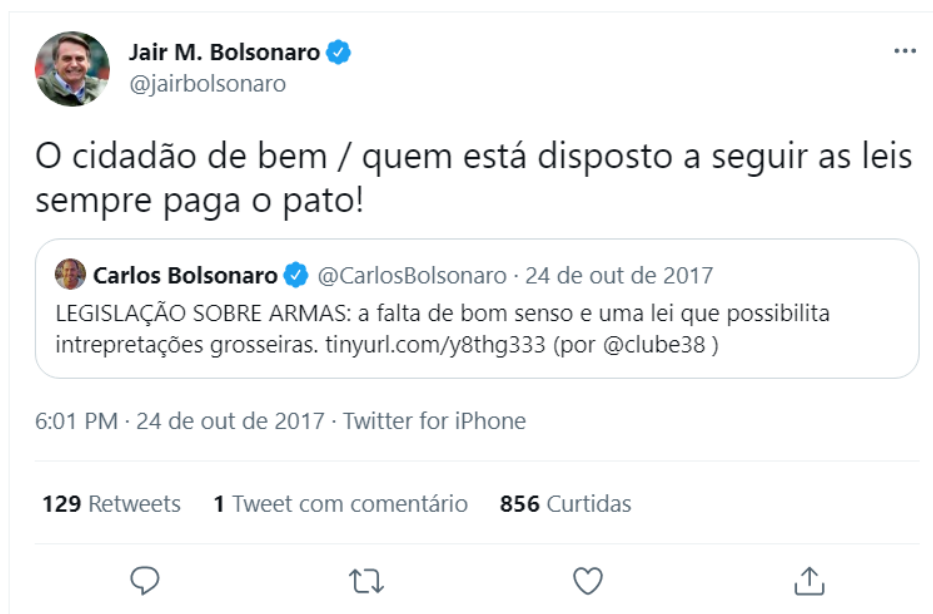
ANEXOS

ANEXO A - Péssimos desdobramentos do desarmamento do cidadão de bem



Fonte: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/831084144767750146>

ANEXO B - O cidadão de bem / quem está disposto a seguir as leis



Fonte: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/92293115222072835>

ANEXO C - Onde as leis favorecem o policial, o cidadão de bem, bandido não se cria



Fonte: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/931562303417352193>

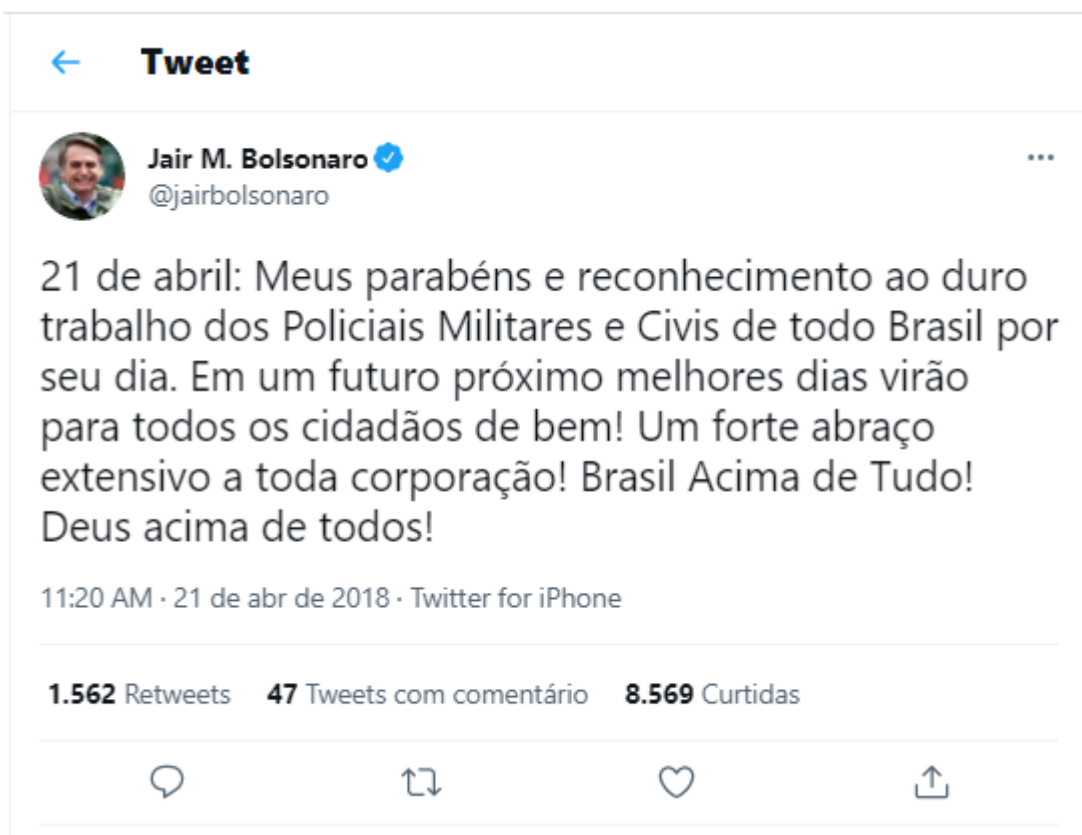
Anexo D – Somos contra qualquer tipo de privação de liberdade para o cidadão de bem



Fonte: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/940902987190472704>

Anexo E - Você, cidadão de bem, faz parte da solução dos problemas do Brasil

Fonte: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/957980311312154624>

Anexo F - Melhores dias virão para todos os cidadãos de bem

Fonte: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/987697498725765121>

Anexo G - Crime Organizado ameaça quem defende a liberdade do cidadão de bem



Fonte: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1035318853759315969>

Anexo H - A vida do cidadão de bem sempre deve ser prioridade**Jair M. Bolsonaro** ✓

@jairbolsonaro



Parabéns aos Policiais Militares de Valença-RJ que salvaram a senhora de 83 anos feita refém por um bandido covarde, ficando mais de 10 minutos com uma arma apontada para sua cabeça. Belo trabalho! A vida do cidadão de bem sempre deve ser prioridade!

[Translate Tweet](#)5:35 PM · Dec 5, 2018 · [Twitter for iPhone](#)**17K** Retweets **105.1K** LikesFonte: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/922931152222072835>

Anexo I - Criminosos que aterrorizam os cidadãos de bem no Brasil

← **Thread**

 **Jair M. Bolsonaro** @jairbolsonaro · Jan 4, 2019

Criminosos explodiram um pilar do viaduto na BR 020 sobre a BR 222 no Ceará. Com risco de desabamento iminente, o Ministro Tarcísio, em menos de 24hs, providenciou o escoramento do mesmo enquanto aguarda solução definitiva.



2K 5K 45.1K

 **Jair M. Bolsonaro** @jairbolsonaro

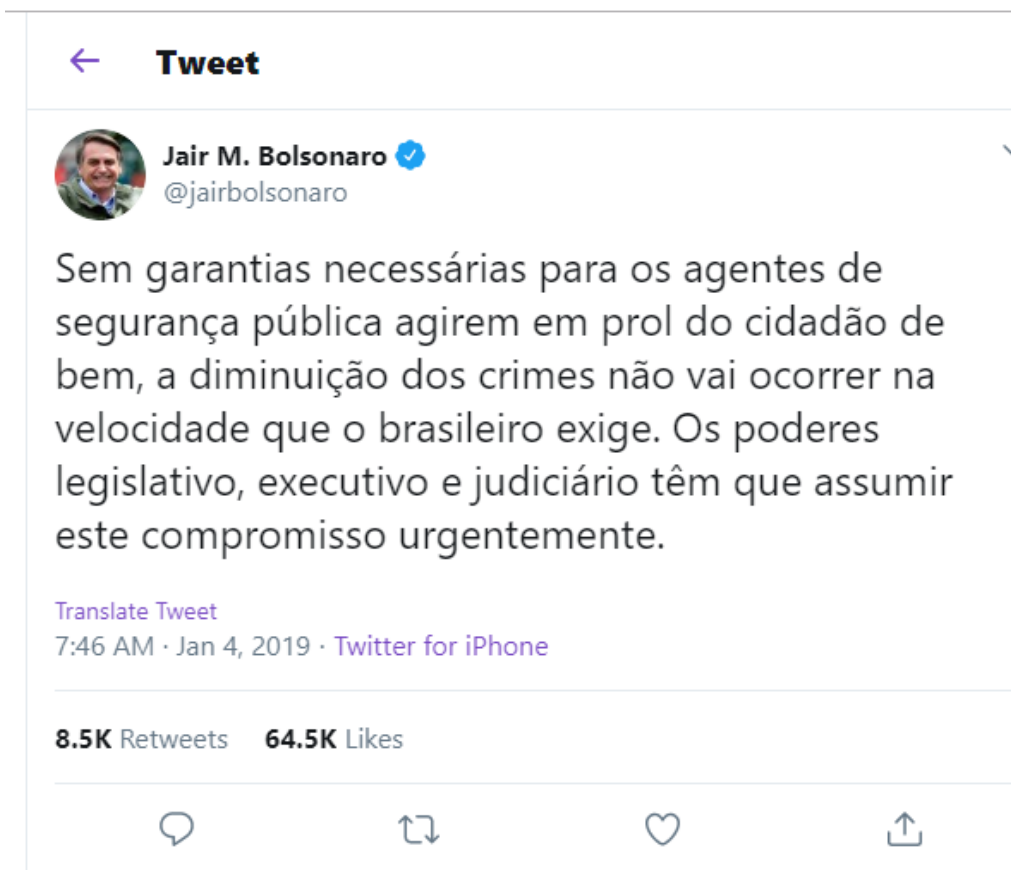
Importante sempre que possível frisarmos a necessidade de conversar com seu deputado ou senador da necessidade de se aprovar leis que permitam que as Forças de Segurança Pública possam atuar para efetivamente combatermos os criminosos que aterrorizam os cidadãos de bem no Brasil.

[Translate Tweet](#)

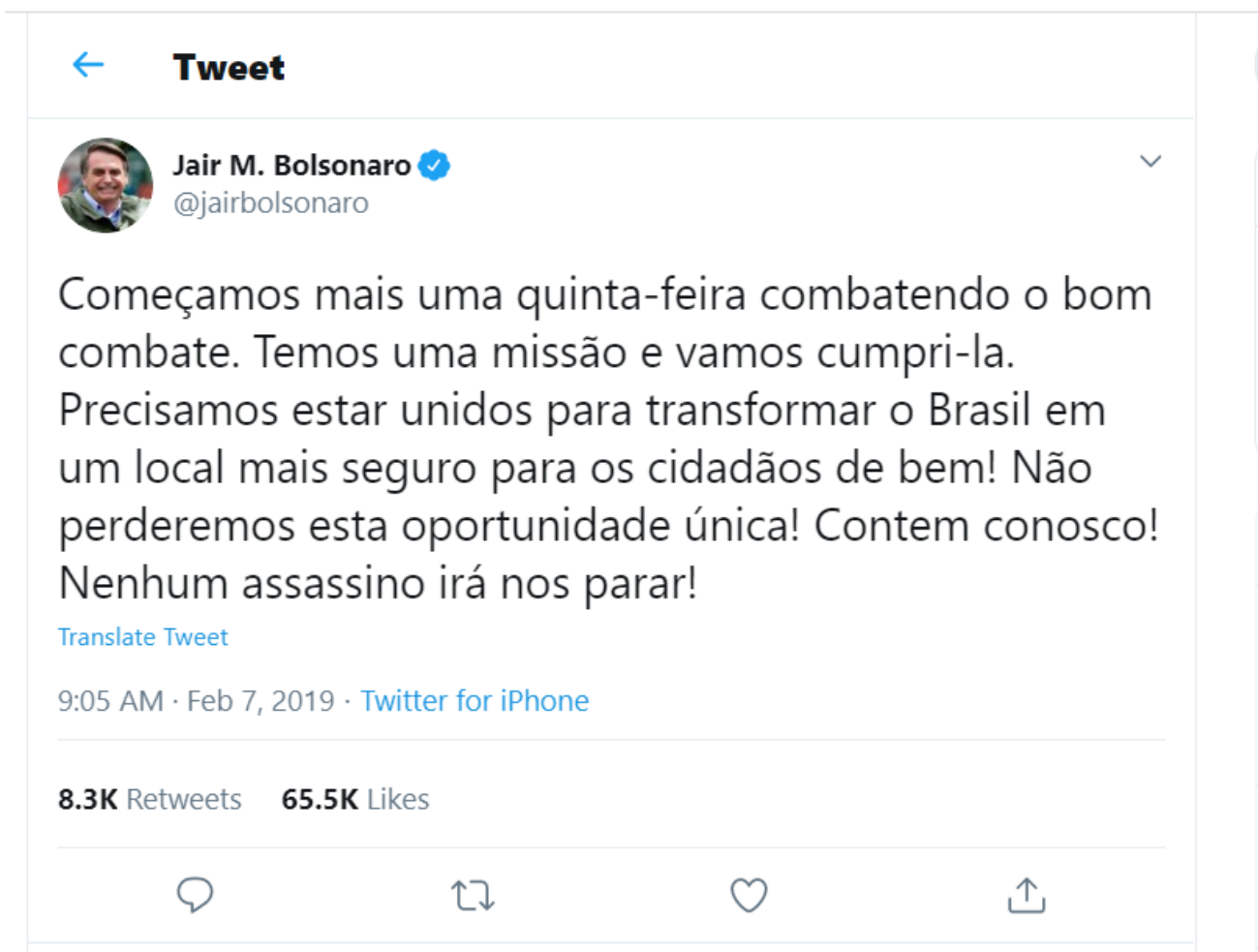
10:42 PM · Jan 4, 2019 · [Twitter for iPhone](#)

Fonte: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1035318853759315969>

Anexo J - Sem garantias necessárias para os agentes de saúde agirem em prol do cidadão de bem



Fonte: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1081124815329783809>

Anexo K - Um local mais seguro para o cidadão de bem

Fonte: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1093465798629380096>

Anexo L – Estamos, principalmente, atendendo o cidadão de bem


Jair M. Bolsonaro ✓ @jairbolsonaro · 7 de mai de 2019 ...

Hoje demos mais um passo em direção à liberdade e direitos individuais em nossa nação. Assinei Decreto dos CACs, que flexibiliza regras sobre aquisição, registro, posse, porte e comercialização de armas de fogo para colecionadores, atiradores esportivos e caçadores. Grande Dia!

6,5 mil 7,8 mil 44,1 mil


Jair M. Bolsonaro ✓ @jairbolsonaro · 7 de mai de 2019 ...

Destaco, entre muitas mudanças, a abertura do mercado e o fim do monopólio do comércio de armas de fogo no Brasil. Um importante passo rumo à liberdade econômica; a desburocratização do registro e ampliação de direitos.

756 2,8 mil 27,9 mil


Jair M. Bolsonaro ✓ @jairbolsonaro ...

Em resposta a @jairbolsonaro

Estamos seguindo um caminho totalmente oposto ao autoritarismo, que sempre busca desarmar a população, fazendo valer a soberania popular manifestada no referendo de 2005. Estamos, principalmente, atendendo o cidadão de bem, que segue as leis e respeita a sociedade.

9:20 PM · 7 de mai de 2019 · Twitter for Android

2.977 Retweets **430** Tweets com comentário **28,3 mil** Curtidas

Fonte: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1125918484377088001>

Anexo M - Acredito no Brasil porque confio em você, cidadão de bem

Fonte: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1070401393515737088>

Anexo N - A foto do “cidadão de bem” que ataca a imprensa



Fonte: <https://twitter.com/GugaNoblat/status/1263173621012475905>

Anexo O - Preso mais um "cidadão de bem"!

**Marcelo Adnet** 
@MarceloAdnet

Preso mais um "cidadão de bem"! Incentivado pelas falas de violência, ignorância e ódio que emanam do presidente, agride um cinegrafista! Maior representante do Brasil paga micos internacionais diários e afunda sua economia e sua popularidade. Quem sobe é o dólar e a burrice.

**Jessica de Almeida** @jsscdealmeida · 20 de mai de 2020
O repórter cinematográfico Robson Panzera, da TV Integração, afiliada da Rede Globo em Barbacena (MG), foi agredido e teve a mão fraturada hoje, enquanto trabalhava. Além da agressão, teve o equipamento destruído.
[Mostrar esta sequência](#)

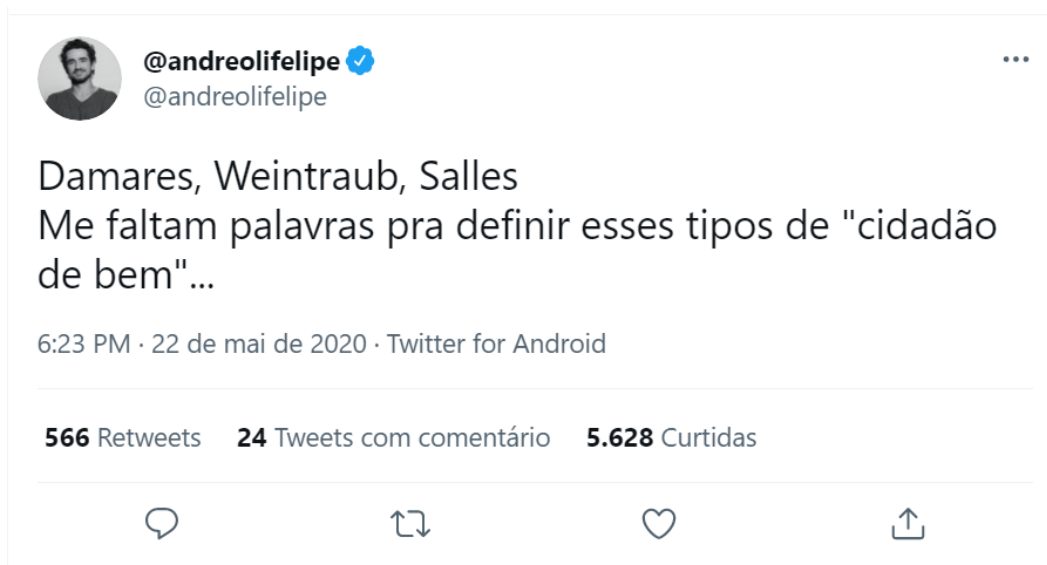


688,1 mil visualizações 0:00 / 1:01

5:10 PM · 20 de mai de 2020 · Twitter Web App

Fonte: <https://twitter.com/MarceloAdnet/status/1263200504697573379>

Anexo P - Me faltam palavras pra definir esses tipos de "cidadão de bem"



Fonte: <https://twitter.com/andreolifelipe/status/1263943515744108548>

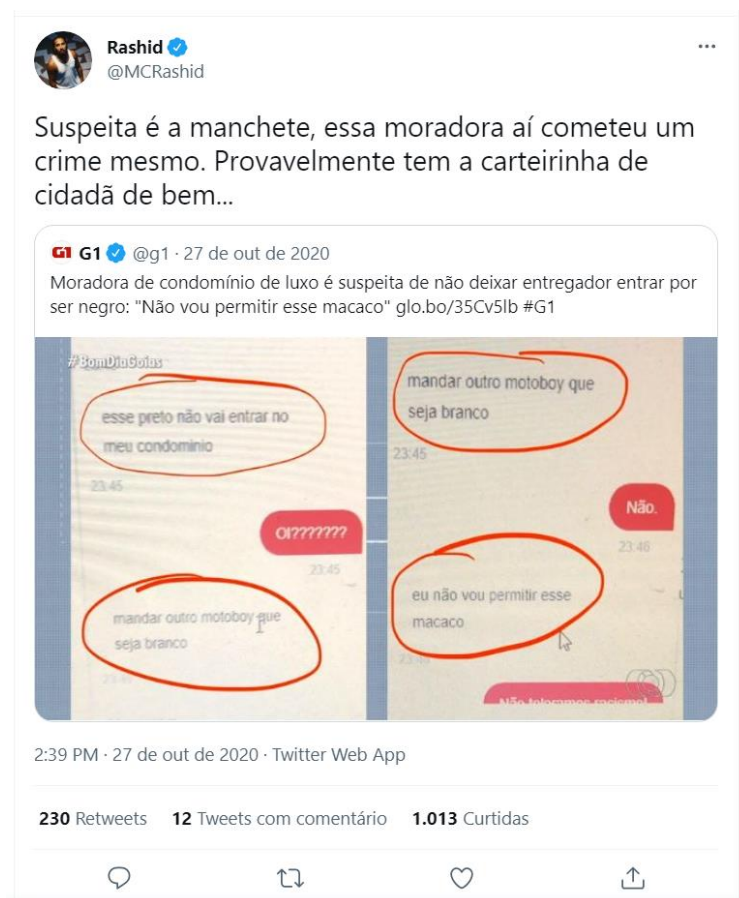
Anexo Q - Um típico cidadão de bem com a foto do presidente no perfil



Fonte: <https://twitter.com/boliviazica/status/1267176961652244480>

Anexo R - O tradicional cidadão de bem

Fonte: <https://twitter.com/brumarquezine/status/1306077404226629633>

Anexo S – Provavelmente tem a carteirinha de cidadã de bem

Fonte: <https://twitter.com/MCRashid/status/1321144420926922752>

Anexo T – Cidadã de bem



Fonte: <https://twitter.com/fbadaui/status/1330541119214678016>

Anexo U - Bolsonaroista e 'cidadão de bem'



Fonte: <https://mobile.twitter.com/DeputadoFederal/status/1343831264713965569>

Anexo V – ‘Cidadão de bem precisa se defender’



Fonte: <https://mobile.twitter.com/PaulinhoSerra/status/1344338851712655363>

Anexo W - Cidadã de bem, esposa de um deputado federal que recebe um salário gordo



Fonte: <https://twitter.com/georgmarques/status/1365340101962792971>

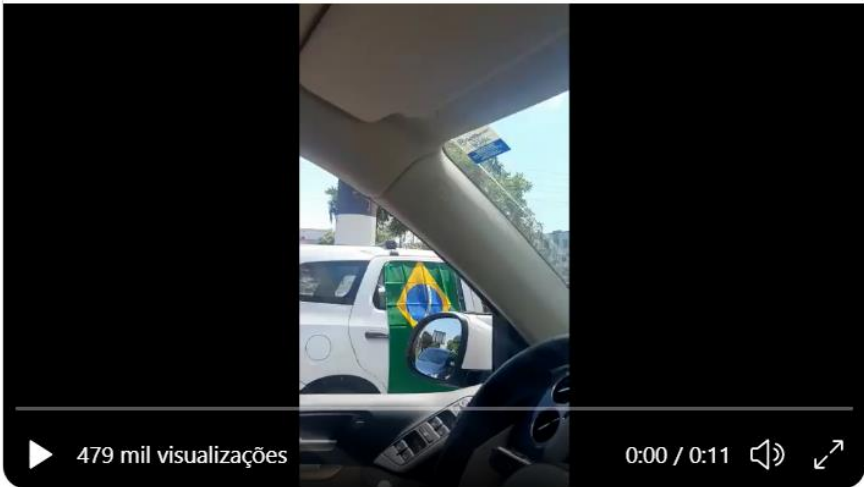
Anexo X - São os “cidadãos de bem”.

 **Pablo Villaça** ✓
@pablovillaca

São os “cidadãos de bem”. É bom demais estar do lado oposto ao dessa gente imunda.

 **Thomas Conti** #UsePFF2 #VacinaJá ✓ @ThomasVConti · 14 de mar

Buzinação na frente de hospital em Porto Alegre. Os hospitais estão lotados há duas semanas, 240 pessoas aguardam na fila por uma UTI na cidade. Equipe dos hospitais exausta. Esse é o pessoal dos “bons costumes”? Conservadores?



479 mil visualizações 0:00 / 0:11

4:55 PM · 14 de mar de 2021 · Twitter for iPhone

53 Retweets 7 Tweets com comentário 579 Curtidas

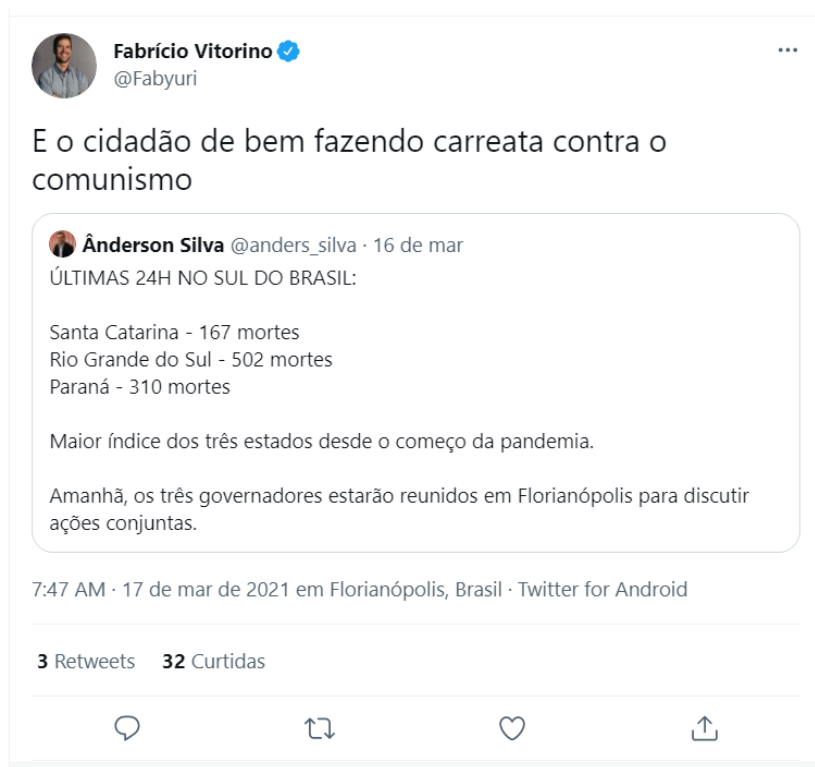
Fonte: <https://twitter.com/pablovillaca/status/1371188176434438145>

Anexo Y - O cidadão de bem bolsonarista é pró-vida só até a hora do nascimento



Fonte: <https://twitter.com/aguedescartoon/status/1372333348853587975>

Anexo Z - E o cidadão de bem fazendo carreata contra o comunismo



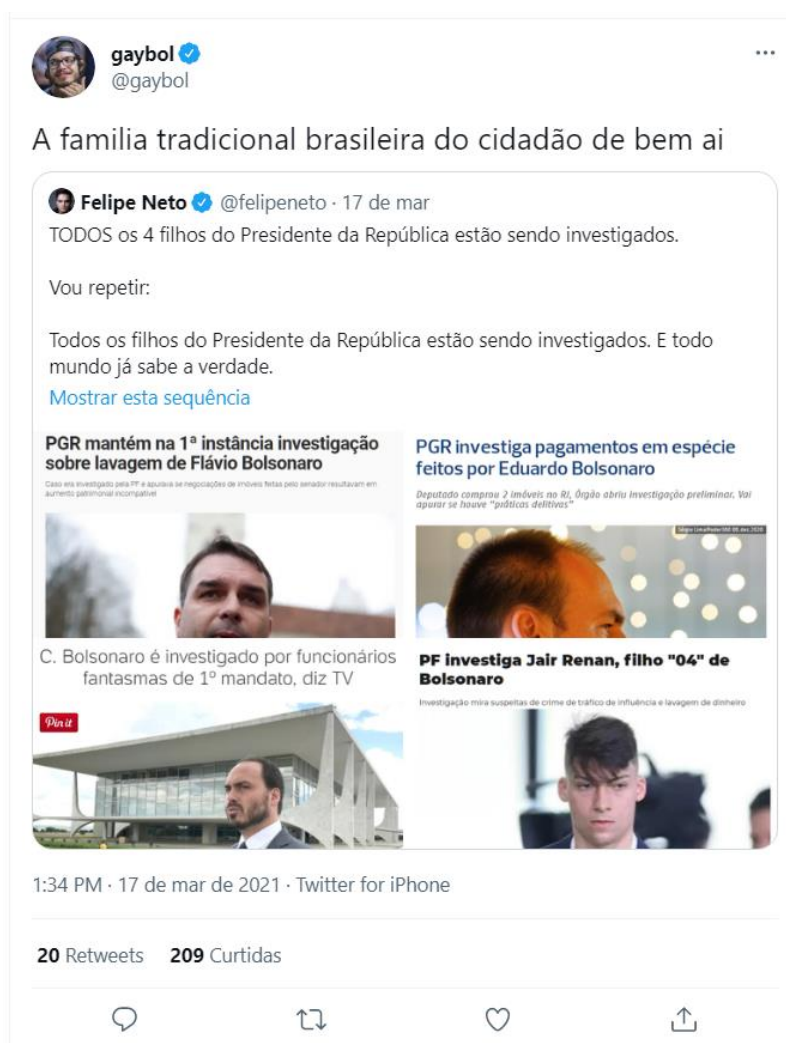
Fonte: <https://twitter.com/Fabyuri/status/1372137513490522112>

Anexo AA - grito de um dito cidadão de bem romano : ‘bandido bom é bandido morto’



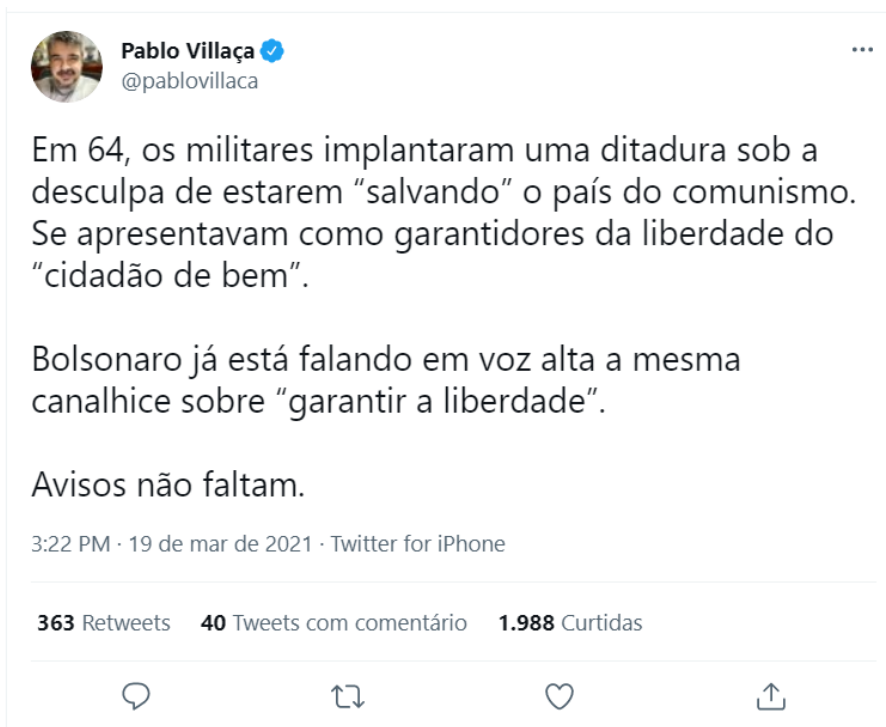
Fonte: <https://mobile.twitter.com/operamundi/status/1372196818507948035>

Anexo BB - A família tradicional brasileira do cidadão de bem



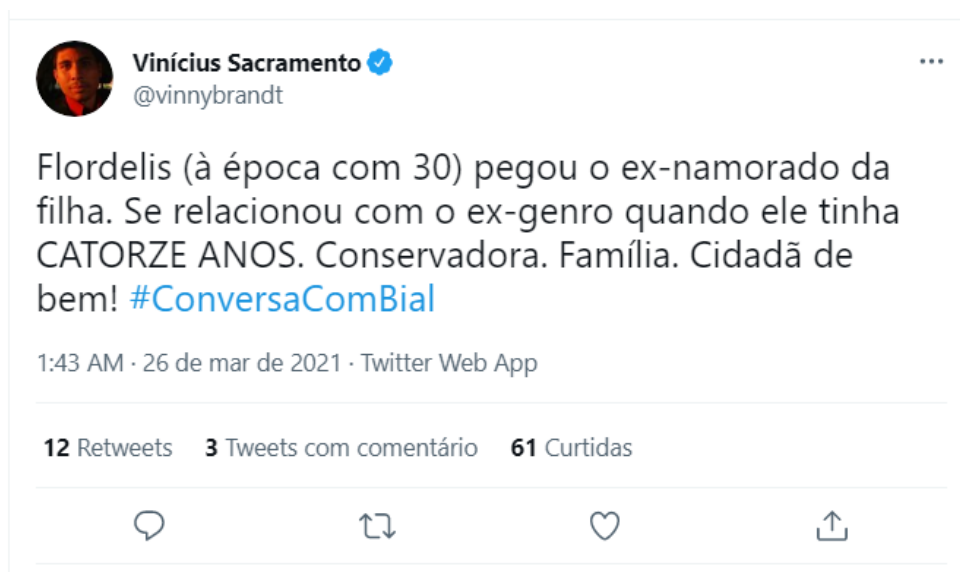
Fonte: <https://twitter.com/gaybol/status/1372224803940270086>

**Anexo CC - Se apresentavam como garantidores da liberdade do
“cidadão de bem”**

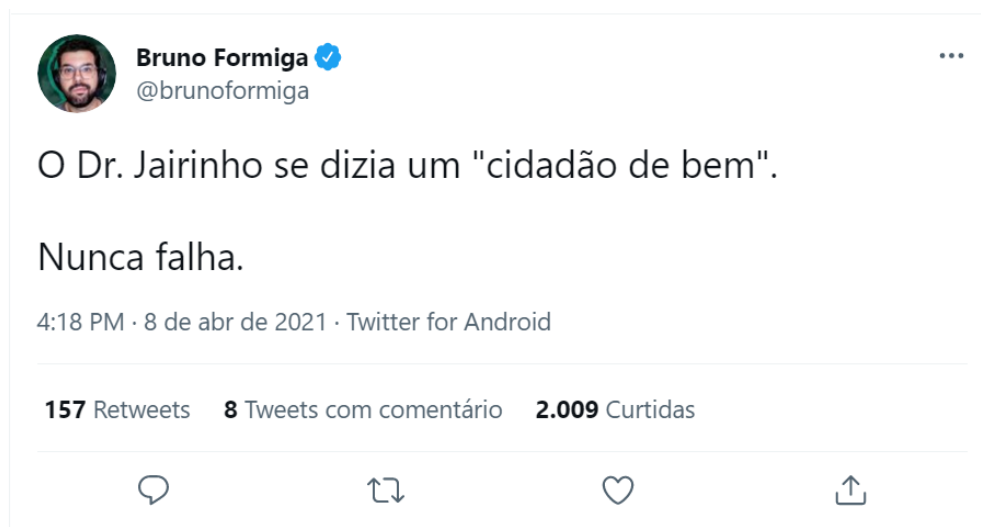


Fonte: <https://twitter.com/pablovillaca/status/1372976867121229829>

Anexo DD - Conservadora. Família. Cidadã de bem

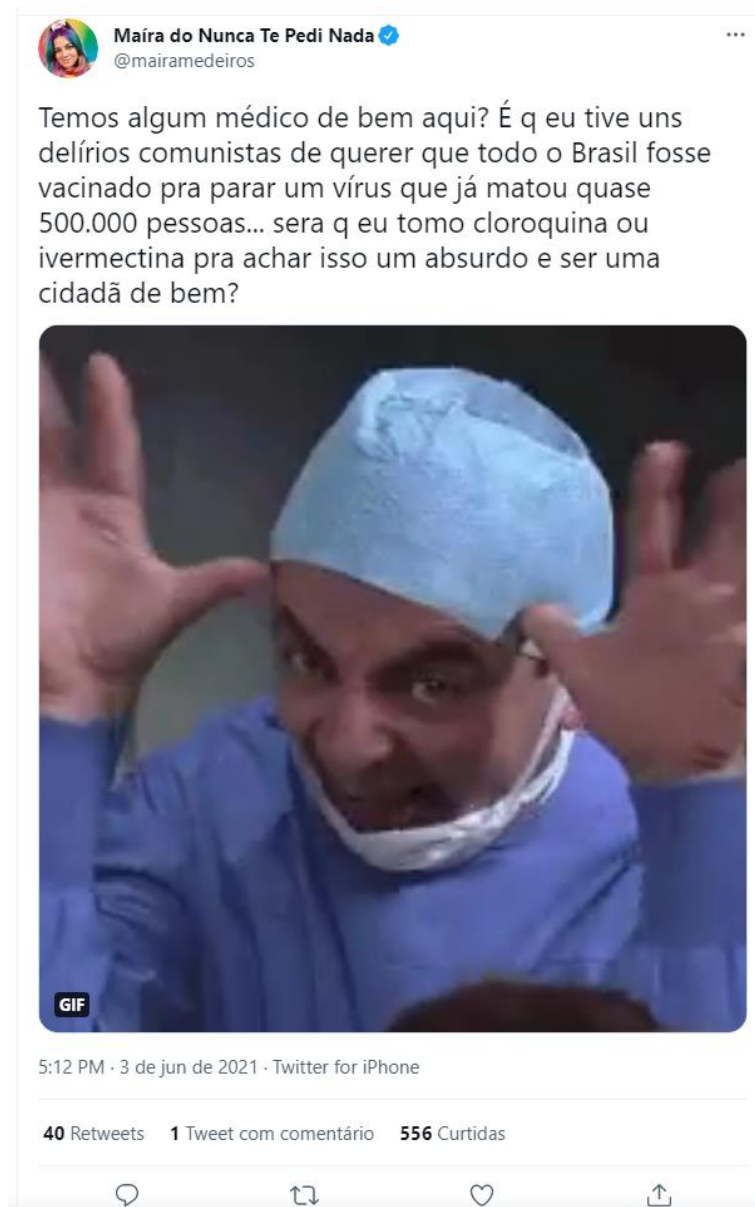


Fonte: <https://twitter.com/vinnybrandt/status/1375307468541206528>

Anexo EE - O Dr. Jairinho se dizia um “cidadão de bem”

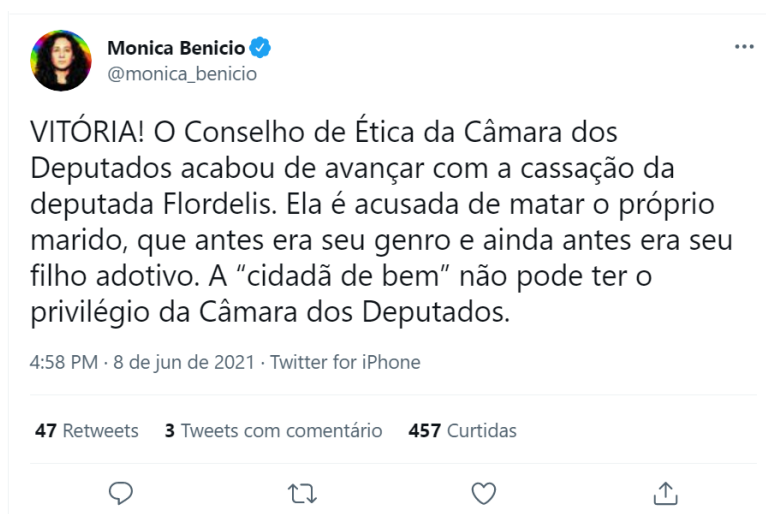
Fonte: <https://twitter.com/brunoformiga/status/1380238709761699843>

Anexo FF - Será q eu tomo cloroquina ou ivermectina pra achar isso um absurdo e ser uma cidadã de bem?



Fonte: <https://twitter.com/mairamedeiros/status/1400546036133810179>

Anexo GG - A “cidadã de bem” não pode ter privilegio da Câmara dos Deputados



Fonte: https://twitter.com/monica_benicio/status/1402354437771993095

Anexo HH - Negacionista e cidadão de bem espanca funcionária de padaria



Fonte: https://twitter.com/DCM_online/status/1404751554310283266

Anexo II – É apenas coincidência que somente o cidadão de bem tenha reações covardes e criminosas?



Fonte: <https://twitter.com/fredcaldeira/status/1404pr757000081248256>

Anexo JJ - O “cidadão de bem” deveria ter outro tipo de foco

Fonte: <https://twitter.com/RafaBelattini/status/1408467084280016896>

Anexo KK - “Cidadão de bem” usando seu lugar de fala para ameaçar de morte um grupo de pessoas



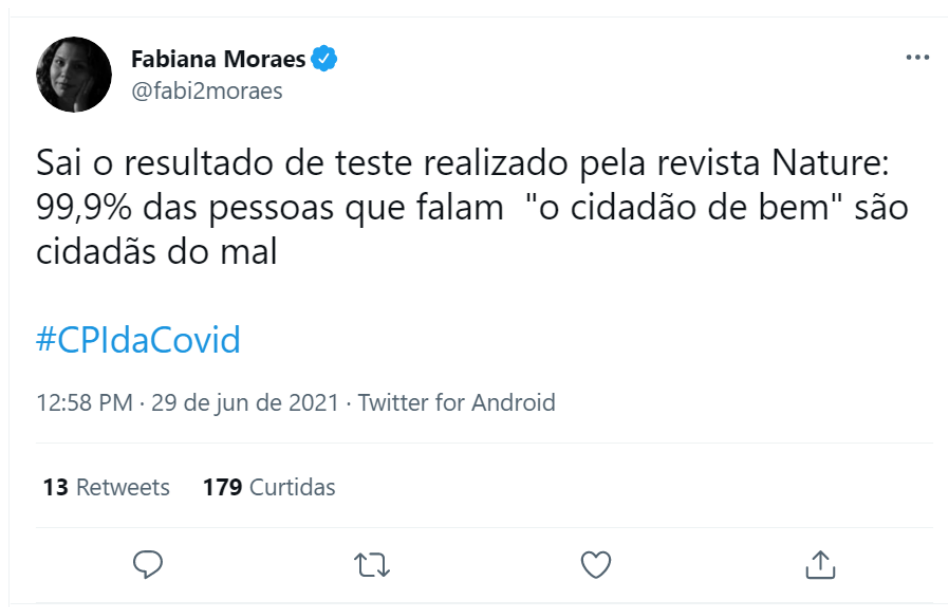
Fonte: <https://twitter.com/rachelsherazade/status/1408917474423279621>

Anexo LL - Cidadão de bem ele



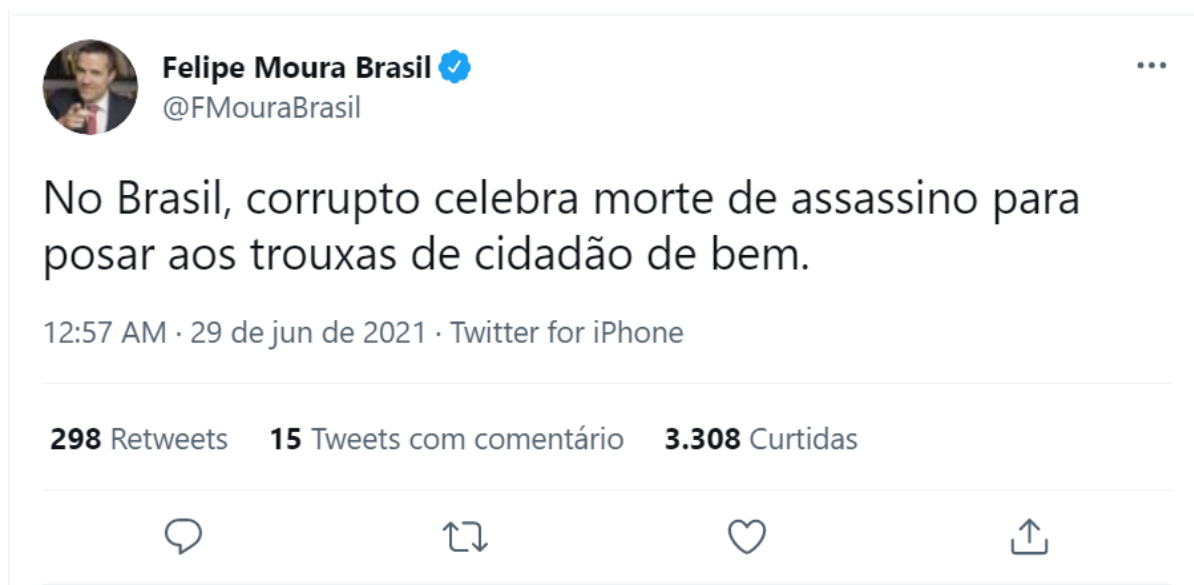
Fonte: <https://twitter.com/DaniloGentili/status/1397747365809958914>

Anexo MM - 99,9% das pessoas que falam “o cidadão de bem” são cidadãs do mal



Fonte: <https://twitter.com/fabi2moraes/status/1409904194501361664>

Anexo NN - Corrupto celebra morte de assassino para posar aos trouxas de cidadão de bem



Fonte: <https://twitter.com/FMouraBrasil/status/1409722677913325570>